



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 371/2024

PREGÃO ELETRÔNICO (REGISTRO DE PREÇOS) Nº 64/2024

OBJETO: Eventual aquisição de material de copa, cozinha, higiene e limpeza para atender as demandas das secretarias diversas do município de Nova Lima.

ACOLHIMENTO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS:

Até as 08:45 horas do dia 27/02/2025

DATA E HORÁRIO DO INÍCIO DA DISPUTA:

as 09:00 horas do dia 27/02/2025

MODO DE DISPUTA: ABERTO

SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO: AMM Licita, disponível no endereço <https://ammlicita.org.br/>

CONSULTA AO EDITAL E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES: Os procedimentos deste pregão serão realizados exclusivamente por meio eletrônico, conforme regulamento disponibilizado no Portal do AMM Licita, no endereço eletrônico <https://ammlicita.org.br/>, nos termos da Lei Federal 14.133/2021 e dos Decretos Municipais nº 13.749/2023 e 13.929/2024.

COORDENAÇÃO DO PROCESSO: SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS – SETOR DE PREGÃO – Pregao.eletronico@pnl.mg.gov.br Telefone: (31) 3180-5822 // (31) 3180-5824 (31) // (31) 3180- 5823 // 98648-1256 Rua Benedito Valadares, nº 69, 3º andar, Centro, Nova Lima - MG – CEP: 34000-273.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será observado o horário oficial de Brasília (DF).

IMPORTANTE: Ao retirar este edital, favor preencher o recibo de retirada de edital, (**Disponível em:** Link para o arquivo <https://novalima.mg.gov.br/inicio/licitacoes> **Arquivo:** RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL DE PREGÃO) e enviá-lo para o e-mail informado no próprio recibo, só assim poderemos enviar informações de interesse do licitante.





Prefeitura Municipal
de Nova Lima

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 371/2024

PREGÃO ELETRÔNICO (REGISTRO DE PREÇOS) Nº 64/2024

PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE NOVA LIMA/MG realizará procedimento de licitação na modalidade, **Pregão Eletrônico para Registro de Preços**, tipo **MENOR PREÇO**, critério de julgamento **POR ITEM**, modo de disputa ABERTO, nos termos da Lei 14.133/2021, **Decretos Municipais nº 13.749/2023 e 13.929/2024**, e legislação correlata, e de acordo com as condições estabelecidas no presente instrumento convocatório e seus anexos.

O presente Edital se trata de modelo padrão adotado pelo Município de Nova Lima/MG para todas as licitações na modalidade de Pregão Eletrônico, para registro de preço. As regras relativas à utilização do Sistema AMM Licita são estabelecidas pelo próprio sistema. As demais regras do presente Edital devem seguir o previsto neste instrumento e, especialmente, no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência, constante do Anexo I do presente Edital. Em diversas partes do presente Edital há referências diretas a itens e regras constantes do Termo de Referência.

O lance deverá ser ofertado pelo Valor Unitário POR ITEM.

1 – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 – O pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases, tendo como equipe os servidores abaixo indicados, nos termos da Portaria 1.842/2024:

Pregoeiro(a): Erica Alves Pereira

Equipe de apoio: Gabriela Caroline Vitória e Miller Augusto Dutra Ferreira

1.2 – Os trabalhos serão conduzidos pelo Pregoeiro(a) regularmente designado, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema “AMM Licita”, constante da página eletrônica <https://ammlicita.org.br/>.

1.3 – Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF e dessa forma serão registradas no sistema eletrônico e em todo o processo.

2 – DO OBJETO

2.1- Constitui objeto deste pregão:

Eventual aquisição de material de copa, cozinha, higiene e limpeza para atender as demandas das secretarias diversas do município de Nova Lima.

Prefeitura Municipal de Nova Lima – Praça Bernardino de Lima, 80 – Centro – Nova Lima
Cep. 34000-279 – Tel.: 3541-4334 – www.novalima.mg.gov.br





**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

2.2 - O produto deverá estar rigorosamente dentro das especificações estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência (Anexo I) e em conformidade com legislação em vigor.

3 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 – Poderão participar desta licitação interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o respectivo objeto, cadastradas ou não na Prefeitura Municipal de Nova Lima como fornecedor, que atendam às exigências constantes deste Edital e respectivo Termo de Referência (Anexo I), mediante prévio credenciamento perante o provedor do sistema eletrônico AMM Licita.

3.1.1 – Será admitida a participação de empresas em consórcio, nos termos do artigo 15 da Lei nº 14.133/2021.

3.1.1.1 – O compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, deverá ser apresentado junto com a Habilitação e incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- a) Designação do consórcio e sua composição;
- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas, inclusive a proporção econômica e financeira da respectiva participação, inclusive a proporção econômica e financeira da respectiva participação de cada consorciado em relação ao objeto licitado;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa responsável pelo consórcio e seu respectivo representante legal, que terá poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar o contrato e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado;
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência da Prefeitura de Nova Lima/MG até o cumprimento do objeto da contratação, mediante a emissão do termo de recebimento definitivo, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” do item 3.1.1.1.

3.1.2 – Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

3.1.2.1 – A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei de nº 5.764/71, a Lei de nº 12.690/12, e a Lei Complementar nº 130/09;

3.1.2.2 – Apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

3.1.2.3 – Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

3.1.2.4 – O objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei de nº 12.690/12, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

3.2 – Não poderá participar desta licitação o interessado que:





**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

- a) Esteja sob falência, concurso de credores, concordata ou processo de dissolução ou liquidação;
- b) Não atenda às condições deste Edital, seu Termo de Referência e anexos;
- c) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- d) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básica ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele necessários;
- e) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- f) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- g) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- h) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- i) Enquadre-se nas vedações previstas no §1º do Art. 9º da Lei Federal 14.133/2021;
- j) Tenha objeto social incompatível com o objeto desta licitação.

3.2.1 – Com a finalidade comprobatória destas condições, o licitante deverá anexar declaração própria ao sistema eletrônico, conforme modelo do Anexo II deste Edital.

3.3 – A empresa detentora dos preços registrados/contratada deverá atender às regulamentações em vigor atinentes à autorização de funcionamento e/ou fornecimento de materiais, conforme sua área de atuação comercial, demonstrando regularidade perante órgãos fiscalizadores do governo ou de autarquias competentes, conforme o caso.

**DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS,
EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS**

3.4 – No presente certame, em cumprimento da Lei Complementar 123/06, as microempresas serão identificadas pela sigla ME e as empresas de pequeno porte como EPP, empregando-se a sigla MPE para se referir a ambas genericamente.

3.5 – As licitantes que se enquadrem como MPE deverão comprovar essa condição mediante declaração (Anexo III) de que assim se enquadram, nos termos do art. 3º da Lei Complementar 123/06, com o escopo de indicar que estão aptas a fruírem dos benefícios e vantagens instituídos em lei a favor destas categorias.





Prefeitura Municipal
de Nova Lima

3.5.1 – A não comprovação do enquadramento fiscal importará na impossibilidade de requerimento do tratamento diferenciado assegurado pela Lei Complementar 123/06.

3.6 – Será concedido tratamento favorecido para as MPEs, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 34 da Lei Federal 11.488/07, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar 123/06.

DISTRIBUIÇÃO DO OBJETO EM RAZÃO DO ENQUADRAMENTO FISCAL

3.7 – As cotas, se houverem, serão distribuídas conforme o art. 48 da LC 123/06, alterado pela LC 147/14:

Cota Principal – Lote/itens abertos para a participação de todos os interessados, inclusive os que se enquadrem na condição de ME e EPP e que atuem no ramo de atividade referente ao objeto lícitado.

Cota Reservada – Lote/itens constituídos por até 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo total lícitado para cada Lote/Item, aberto para participação exclusiva de ME e EPP que atuem no ramo de atividade referente ao objeto lícitado.

3.8 – Na hipótese de uma ME ou EPP sagrar-se vencedora da Cota Principal e da Cota Reservada para o mesmo item, será registrado para ambas as cotas apenas o preço menor, ou seja, é expressamente vedado que o fornecedor pratique preços distintos para o mesmo item.

DO PROCESSO DE MÃO DE OBRA EXCLUSIVA

3.9- Nos processos que tiverem como objeto a mão de obra exclusiva (comumente denominados serviços “terceirizados”), seguindo a recomendação do Ministério Público do Trabalho, no âmbito do Procedimento nº 000470.2023.03.002/8, bem como art. 92, inciso XVII da Lei Federal nº 14.133/2021, como condição de habilitação, conforme estabelece art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021 e a Portaria Conjunta PGM/CGM Nº 01, de 27 de Agosto de 2024, deverá a empresa interessada se atentar:

3.9.1- da cota de aprendizes, consistente na obrigação de empregar e matricular nos cursos oferecidos por entidades qualificadas em formação técnico-profissional, o número de aprendizes equivalente a 5% (cinco por cento), no mínimo, e 15% (quinze por cento), no máximo, dos(as) trabalhadores(as) existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações; e

3.9.2- das obrigações trabalhistas e previdenciárias referentes ao contrato de aprendizagem.

§1º. Para os fins dispostos neste capítulo, consideram-se entidades qualificadas em formação técnico-profissional os Serviços Nacionais de Aprendizagem, bem como, supletivamente, as escolas técnicas de educação e as entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§2º. Não se aplica as regras previstas no caput, as Microempresas, EPP, Empresas optantes do Simples Nacional, conforme art. 51, III da Lei Complementar 123/2006, os Microempreendedores individuais – MEI e as Entidades sem Fins Lucrativos que atuem com educação profissional.





**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

3.9.3- Em caso de inobservância das cotas mencionadas no art. 2º, a Administração Pública abster-se-á de contratar com a empresa descumpridora, considerando o descumprimento das cotas como causa de inabilitação social e trabalhista.

4 – CREDENCIAMENTO NO SISTEMA ELETRÔNICO E PARTICIPAÇÃO

4.1 – Para acesso ao sistema eletrônico, o interessado em participar do Pregão deverá dispor de chave de identificação e senha pessoal, intransferíveis e de exclusiva responsabilidade do usuário, obtidas junto à Plataforma AMM Licita.

4.2 – Caberá ao interessado proceder ao respectivo credenciamento junto ao provedor do sistema, sob sua exclusiva responsabilidade ou de seu representante legal, a partir do qual se dará a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este pregão.

4.2.1 – É de responsabilidade exclusiva do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados, sob pena de ensejar desclassificação no momento da habilitação em caso de incorreção.

4.3 – O licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, por atos praticados diretamente ou por representante, excluindo-se a responsabilidade do provedor do sistema, do (a) Pregoeiro (a) e do órgão promotor da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.4 – Em se tratando de MPE, nos termos da Lei Complementar 123/06 e para que possam usufruir do tratamento diferenciado previsto no Capítulo V da referida lei, é necessário, quando do credenciamento, a declaração em campo próprio do sistema eletrônico, identificando-se como MPE.

4.5 – A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal do representante devidamente credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

4.5.1 – A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site: <https://ammlicita.org.br/>, na parte “Acessar”.

4.6 – O licitante declarará no sistema, antes de registrar sua proposta, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos neste Edital, sujeitando-se às sanções legais na hipótese de declaração falsa; pressupondo-se o conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital mediante o encaminhamento da proposta.

4.7 – O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, não cabendo à AMM Licita responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.8 – A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.





**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

4.9 – Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.10 – O licitante deverá comunicar imediatamente à AMM Licita (provedor do sistema) qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

4.11 – Havendo dúvidas, sempre consultar o suporte técnico do AMM Licita, através dos canais disponibilizados pela plataforma ou pelo telefone (31) 3191-7001.

5 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1 – Mediante uso de chave de acesso e senha, deverão os licitantes anexar AS PROPOSTAS DE PREÇOS, exclusivamente por meio do sistema eletrônico e até a data e horário estabelecido para abertura da sessão pública, observadas as exigências a seguir:

a) Proposta de preços conforme tópico 6 e seus subitens deste Edital;

b) Declaração conjunta (conforme modelo do Anexo II);

c) Declaração de enquadramento fiscal (conforme modelo do Anexo III);

5.2– A etapa de envio de propostas encerrar-se-á automaticamente com a abertura da sessão pública, na data e horário designados no edital.

5.3 – Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.4 – Nessa etapa não será estabelecida ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.5 – Somente após encerramento do envio de lances os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado serão disponibilizados para avaliação do(a) Pregoeiro(a) e acesso público.

5.6 – Conforme Decreto Municipal nº 13.929/2024 todos os documentos de habilitação, declarações e propostas deverão ser anexados exclusivamente por meio do sistema eletrônico, portanto, os licitantes que não atenderem esta exigência serão desclassificados.

5.6.1 - A postagem no AMM Licita é obrigatória, não sendo admitido encaminhamento por e-mail ou qualquer outro meio, inclusive não serão aceitos Links de acesso como comprovação de atendimento dos documentos exigidos neste processo.

6 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 – O licitante deverá enviar sua proposta mediante preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) **Valor Unitário E Total Do Item**, de acordo com o critério de julgamento definido para o pregão;

b) Marca;





**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

c) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência (Anexo I), indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.2 – Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3 – Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4 – Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5 – O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, contados da apresentação.

6.6 – Os licitantes devem respeitar, quando houver, os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas quando participarem de licitações públicas, cujo descumprimento pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

7 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.1 – Para fins de habilitação no certame, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentar os seguintes documentos de habilitação, no prazo de 24 (Horas), contados da notificação via sistema:

a) Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e última alteração relativa ao objeto e administradores, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício; decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

b) A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Cartão CNPJ ou CPF;

d) Comprovante de regularidade fiscal com as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal (ou distrital), ou outra equivalente, da sede do licitante;

e) Comprovante de regularidade relativa à seguridade social;

f) Comprovante de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

g) Comprovante de regularidade com a Justiça do Trabalho, por meio de certidão emitida pelo site www.tst.gov.br;





**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

h) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (conforme modelo do Anexo IV);

i) Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, conforme anexo IV;

j) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas, devendo utilizar o modelo anexo a este edital;

k) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos eventuais termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.2 – Para fins de qualificação econômico-financeira, os interessados deverão apresentar:

a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, conforme permissivo do art. 69, II, da Lei Federal 14.133/2021. No caso de certidão de recuperação judicial positiva, a licitante deverá, juntamente com a certidão, sob pena de inabilitação, apresentar comprovação de que o plano de recuperação expressamente prevê a participação da empresa em contratações públicas, bem como que referido plano foi homologado judicialmente.

7.3 – Para fins de qualificação técnica, os interessados deverão apresentar a documentação constante do **Item 5. HABILITAÇÃO / QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** do Termo de Referência (Anexo I), se limitando a:

a) Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove ter a licitante fornecido materiais iguais, similares ou superiores ao objeto da presente licitação, com nome legível do emitente, em papel timbrado, ou em papel sem timbre com carimbo do CNPJ;

b) Laudo do laboratório SENAI acreditados pelo INMETRO (contendo a massa média) que comprovem os critérios de aceitação estabelecidos na Norma ABNT 9191 de 2008 e a lei 8.078/90 para o saco branco leitoso e Norma ABNT 9191 de 2008 e a lei 8.078/90 e NBR 13056, NBR 14474, NR 32, RDC 222/2018, RESOLUÇÃO DO CONAMA 358/2005 para o saco para acondicionamento de lixo preto.

Justificativa: Esse laudo é para que possa ser verificado se a massa média do item saco branco leitoso está dentro dos critérios de aceitação estabelecidos na Norma ABNT 9191 de 2008 e a lei 8.078/90 e o saco para acondicionamento de lixo preto está dentro dos critérios de aceitação estabelecidos na Norma ABNT 9191 de 2008 e a lei 8.078/90 e NBR 13056, NBR 14474, NR 32, RDC 222/2018, RESOLUÇÃO DO CONAMA 358/2005.

c) Certificado de Registro do Produto, expedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, devidamente válido na forma da legislação específica vigente, ou cópia da respectiva publicação no Diário Oficial da União, ou respectivos “prints” da página da ANVISA na internet, os quais estarão sujeitos à confirmação pelo setor técnico competente;





**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

c.1. no caso de o registro encontrar-se em fase de renovação, deverá ser apresentada a cópia do respectivo Certificado de Registro do Produto em renovação acompanhada da cópia da solicitação de sua revalidação, conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º do art. 8º, do Decreto Federal 8.077/2013;

c.2. no caso de produto isento de registro, deverá ser apresentado o documento comprobatório da isenção expedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, devidamente válido na forma da legislação específica vigente, ou cópia da respectiva publicação no Diário Oficial da União, ou respectivos “prints” da página da ANVISA na internet, os quais estarão sujeitos à confirmação pelo setor técnico competente;

c.3. no caso de produto notificado, deverá ser apresentado o Comprovante de Notificação do Produto, expedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, devidamente válido na forma da legislação específica vigente, ou cópia da respectiva publicação no Diário Oficial da União, ou respectivos “prints” da página da ANVISA na internet, os quais estarão sujeitos à confirmação pelo setor técnico competente.

Justificativa: Em termos regulatórios, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA dispõe por meio da RDC nº 59/2010 e 313/2019, os procedimentos e requisitos técnicos para a notificação e o registro de produtos saneantes, que possam colocar risco à saúde de quem os manuseia. No mesmo sentido, há exigência da RDC 691/2022, sobre álcool etílico hidratado em todas as graduações, álcool etílico anidro, como produto destinado a limpeza de superfície, desinfecção e antissepsia da pele ou substância. Portanto, trata-se de uma exigência regulatória, a qual o Município de Nova Lima/MG está observando ao exigir destes itens descritos no respectivo tópico.

7.4 – Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital, fundamentadamente arguida.

7.5- Os documentos emitidos via Internet serão considerados originais, desde que possam ser conferidos on-line. Essa é uma forma de verificar a veracidade de documentos, como certidões e atestados. Para os documentos emitidos pela ANVISA, serão considerados os que apresentarem a publicação no D.O.U ou extraídos pela Internet.

7.6- Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

- a) se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b) se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- c) se o licitante for matriz e o executor do contrato for filial, a documentação deverá ser apresentada com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;
- d) serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.7 – A falsidade das declarações de que trata o item 7.1 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

7.8 – As MPEs deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar 123/06.





Prefeitura Municipal
de Nova Lima

**8 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS
E FORMULAÇÃO DE LANCES**

8.1 – A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.2 – O(a) pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência (Anexo I).

8.2.1 - Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.2.2 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3 – O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, desprezando-se as desclassificadas.

8.4 – O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

DISPUTA DE LANCES

8.5 – Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do recebimento e do valor consignado no registro.

8.5.1 – O lance deverá ser ofertado pelo Valor Unitário **POR ITEM**, conforme o critério de julgamento determinado para o Pregão.

8.6 – Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital, desde que de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.7 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.8 – O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será definido pelo Pregoeiro(a) e comunicado aos licitantes no início da sessão, adotando critérios de razoabilidade para que implique repercussão financeira que efetivamente diferencie uma proposta da outra.

8.9 – Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.10 – Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

8.11 – Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.12 – Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação do instrumento convocatório.

REGRAS RELATIVAS AOS MODOS DE DISPUTA

8.13 – O presente pregão eletrônico tem como Modo de Disputa o sistema **ABERTO**, que será regido pelas normas a seguir elencadas:

PARA MODO DE DISPUTA ABERTO:

8.14 – Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**ABERTO**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

8.15 – A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema por dois minutos quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública, sucessivamente, sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.16 – Não havendo novos lances na forma estabelecida no item anterior, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.17 – Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

CLASSIFICAÇÃO FINAL DAS PROPOSTAS E EMPATE FICTO

8.18 – O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

8.19 – Em relação à participação de MPE, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as MPEs participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar 123/06.

8.20 – Se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa – ME, micro empreendedor individual (MEI) ou empresa de pequeno porte – EPP e houver proposta apresentada por ME, MEI ou EPP até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, estará configurado o empate previsto no art. 44, § 2º, da Lei Complementar nº. 123/2006.

8.21 – A proposta melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto, sob pena de preclusão do exercício do direito de desempate.





**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

8.22 – Caso a MPE melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes MPE que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.23 – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MPE que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.24 – Na hipótese da não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta classificada em 1º lugar na etapa de lances.

8.25 – A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis e será declarado vencedor a LICITANTE que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste edital, com o preço de mercado e que **OFERTAR O MENOR PREÇO POR ITEM.**

EM CASO DE EMPATE

8.26 – Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), aplicando-se como critério de desempate o previsto no art. 60, §1º da Lei Federal 14.133/2021, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

- a) Por empresas estabelecidas no Estado de Minas Gerais;
- b) Por empresas brasileiras;
- c) Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) Por empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.27 – Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

NEGOCIAÇÃO

8.28 – Definido o resultado do julgamento da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) irá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida proposta mais vantajosa, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes, sendo vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.29 – A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

8.30 – A negociação será conduzida por pregoeiro, na forma de regulamento, e, depois de concluída, terá seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8.31 – O credenciamento do licitante no sistema eletrônico de licitação (AMM Licita), suprirá a sua assinatura no termo de proposta ajustada que será gerada automaticamente, após a fase de negociação de que trata o item 8.28.





**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

9 – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1 – Encerrada a etapa de negociação o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação, observando-se o critério de julgamento estabelecido e a satisfação de todas as exigências para habilitação.

9.2 – Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.2.1. – conter vícios insanáveis;

9.2.2. – não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.2.3. – apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.2.4. – não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.2.5. – apresentar desconformidade com quaisquer exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.3.1 – Em caso de proposta aparentemente inexequível, será oportunizado ao proponente comprovar a exequibilidade do valor ofertado na proposta, sob pena de aplicações das sanções cabíveis em caso de comprovação posterior da inexequibilidade.

9.3.2 – Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo estimado, determinado por normas de regências ou que apresentar preço manifestamente inexequível, assim considerada como aquela em que os preços global ou unitários sejam simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração

9.4 – Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

9.5 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de proposta, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.6 – Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o pregoeiro examinará proposta ou lance subsequente, sucessivamente, na ordem de classificação, podendo encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.6.1 – Também nas hipóteses em que o pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

9.6.2 – A negociação será realizada via sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

9.7 – Havendo necessidade, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a sua continuidade.

9.8 – Nos itens não exclusivos para a participação de MPEs, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123/06, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.9 – Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9.10 – Da sessão pública do Pregão, será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos.

9.11 – A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo toda e qualquer informação, acerca do objeto, ser esclarecida previamente junto ao Pregoeiro.

9.12 – Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

9.13 – O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo.

10 – DA EXIGÊNCIA E ANÁLISE DAS AMOSTRAS

10.1 – Nos termos do art. 17, §3º, artigo 41, inciso II da Lei n. 14.133/21, o licitante será convocado para a apresentação da amostra, se houver, nos termos do **ITEM 5.3 AMOSTRA / LAUDO TÉCNICO / PROVA DE CONCEITO** do Termo de Referência (Anexo I).

10.1.1. – As amostras serão submetidas à análise dos avaliadores, no prazo de 10(dez) dias, nos termos do ITEM 5.3 Termo de Referência Anexo I deste edital.

10.1.2. – Após a análise pelo setor competente e homologação das amostras, será declarado o vencedor.

11 – DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

11.1 – A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

11.2 – O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal.

11.3 – Os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico.

11.4 – Se o detentor da melhor proposta desatender às exigências previstas neste Edital, será inabilitado, e o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e procederá à habilitação do licitante seguinte, na



**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

ordem de classificação, repetindo esse procedimento, sucessivamente, se necessário, até apuração de uma proposta que atenda ao Edital, para declarar o licitante vencedor.

11.5 – Nos itens não exclusivos a MPE, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123/06, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.6 – Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.7 – Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

a) se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou

b) se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

c) se o licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, a documentação deverá ser apresentada com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;

d) serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.8 – Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11.9 – Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como MPE deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

11.9.1 – A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

11.9.2 – Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificado como MPE, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o mesmo será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerido pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

11.9.3 – A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra



**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

MPE ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

11.10 – Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de inabilitação.

11.11 – Na hipótese de documento que não contenham expressamente o prazo de validade, deverá estar acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre a validade do mesmo. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 90 (noventa) dias, a partir da data de sua emissão

12 – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1 – A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, devendo ser redigida em língua portuguesa ou digitada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo ser assinada pelo licitante ou seu representante legal, contendo a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

12.2 – Proposta final ficará documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução da Ata de Registro de Preços e eventualmente do contrato dela decorrente e aplicação de eventual sanção à contratada, se for o caso.

12.3 – Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

12.4 – Os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no Art. 52 da Lei nº 14.133/2021

12.4.1 – Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

12.5 – A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado.

12.6 – A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

12.7 – Havendo divergência entre a proposta vencedora encaminhada via sistema e a proposta final encaminhada, o licitante vencedor deverá ser notificado para que encaminhe nova proposta, nos mesmos termos do item 12.1, adequando as informações divergentes.

12.8 – Em caso de proposta reajustada, em que for a hipótese de desconto linear, o credenciamento do licitante no sistema eletrônico de licitação utilizado pelo Município suprirá a sua assinatura no termo de proposta ajustada que será gerada automaticamente, após a fase de negociação, conforme Decreto Municipal n. 13.929/2024.





Prefeitura Municipal
de Nova Lima

12.9 – A recusa injustificada do licitante vencedor em encaminhar a proposta final formalizada será considerada infração administrativa, podendo ser punida nos termos do item **21 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS** deste edital.

13 – DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 24 (vinte) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados por meio da plataforma.

13.11. – A decisão proferida em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento, mediante publicação nos sítios eletrônicos do município.





Prefeitura Municipal
de Nova Lima

14 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 – Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos eventuais recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para que seja adjudicado o objeto ao licitante declarado vencedor e homologada a licitação.

15 – DA IMPUGNAÇÃO E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

15.1 – Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

15.2 – A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail pregao.eletronico@pnl.mg.gov.br.

15.2.1 – Caso a impugnação seja enviada de forma eletrônica conforme previsto no item acima, recomenda-se que a requerente faça contato telefônico para confirmar seu recebimento, pelo telefone (31) 3180-5822 // (31) 3180-5824 (31) // (31) 3180- 5823 // 98648-1256.

15.3 – Caberá ao(à) Pregoeiro (a), auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência da Secretaria Requisitante e seus anexos, responder aos pedidos de esclarecimentos e decidir sobre a impugnação apresentada, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia anterior à data da abertura do certame.

15.4 – Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15.4.1 – A data para realização do certame será mantida caso a modificação oriunda do acolhimento da impugnação não afetar a formulação das propostas.

15.5 – Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao(à) Pregoeiro (a), até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital ou pelo e-mail pregao.eletronico@pnl.mg.gov.br.

15.6 – O (A) Pregoeiro (a) responderá aos pedidos de esclarecimentos e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis elaboração do Termo de Referência da Secretaria Requisitante.

15.7 – As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.7.1 – A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo (a) Pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

15.8 – As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

16 – DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 – O certame será processado no Sistema de registro de preços e observará o seguinte:

16.2 – É vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.



**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

16.3 – O critério de julgamento de menor preço por grupo de itens somente poderá ser adotado quando for demonstrada a inviabilidade de se promover a adjudicação por item e for evidenciada a sua vantagem técnica e econômica, e o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos deverá ser indicado no edital.

16.4 – Na hipótese de que trata o item acima, observados os parâmetros estabelecidos nos [§§ 1º, 2º e 3º do art. 23 da lei 14.133/2021](#), a contratação posterior de item específico constante de grupo de itens exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade.

16.5 – O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

16.6 – O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

I - as especificidades da licitação e de seu objeto, inclusive a quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida;

II - a quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens ou, no caso de serviços, de unidades de medida;

III - a possibilidade de prever preços diferentes:

- a) quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;
- b) em razão da forma e do local de acondicionamento;
- c) quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote;
- d) por outros motivos justificados no processo;

IV - a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela;

16.7. É permitido registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem indicação do total a ser adquirido, apenas nas seguintes situações:

I - quando for a primeira licitação para o objeto e o órgão ou entidade não tiver registro de demandas anteriores;

II - no caso de alimento perecível;

III - no caso em que o serviço estiver integrado ao fornecimento de bens.

16.8 Nas situações referidas no § 3º do art. 82 da Lei 14.133/2021, é obrigatória a indicação do valor máximo da despesa e é vedada a participação de outro órgão ou entidade na ata.

16.9 O sistema de registro de preços poderá ser usado para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, observadas as seguintes condições:

I - realização prévia de ampla pesquisa de mercado;



**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

II - seleção de acordo com os procedimentos previstos em regulamento;

III - desenvolvimento obrigatório de rotina de controle;

IV - atualização periódica dos preços registrados;

V - definição do período de validade do registro de preços;

16.10 - O órgão ou entidade gerenciadora DEVERÁ, na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, realizar procedimento público de intenção de registro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação, ressalvadas as situações previstas no § 1 do art. 86 da Lei nº 14.133/2021.

16.11- Se não participarem do procedimento previsto no **caput** do art. 86, os órgãos e entidades poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

I - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

II - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do [art. 23 desta Lei](#);

III - prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

16.12- A faculdade de adesão estará limitada a órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que, na condição de não participantes, desejarem aderir à ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital.

16.13- A faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida: [\(Redação dada pela Lei nº 14.770, de 2023\)](#)

I - por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora federal, estadual ou distrital; ou [\(Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023\)](#)

II - por órgãos e entidades da Administração Pública municipal, relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora municipal, desde que o sistema de registro de preços tenha sido formalizado mediante licitação. [\(Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023\)](#)

16.14 As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

16.15- O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.





Prefeitura Municipal
de Nova Lima

17 – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1 – Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços (conforme minuta do Anexo VIII), sob pena de decair do direito à contratação sem prejuízo das sanções PREVISTAS NA Lei nº 14.133/2021.

17.1.1. – O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do adjudicatário durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração, nos termos do Decreto Municipal nº 13.749/2023.

17.1.2. - A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

17.2 – Alternativamente, a Administração poderá convocar o adjudicatário para comparecer perante o órgão para a assinatura da Ata de Registro de Preços ou poderá encaminhá-la mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da data de seu recebimento, cujo prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, a juízo da Administração, quando solicitado pelo adjudicatário antes de seu término.

17.3 – Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência (Anexo I), com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

17.4 – O preço registrado e os respectivos fornecedores serão divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no Diário Oficial e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

17.5 - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

17.6 – A Administração monitorará os preços registrados, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, conforme regramento previsto no Decreto Municipal nº 13.749/2023.

17.7 – O órgão convocará o interessado para, a cada contratação, no prazo de 10(dez) dias úteis, sob pena de decair do direito, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços:

- a) efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente; ou
- b) assinar o contrato.

17.8 – Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração.

17.9 – Os órgãos e entidades que não participarem deste registro de preços, quando desejarem fazer uso desta Ata de Registro de Preços deverão manifestar interesse junto ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, nos termos previstos no Decreto Municipal 13.749/2023.





**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

17.10 – Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da contratação adicional, desde que essa não prejudique as obrigações assumidas neste certame.

17.11 – As aquisições adicionais (ADESÃO) não poderão exceder, por órgão ou entidade que aderir a esta ata, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos aqui registrados, não podendo exceder na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado, independentemente do número de não participantes que aderirem.

17.12 – Até a assinatura da Ata de Registro de Preços, a proposta da licitante vencedora poderá ser desclassificada se a Administração tiver conhecimento de fato desabonador à sua habilitação, conhecido após o julgamento, podendo convocar licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.

17.13 - A Ata de Registro de Preços a ser firmada em decorrência desta licitação poderá ser cancelada pela Administração a qualquer tempo independente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, com base nos motivos previstos nos artigos 137 e 155 da Lei Federal 14.133/2021.

17.14 – A Ata de Registro de Preços poderá ser usada por todos os órgãos e entidades da Administração Pública, a qual terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período.

18 – DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA

18.1 - Após a homologação da licitação, será incluído na Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o seguinte registro para fins de formação de cadastro reserva:

18.1.1- dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a ordem de classificação na licitação;

18.1.2- dos licitantes que mantiverem sua proposta original;

18.2- Será assegurada nas contratações a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na Ata de Registro de Preços.

18.2.1- O registro para a formação do cadastro reserva na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao (s) licitante (s) mais bem classificado (s).

18.2.2- Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

18.3- A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

18.3.1- quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas no edital;

18.3.2 - quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no art. 31 do Decreto nº 13.749/2023

18.4- Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário aceitar a contratação nos termos do disposto no caput deste artigo, a



**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

18.4.1- convocar os licitantes que optaram por manter sua proposta original, para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

18.4.2- adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

18.5- A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

18.6- O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

19 – DAS CONDIÇÕES PARA ALTERAÇÃO E ATUALIZAÇÕES DE PREÇOS REGISTRADOS E SUBSTITUIÇÃO DE MARCA
--

19.1 – Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

19.1.1 – em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou;

19.1.2 – em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

19.2 – Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

19.2.1 – Caso o fornecedor que não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

19.2.2 – Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do §1º do art. 24 do Decreto Municipal nº 13.749/2023, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no parágrafo único do art. 18 do Decreto Municipal nº 13.749/2023.

19.2.3 – Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do art. 31, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.





**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

19.2.4 – Caso haja a redução do preço registrado, o gerenciador atualizará o preço registrado e comunicará aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a conveniência e oportunidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

19.2.5 – No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

19.2.5.1 – Para fins do disposto item anterior, deverá o fornecedor encaminhar juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas.

19.2.5.2 – Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do art. 31 do Decreto Municipal nº 13.749/2023, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

19.2.5.3 – Havendo cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item 19.2.5.2, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no parágrafo único do art. 18 do Decreto Municipal nº 13.749/2023.

19.2.5.4 – Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do art. 31 do Decreto Municipal nº 13.749/2023, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

19.2.5.5 – Na hipótese de comprovação do disposto no item 19.2.5 e no 19.2.5.1, o gerenciador procederá a atualização do preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

19.2.5.6 – Órgão ou entidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades participantes que tiverem formalizado contratos sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

19.2.6 – Em qualquer caso, redução do preço de mercado ou fato que eleve os custos dos serviços ou bens registrados, a revisão aplicada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente a época.

19.2.6.1 – Aplica-se as disposições do item acima aos materiais ou serviços tabelados oficialmente por órgãos competentes.

19.2.6.2 – O preço de mercado será obtido com base nos parâmetros estabelecidos no artigo 23 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

19.2.6.3 – Cabe ao órgão gerenciador realizar os procedimentos para alteração de valores durante a vigência da ata.



**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

19.2.7 – A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do SRP, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

19.2.8 – A alteração de preço deverá ser publicizada nos termos da legislação vigente.

19.2.9 – Para as atas de registro de preços que contemplem itens referentes às cotas principais e cotas reservadas, sendo detentoras pessoas jurídicas distintas, a execução das atas pelos órgãos ou pelas entidades participantes se dará, preferencialmente, de forma simultânea.

19.2.10 – A ata de registro de preços poderá ser alterada para a substituição de marca nas condições previstas no edital e na legislação vigente.

19.2.10.1 – por solicitação do órgão ou da entidade gerenciadora, se comprovado que a marca não mais atende às especificações exigidas ou se encontra fora da legislação aplicável;

19.2.10.2 – por requerimento do fornecedor, que deve ser apreciado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, em hipótese que comprove a impossibilidade de fornecimento ou prestação do serviço.

19.2.10.3 – O órgão ou a entidade gerenciadora somente poderá aquiescer com a substituição requerida pelo fornecedor se comprovadamente houver igualdade de condições ou vantagem para o interesse público.

19.2.10.4 – A substituição de marca deverá ser obrigatoriamente publicizada nos termos da legislação vigente.

20 – DA FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO PELA ADMINISTRAÇÃO DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

20.1- Os contratos celebrados em decorrência do registro de preços estão sujeitos às regras previstas na Lei Federal nº **14.133**, de 1º de abril de 2021, e no Decreto Municipal nº 13.749/2023, e deverão ser formalizados e assinados dentro do prazo de vigência da ARP.

20.2- Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em Lei e no edital da licitação, inclusive quanto aos acréscimos de que tratam os arts. 124 a 136, da Lei Federal nº **14.133/2021**, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente considerado e não à ata de registro de preços.

20.3- A duração dos contratos decorrentes da ata de registro de preços deverá atender ao contido nos arts. 105 a 114 da Lei Federal nº **14.133/2021**.

20.4- Os contratos celebrados em caso de urgência terão eficácia a partir de sua assinatura e deverão ser publicados em até 10(dez) dias úteis da sua assinatura no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

20.5- O fornecedor da ata de registro de preços se obriga a atender às solicitações que lhe forem apresentadas nos termos contratados.

20.6- Quando o critério de julgamento for o de maior desconto sobre tabela de preços referenciada, as contratações derivadas da ata de registro de preços poderão observar, conforme previsão no edital, as variações da tabela adotada, respeitando-se o percentual de desconto, quando identificada alta volatilidade nos preços de mercado.





Prefeitura Municipal
de Nova Lima

21 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1 – Incorre em infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021 e art. 3º e seguintes do Decreto Municipal nº 13.518/2023, quais sejam:

I – Der causa à inexecução parcial da ata ou contrato;

II – Der causa à inexecução parcial da ata ou contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III – Der causa à inexecução total do contrato;

IV – Deixar de entregar a documentação exigida;

V – Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI – Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII – Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII – Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX – Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X – Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI – Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII – Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.2. – Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no contrato, erros ou atrasos no cumprimento do contrato, infringência do art. 155 da Lei Federal 14.133/2021 e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções, nos termos do Decreto Municipal nº 13.518, de 01 de agosto de 2023:

21.2.1. – Advertência;

21.2.2. – Multa;

21.2.3. – Impedimento de licitar e contratar;

21.2.4. – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.3. – Em caso de inexecução parcial do contrato será aplicada exclusivamente a sanção de advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

21.4 – A sanção de multa moratória de que trata o art. 162 da Lei Federal n. 14.133/21 será de 0,5% (cinquenta centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente.

21.4.1. – A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no Decreto Municipal nº 13.518, de 01 de agosto de 2021.

21.4.2. – A aplicação de multa compensatória não será inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e



**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/21.

21.4.3. – Será aplicada multa compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao licitante ou ao contratado que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, na forma do artigo 10 do Decreto Municipal nº 13.518, de 01 de agosto de 2021.

21.4.4. – Será aplicada multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ao licitante ou contratado que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina.

21.4.5. – O valor das multas aplicadas deverá ser executado na forma do art. 58, do Decreto Municipal nº 13.518, de 01 de agosto de 2023.

21.5. – A sanção prevista de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 Lei nº 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos. 15.5.1. A aplicação de três sanções de advertência pelo mesmo motivo, em um mesmo contrato, possibilita a aplicação de sanção de impedimento de licitar e contratar.

21.6. – A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

21.7. – As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa.

21.8 – A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

21.9 – A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 13.518, de 01 de agosto de 2021.

21.10 – Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; os danos que dela provierem para a Administração Pública; a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.11 – As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

21.12 – Outras sanções por atos praticados no decorrer da contratação poderão estar previstas no Termo de Referência.





Prefeitura Municipal
de Nova Lima

22. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

22.1 – As despesas decorrentes deste registro correrão pela dotação orçamentária nº:

SEMAD: 07.001.04.122.0101.2289

SEMDs: 14.006.14.422.0101.2329, 14.004.14.241.0401.2222, 14.002.08.244.0401.2212,
14.002.08.244.0401.2213, 14.001.04.244.0401.2203, 14.005.14.122.0401.2224,
14.003.14.243.0401.2221, 14.001.04.244.0401.2205.

SEMSA: 12.001.10.302.0303.2168, 12.001.10.302.0303.2169, 12.002.10.301.0303.2171,
12.002.10.301.0303.2172, 12.002.10.301.0303.2173, 12.002.10.302.0303.2175,
12.002.10.302.0303.2177, 12.002.10.302.0303.2179, 12.002.10.303.0303.2183,
12.002.10.305.0303.2186.

SEMED: 09.002.12.361.0201.2099, 09.002.12.365.0201.2104, 09.002.12.365.0201.2105,
09.002.12.366.0201.2111, 09.002.12.037.0201.2114.

Não estando a(s) mesma(s) vinculada(s) a(s) despesa(s) antes da contratação ou da ordem de fornecimento, por se tratar de licitação no sistema de registro de preços.

23 – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

23.1 – O prazo para início do fornecimento será de 10(dez) dias a contar da assinatura da ata de registro de preços/contrato, e o prazo do fornecimento será de 10(dez) dias, contados da data do recebimento da ordem de fornecimento.

24 – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

24.1 – O objeto contratado será recebido nos termos previstos no art. 140 da Lei nº 14.133/2021, e art. 12 do Decreto Municipal nº 12.967/2023, nos endereços abaixo para análise do Fiscal de Contrato:

SEMDs: rua Wilma Penido de Barros, nº 306, Bairro: Oswaldo Barbosa Pena, Nova Lima/MG, CEP:34.0002-080, de segunda a sexta-feira, no horário de 08:00 às 12:00 e de 13:00 às 16:00 horas, telefone: (31) 3180-5949, e-mail: almoxarifado.semds@pnl.mg.gov.br marcelo.galdino@pnl.mg.gov.br responsável: Luciana dos Santos e Marcelo Galdino Lourenço.

SEMSA: Rua José Braga da Silva, nº 111, Bairro: Oswaldo Barbosa Pena II, Nova Lima/MG, Cep:34.002-053, de segunda a sexta-feira, no horário de 08:00 às 16:30, telefone: (31) 3180-6073, e-mail: almoxarifado.saude@pnl.mg.gov.br, responsável: Juliana Laves Pereira da Silva.

SEMED: Avenida Benedito Alves Nazareth, nº 451, Bairro: Fazenda do Benito, Nova Lima/MG, de segunda a sexta-feira, no horário de 07:30 às 15:30 horas, telefone: (31) 3180-8799, e-mail: pedidos.expediente@pnl.mg.gov.br, responsável: Laene Cristina de Jesus Fernandes.

SEMAD: Rua Madre Tereza, nº415, Bairro: Centro, Nova Lima/MG, de segunda a sexta-feira, no horário de 08:00 às 12:00 e de 13:00 às 16:00 horas, telefone: (31) 3180-5829, e-mail: almoxarifado@pnl.mg.gov.br responsável: Daflas Alexandre da Cruz.

24.2 – O prazo de entrega será de 10(dez) dias a contar da data de recebimento da ordem de fornecimento.





Prefeitura Municipal
de Nova Lima

24.3 – A nota fiscal/fatura, sem qualquer rasura, deve ser emitida pela empresa, em nome da Prefeitura Municipal de Nova Lima e deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

25 – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

25.1 – O valor a ser pago, será apurado através das requisições emitidas e devidamente atendidas pelo Contratado.

25.2 – O pagamento será efetuado pela Tesouraria do Município de Nova Lima no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento do objeto e da(s) Nota(s) Fiscal(is) correspondentes, acompanhada(s) de comprovação da manutenção das condições demonstradas para habilitação, à vista do respectivo Termo de Recebimento Definitivo do objeto.

25.3 – A liquidação da despesa deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias úteis a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, podendo ser excepcionalmente prorrogado, justificadamente, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

25.3.1 – O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, suspenderá os prazos de liquidação.

25.4 – Para efeito de pagamento, a detentora dos preços registrados/contratada deverá emitir nota fiscal onde conste os dados bancários, assim como apresentar as Certidões Negativas de Débito perante a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, além daquelas relativas ao FGTS e Débitos Trabalhistas – CNDT.

25.5 – O pagamento das faturas seguirá a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, cabendo ao contratado manter durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

25.6 – Não será efetuado qualquer pagamento ao **CONTRATADO** enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

25.7 – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento não justificados, provocados exclusivamente pelo Município, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

onde:

EM = Encargos moratórios;

VP = Valor da parcela em atraso;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento (vencimento) e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:





**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

$$I = (TX / 100)$$

30

TX = Percentual da taxa de juros de mora mensal definida no edital/contrato.

26 – DO ADIAMENTO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA PRESENTE LICITAÇÃO

26.1 – Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá determinar a revogar da licitação por motivo de conveniência e oportunidade ou proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável.

26.2 – Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

26.3 – O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

26.4 – Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

26.5 – A Administração poderá adiar a licitação ou prorrogar o prazo para recebimento das propostas, sem que caibam aos licitantes quaisquer reclamações ou direitos a indenização ou reembolso, ressalvado o direito do contratado de boa-fé ao ressarcimento dos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

27 – INFORMAÇÕES E ELEMENTOS ESCLARECEDORES DA LICITAÇÃO

27.1 – O licitante interessado em participar deste certame deverá fazer o seu credenciamento junto à Plataforma AMM Licita, podendo obter informações pela internet, no endereço <https://ammlicita.org.br/>.

27.2 – O licitante apto a participar do certame deverá confirmar durante o envio das propostas, em campo específico do sistema, que cumprirá plenamente os requisitos de habilitação contidos neste Edital.

27.3 – O Licitante poderá obter, junto à AMM Licita, toda e qualquer informação necessária para a sua participação no presente certame, devendo informar à Prefeitura Municipal de Nova Lima, através do e-mail pregao.eletronico@pnl.mg.gov.br, qualquer negativa de atendimento por parte do suporte técnico da Plataforma AMM Licita.

27.4 – Para acesso ao sistema eletrônico os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal obtidas junto à Plataforma AMM Licita.

27.5 – O valor inicial dos lances corresponderá ao menor preço ofertado na abertura das propostas.

28 – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

28.1 – Por força das Leis Federais nº 9.069/95 e 10.192/2001, o valor da ata/contrato será reajustado, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, tendo como base a variação do índice oficial definido.





Prefeitura Municipal
de Nova Lima

28.2 – Decorrido o prazo acima estipulado, os preços unitários serão corrigidos monetariamente pelo índice INPC(IBGE), ou outro índice que venha a substituí-lo por força de determinação governamental, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

28.3 – A aplicação do índice dar-se-á de acordo com a variação acumulada do índice INPC(IBGE) ocorrida nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

28.4– Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

28.5– Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto, substituído, ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor, e em caso de variações do mesmo índice, será sempre adotando o que gerar menor onerosidade para a Administração.

28.6– Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo, adotando aquele que gerar menor onerosidade.

28.7– O reajuste será realizado por apostilamento.

28.9– Em se tratando serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, os preços contratados poderão ser repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, com data vinculada:

I - à da apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado;

II - ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra.

III - A Administração não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

IV - É vedado a órgão ou entidade contratante vincular-se às disposições previstas nos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.

V - A repactuação deverá observar o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação.

VI - A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

VII - Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação a que se refere o inciso II do **caput** deste artigo poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das categorias envolvidas na contratação.



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

VIII - A repactuação será precedida de solicitação do contratado, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

29- DA GARANTIA CONTRATUAL

29.1 – Em caso de formalização de contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, será exigida a título de garantia do contrato, e conforme o art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021 o montante de 5 % (cinco por cento) do valor inicial do contrato, podendo o contratado optar por uma das seguintes modalidades:

a – Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

b – Seguro-garantia;

c – Fiança bancária, emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

d - Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

29.2-A garantia contratual deverá ser apresentada até a assinatura do contrato.

29.3-Quando a garantia contratual for apresentada em dinheiro, o recolhimento deverá ser realizado de forma nominal, por meio de pagamento de DAM – DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL, emitido pelo DPRI, localizado na Praça Bernardino de Lima, n.º 80, Centro - 1º andar do Prédio da Prefeitura Municipal, mediante comprovação no ato de assinatura do contrato.

29.3.1-Em hipótese alguma serão aceitos comprovantes de depósitos realizados em terminais eletrônicos de autoatendimento.

29.3.2-Os títulos da dívida pública previstos na alínea "a" deverão ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

29.3.3-Caso o título venha a ser extinto ou tenha o seu prazo de validade expirado, a garantia deverá ser prestada por meio de outro título válido que venha a substituir o anterior, emitido pelo Tesouro Nacional e registrado no Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, ou substituído por uma das demais modalidades de garantia.

29.4-Em caso de fiança bancária, deverá ser expressa a renúncia do fiador ao benefício de ordem, e aos direitos previstos no artigo 827 do Código Civil (Lei 10.406/02), sendo que, a fiança deverá ser realizada em instituições financeiras regularmente autorizadas pelo Banco Central.

29.5-A garantia prestada será liberada ou restituída após 30 (trinta) dias da emissão do Termo de Encerramento de Obrigações Contratuais e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, ou pela rescisão do contrato, salvo se esta ocorrer por culpa da CONTRATADA, hipótese em que o Contratante poderá descontar da garantia o valor da penalidade financeira eventualmente aplicada.

29.6-Desfalcada a garantia prestada, pela imposição de multas ou outro motivo de direito, será notificada a Contratada através de correspondência com AR (Aviso de Recebimento) para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, complementar o valor da caução. A não apresentação da cobertura da garantia importará em rescisão contratual. À Administração cabe descontar da garantia toda importância que a qualquer título lhe for devida pela contratada-

29.7-No caso da contratada optar pelo seguro garantia ou fiança bancária:





**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

a) Deverá constar na garantia, cláusula expressa de cobrir inadimplemento das obrigações trabalhista e previdenciárias do contrato;

b) Não poderá conter cláusula que restrinja a responsabilidade do segurado ou fiador.

29.8- A validade da garantia será de no mínimo 3 (três) meses após o término do contrato/aditivo.

29.9 - A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

30 – DISPOSIÇÕES FINAIS

30.1 – O certame será conduzido por pregoeiro, Agente de Contratação competente para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação, conforme as atribuições previstas no art. 3º do Decreto Municipal nº 12.967/2023.

30.2 – No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

30.3 – É facultada ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de informação ou documentos que deveriam constar originalmente na proposta ou habilitação.

30.4 – Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e encaminhamento de suas propostas e lances.

30.5 – Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

30.6 – Os prazos previstos neste edital serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as disposições do art. 183 da Lei nº 14.133/2021.

30.7 – Após abertura da sessão virtual do certame não caberá desistência, salvo se por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro, por decisão fundamentada.



**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

30.8 – Ao final da sessão o sistema eletrônico divulgará ata circunstanciada, na qual haverá a indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública.

30.9 – Caso este Edital seja republicado, as propostas porventura encaminhadas serão canceladas, permanecendo o credenciamento dos licitantes e, em caso de retificação do Edital, apenas o credenciamento continua valendo.

30.10 – A empresa contratada ou detentora da ARP não poderá ceder ou caucionar os direitos creditórios oriundos do contrato objeto desta licitação, em quaisquer operações financeiras, sem a prévia e expressa anuência da administração municipal.

30.11 – Havendo divergência entre os termos do Edital e os constantes do respectivo instrumento contratual e demais anexos vinculados ao ato convocatório, prevalecerão as disposições deste, cuja correção deverá ser efetuada em momento oportuno, conforme disposto em lei.

30.12 – É vedada a subcontratação da totalidade do objeto principal desta licitação.

30.13 – O Edital, planilhas, anexos, Termo de Referência e toda documentação da licitação são complementares entre si.

30.14 – Qualquer medida judicial oriunda desta licitação será processada na Comarca de Nova Lima/MG, com expressa renúncia de qualquer outra, por mais privilegiada que seja.

30.15 – Constituem anexos do Edital, dele fazendo parte:

Anexo I - Termo de Referência e seus anexos;

Anexo II – Modelo de declaração conjunta sobre atendimento às condições de participação;

Anexo III – Modelo de declaração de enquadramento fiscal;

Anexo IV – Modelos de declarações que não emprega menor e declaração de fato superveniente

Anexo V – Modelo proposta comercial;

Anexo VI – Declaração de integralidade dos custos;

Anexo VII – Declaração de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para a reabilitação da previdência social.

Anexo VIII- Minuta de ata de registro de preços;

Anexo IX- Minuta de Contrato;

30.16 – O desatendimento de exigências formais e não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis as aferições de suas qualificações e as exatas compreensões de sua proposta, não fira os princípios constitucionais e preserve o interesse público.

30.17 – O presente Edital está sujeito a eventuais alterações, cabendo às empresas interessadas acompanhar eventuais divulgações pelos mesmos meios de sua divulgação inicial, durante todo o trâmite do processo licitatório até a data de abertura do certame.





**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

30.17.1 – Além da necessidade divulgação pelos mesmos meios da divulgação inicial, deverão ser observados os mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

30.18 – As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

30.19 – Os casos não previstos neste Edital serão resolvidos pela Administração Municipal, observados os princípios basilares e demais normas contidas na Lei 14.133/2021 e nos Decretos Municipais nº 12.967/23; 12.968/23; 13.518/23, 13.588/2023, 13.749/2023, 13.929/2023, 13.966/2024.

Nova Lima, 12 de fevereiro de 2025.

**LUCIANA FERREIRA GONTIJO
DIRETORA DA CENTRAL DE COMPRAS**

**THIAGO OLIVEIRA FRANCO CANÇADO
SUBSECRETÁRIO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

**HENRIQUE APARECIDO PIMENTA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**





Prefeitura Municipal
de Nova Lima

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 371/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2024

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1- DEFINIÇÃO DO OBJETO, INCLUÍDOS SUA NATUREZA, OS QUANTITATIVOS, O PRAZO DO CONTRATO E, SE FOR O CASO, A POSSIBILIDADE DE SUA PRORROGAÇÃO;

1.1-Objeto:

Eventual aquisição de material de copa, cozinha, higiene e limpeza para atender as demandas das secretarias diversas do município de Nova Lima.

1.2-Natureza:

Bem comum, cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais de mercado, conforme art. 6º, inciso XIII da Lei nº. 14.133/2021.

Bem de categoria comum, conforme art. 1º, I, do Decreto Municipal nº. 14.349/2024.

1.3-Quantitativos:

Os quantitativos de materiais foram estimados com base em levantamento realizado das duas últimas licitações realizadas deste mesmo objeto, atrelado ao levantamento de demanda de cada Secretaria, conforme DFD apresentados.

ITEM	DESCRIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES	UNID. DE MEDI DA	QUANTID A DE	ENQUA- DRA- MENTO	MARC A	VALOR UNITÁRI O ESTIMAD O R\$	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
1	ÁGUA SANITÁRIA DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO: Água sanitária 2 litros com alvejante, detergente e perfume. Componente ativo: (hipoclorito de sódio), teor de cloro ativo entre 2,0 a 2,5% p/p.O produto deve apresentar notificação na Anvisa/ms. Com validade mínima de 06 meses, a partir da data da entrega. Com	UN	20.793	AMPLA CONC.		4,16	86.498,88



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

	alça do próprio frasco, bem vedado com tampa de rosca de no mínimo 18mm (dezoito milímetros) de altura e não apresentar nenhum vazamento. 						
1.1	ÁGUA SANITÁRIA DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO: Água sanitária 2 litros com alvejante, detergente e perfume. Componente ativo: (hipoclorito de sódio), teor de cloro ativo entre 2,0 a 2,5% p/p.O produto deve apresentar notificação na Anvisa/ms. Com validade mínima de 06 meses, a partir da data da entrega. Com alça do próprio frasco, bem vedado com tampa de rosca de no mínimo 18mm (dezoito milímetros) de altura e não apresentar nenhum vazamento. 	UN	6.931	COTA DE 25%		4,16	28.832,96



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

2	ÁLCOOL EM GEL 70% DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO: Álcool etílico apresentação em gel uso: antissepsia de pele, mãos e antebraços; características: embalagem com apresentação de 500 ml e frasco com válvula pump dosadora; apresentação comercial: conforme embalagem do fabricante; deverá possuir na composição componentes hidratantes ou emolientes; o produto deve estar de acordo com as normas reguladoras e possuir registro na Anvisa ou observados - RDC Nº 691, DE 13 DE MAIO DE 2022. 	FR	13.493	AMPLA CONC.		7,56	102.007,08
2.1	ÁLCOOL EM GEL 70% DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO: Álcool etílico apresentação em gel uso: antissepsia de pele, mãos e antebraços; características: embalagem com apresentação de 500 ml e frasco com válvula pump dosadora; apresentação comercial: conforme embalagem do fabricante; deverá possuir na composição componentes hidratantes ou emolientes; o produto deve estar de acordo com as normas reguladoras e possuir registro na Anvisa ou	FR	4.497	COTA DE 25%		7,56	33.997,32



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

	observados - RDC Nº 691, DE 13 DE MAIO DE 2022. 						
3.1	BALDE PLÁSTICO DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO: Com alça de metal, capacidade 10 litros, balde plástico redondo, com alça de metal, feito em material termoplástico (polipropileno com polímero). Medidas aproximadas comprimento: 27,9 cm, altura: 23,9 cm largura: 23,2 cm. Com capacidade de 10 litros. 	UN	530	EXCLUSIVO ME, MEI E EPP		10,66	5.649,80
4.1	BORRIFADOR DE ÁLCOOL E ÁGUA: DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO: Sistema de pressão manual, bico regulável de jato, material: polietileno, polipropileno e metal, capacidade de 280 ml. 	UN	580	EXCLUSIVO ME, MEI E EPP		6,45	3.741,00



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

5.1	CERA LÍQUIDA INCOLOR 850 ml DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Cera líquida, especial, incolor, alto brilho, em embalagens de 850 ml - composição: resina acrílica, tribitoxietilfosfato, polímeros acrílicos, emulsão de polietileno, parafina, carnaúba, nivelador, plastificante, fragrância, conservante, água e perfume, com registro na Anvisa. Embalagem de 850 ml. 	UN	4.720	EXCLUSIVO ME, MEI E EPP		5,23	24.685,60
6	COPO DESCARTÁVEL 200ML DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Pacote com 100 unidades. Especificação: acondicionado em mangas com 100 copos, peso mínimo 220 gramas, as mangas não devem estar violadas. Deverá constar impresso na manga a quantidade e a capacidade total do copo. Copo confeccionado em 100% polipropileno (pp), reciclável, que apresente excepcional resistência, paredes grossas. Os copos devem conter gravado de forma indelével em relevo a marca ou identificação do fabricante, símbolo de identificação do material para reciclagem, certificação no inmetro.	PT	35.250	AMPLA CONC.		6,83	240.757,50



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

							
6.1	COPO DESCARTÁVEL 200ML DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Pacote com 100 unidades. Especificação: acondicionado em mangas com 100 copos, peso mínimo 220 gramas, as mangas não devem estar violadas. Deverá constar impresso na manga a quantidade e a capacidade total do copo. Copo confeccionado em 100% polipropileno (pp), reciclável, que apresente excepcional resistência, paredes grossas. Os copos devem conter gravado de forma indelével em relevo a marca ou identificação do fabricante, símbolo de identificação do material para reciclagem, certificação no inmetro. 	PT	11.750	COTA DE 25%		6,83	80.252,50
7.1	COPO DESCARTÁVEL 50 ML PARA CAFÉ DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Pacote com 100 unidades, especificação: acondicionado em mangas com 100 copos, peso mínimo 0.75 gr. As mangas não devem estar violadas. Deverá	PT	10.600	EXCLUSIVO ME, MEI E EPP		3,34	35.404,00



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

	constar impresso na manga a quantidade e a capacidade total do copo. Copo confeccionado em 100% polipropileno (pp), reciclável, que apresente excepcional resistência, paredes grossas. Os copos devem conter gravado de forma indelével em relevo a marca ou identificação do fabricante, símbolo de identificação do material para reciclagem, certificação no inmetro. 						
8.1	DESENTUPIDOR DE BORRACHA P/ VASO SANITÁRIO. DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Para uso em vaso sanitário e demais sistemas sanitários feito com borracha de aproximadamente de 16.5 cm e cabo de madeira, similares ou metal de aproximadamente de 60 cm. 	UN	400	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		6,92	2.768,00
9	DESINFETANTE 2 LITROS DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Para uso geral, não corrosivo, que seja eficaz contra bactérias, germes e fungos. acondicionado em embalagens plásticas de 2 litros. O desinfetante deverá possuir a propriedade de tornar	UN	25.820	AMPLA CONC.		3,38	87.271,60



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

	a água com coloração, quando colocado em contato com a mesma de forma a comprovar a presença do produto quando diluído e conter escrito no rótulo a eficácia contra bactérias. Diluição superior a 30 litros por litro do produto. Deve possuir impreterivelmente a fragrância lavanda. 						
9.1	DESINFETANTE 2 LITROS DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Para uso geral, não corrosivo, que seja eficaz contra bactérias, germes e fungos. acondicionado em embalagens plásticas de 2 litros. O desinfetante deverá possuir a propriedade de tornar a água com coloração, quando colocado em contato com a mesma de forma a comprovar a presença do produto quando diluído e conter escrito no rótulo a eficácia contra bactérias. Diluição superior a 30 litros por litro do produto. Deve possuir impreterivelmente a fragrância lavanda. 	UN	8.606	COTA DE 25%		3,38	29.088,28



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

10.1	DESINFETANTE GERMICIDA MULTI USO. DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Desinfetante multi uso 750 ml para vasos sanitario e redes de esgoto. A Embalagem deve possuir tampa de boa vedação e lacre de segurança, a embalagem deve estar de acordo com as normas reguladoras deve apresentar a f.i.s.p.q (ficha de informação de segurança para produtos químicos), possuir registro na anvisa. Marca de referência ufenol lata de 750 ml. 	UN	3.050	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		4,33	13.206,50
11.1	DESODORIZANTE P/AMBIENTE AEROSOL. DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Especificação:desodorizante para ambiente aerosol mínimo de 360 ml. Fragrância: lavanda, elimina os odores desagradáveis e perfuma suavemente, criando ambientes aconchegantes e proporcionando uma sensação duradoura de ar puro no ambiente e a sensação de limpeza, aconchego e harmonia. Composição: cloreto de alquil dimetil benzil amônio e cloreto de alquil dimetil etil benzil amônio 0,07%. Ingrediente ativo, solubilizantes, coadjuvantes, perfume e butano/propano.	UN	7.080	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		9,95	70.446,00



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

							
12.1	DESODORIZANTE SANITÁRIO PARA MICTÓRIO. DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Especificação: Odorizador e neutralizador de odor para mictório tipo tela com pedra aromatizante. A cor da tela pode ser na cor azul, verde ou branca ou as disponíveis no mercado tipo de fragrância: lavanda, limão ou cítrico ou o mais disponível no mercado. 	UN	17.000	EXCLUSIVO ME, MEI E EPP		2,98	50.660,00
13	DETERGENTE LÍQUIDO 500ML. DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Concentrado, para lavar louças manualmente, neutro, testado dermatologicamente, biodegradável, ph situado entre 5,5 e 8, concentrado, com aspecto líquido viscoso e transparente, embalado em frasco flexível e inquebrável com capacidade de 500ml, em plástico flexível, resistente (que não estoure no empilhamento), de material não reciclado com tampa de bico dosador. Princípio	FR	36.825	AMPLA CONC.		3,28	120.786,00



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

	ativo: linear alquilbenzeno sulfonato de sódio. O produto deverá apresentar no rótulo da embalagem a expressão: "testado dermatologicamente", com glicerina e as indicações, precauções, modo de usar além de nome e endereço e cnpj do fabricante, serviço de atendimento ao consumidor, registro, ou notificação válidos no ms/Anvisa, bem como a composição química, nome e registro do técnico ou profissional responsável na entidade profissional competente. 						
13.1	DETERGENTE LÍQUIDO 500ML. DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Concentrado, para lavar louças manualmente, neutro, testado dermatologicamente, biodegradável, ph situado entre 5,5 e 8, concentrado, com aspecto líquido viscoso e transparente, embalado em frasco flexível e inquebrável com capacidade de 500ml, em plástico flexível, resistente (que não estoure no empilhamento), de material não reciclado com tampa de bico dosador. Princípio ativo: linear alquilbenzeno sulfonato de sódio. O produto	FR	12.275	COTA DE 25%		3,28	40.262,00



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

	deverá apresentar no rótulo da embalagem a expressão: "testado dermatologicamente", com glicerina e as indicações, precauções, modo de usar além de nome e endereço e cnpj do fabricante, serviço de atendimento ao consumidor, registro, ou notificação válidos no ms/Anvisa, bem como a composição química, nome e registro do técnico ou profissional responsável na entidade profissional competente. 						
14.1	ESCOVA MULTIUSO EM PLÁSTICO DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO para lavar roupa ou outras tarefas de limpeza, especificação: composta de material sintético, cerdas resistentes e que não se desprendem facilmente, não deve conter partes de madeira. 	UN	2.960	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		5,07	15.007,20
15.1	ESFREGÃO COM O BALDE MOP DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Com cabo de aço inoxidável e pano de microfibra de cabeça giratória com o balde mop,	UN	440	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		63,02	27.728,80



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

	centrífuga 360 (cesto de inox giratório de alta rotação agiliza a secagem do esfregão) sistema manual a centrifugação capacidade do balde aproximada de 16 litros, largura do balde aproximada de 26cm; comprimento do balde: aproximada de 45cm; altura do balde: aproximada de 21cm; comprimento do cabo: aproximada de 1,20m. itens inclusos: um balde mop 360 com cesto de inox, um cabo desmontável, esfregões de microfibra acopláveis ao cabo. 						
16.1	ESPONJA DUPLA FACE PARA LIMPEZA. DESCRÇÃO E ESPECIFICAÇÃO especificação: utilizada para limpeza pesada, confeccionada em espuma de poliuretano sendo esta face amarela e a outra fita abrasiva na cor verde, embaladas individualmente em embalagens que contenham dados do fabricante. Medidas aproximadas 110mm x 75mm x 20mm (Marca de referência Scotch Brite). 	UN	15.950	EXCLUSIVO ME, MEI E EPP		2,09	33.335,50



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

17.1	ESPONJA LÃ DE AÇO DESCRição E ESPECIFICAÇÃO especificação: esponja de lã de aço composta de aço carbono para limpeza em geral. Deve apresentar boa durabilidade. Pacote de 60 gramas contendo 8 esponjas.(Marca de referência Bom Bril). 	PT	4.692	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		1,63	7.647,96
18.1	FIBRA P/ LIMPEZA LEVE DESCRição E ESPECIFICAÇÃO medidas aproximadas 125x87x24mm- composta de fibra sintética com carga inorgânica. Dimensões de 125x87x24mm. Pacote com no mínimo 5 fibras picotadas. Produto à base de fibras sintéticas e mineral abrasivo, unidos por resina à prova d'água. Indicada para limpeza geral de utensílios, equipamentos, pisos e outras superfícies de maneira eficaz. De acordo com as normas da Vigilância Sanitária. 	PT	4.620	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		16,66	76.969,20
19.1	FIBRA P/LIMPEZA PESADA DESCRição E ESPECIFICAÇÃO medidas aproximadas 125x87x24mm- composta de fibra sintética com abrasivo. Dimensões de 125x87x24mm. Pacote contendo no mínimo 5	PT	3.620	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		14,90	53.938,00



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

	fibras picotadas. Fibra de limpeza ultra pesada, retangular, produto à base de fibras sintéticas e mineral abrasivo, unidos por resina à prova d água. Possuem abrasivos eficientes que retiram sujidades e crostas de panelões, churrasqueiras, grelhas e chapas de fritura. De acordo com as normas da vigilância sanitária. 						
20.1	FLANELA 100% ALGODÃO DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Tom de laranja ou branco largura de aproximadamente 60 cm. Especificação: flanela para limpeza; composta por 100% algodão cor laranja ou branco , lisa largura 60 cm. 	UN	10.024	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		3,03	30.372,72
21.1	FÓSFORO MAÇO C/ 10 CAIXAS C/ 40 PALITOS EM CADA CAIXA. DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Especificação e composto de fósforo, clorato de potássio e aglutinantes. Embalagem contendo 10 caixas com 40 palitos cada. 	MAÇO	7.940	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		3,44	27.313,60



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

22.1	HIPOCLORITO DE SÓDIO DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Solução a 10%. Especificação: hipoclorito de sódio cloro líquido concentrado com a solução a 10% ou mais dentro das norma Anvisa, galão de 5 litros. 	GL	740	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		13,84	10.241,60
23.1	INSETICIDA AEROSOL. DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO especificação: piretroide p/desinsetização com mínimo 300 ml e prazo de validade de 2 anos. Eficaz contra moscas, pernilongos, mosquitos (incluindo o mosquito da dengue, zika e chikungunya), muriçocas, baratas, aranhas e pulgas. Composição: ingredientes ativos (imiprotrina 0,020%, permetrina 0,050%, esbiotrina 0,100%), solvente, antioxidante, emulsificante, veículo e propelentes. 	UN	3.160	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		14,04	44.366,40
24.1	LIMPA VIDROS. DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Especificação: embalagem de 500 ml, composto de butil etil éter, tripolifosfato de sódio, hidróxido de amônia, lauril éter, sulfato de sódio, corante,	FR	7.670	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		4,98	38.196,60



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

	água. ingrediente ativo: etanol 14%. Deve conter no rótulo ou impresso na embalagem: nome do químico responsável, número de registro no ministério da saúde, serviço de atendimento ao consumidor. 						
25	LIMPADOR MULTIUSO DE USO GERAL, DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Tradicional, embalagem individual de 500 ml, com tampa flip top, bico dosador econômico de espirrar (pressão), testado dermatologicamente. Limpador instantâneo, o ideal para remover gordura, fuligem, poeira e manchas em ambientes e equipamentos de cozinha (geladeiras e fogões); banheiros(pias e azulejos) e nos escritórios (fórmicas, divisórias e telefones). Princípio ativo: tensoativo aniônico biodegradável. Embalagem: frasco de 500ml. O produto deve apresentar notificação na anvisa/ms. 	UN	18.975	AMPLA CONC.		3,51	66.602,25



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

25.1	LIMPADOR MULTIUSO DE USO GERAL, DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Tradicional, embalagem individual de 500 ml, com tampa flip top, bico dosador econômico de espirrar (pressão), testado dermatologicamente. Limpador instantâneo, o ideal para remover gordura, fuligem, poeira e manchas em ambientes e equipamentos de cozinha (geladeiras e fogões); banheiros(pias e azulejos) e nos escritórios (fórmicas, divisórias e telefones). Princípio ativo: tensoativo aniônico biodegradável. Embalagem: frasco de 500ml. O produto deve apresentar notificação na anvisa/ms. 	UN	6.325	COTA DE 25%		3,51	22.200,75
26	LIXEIRA DE POLIETILENO. DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO especificação: lixeira capacidade de 15 litros com pedal metálico, fabricada em processo de rotomoldagem sem soldas ou emendas, em polietileno de alta densidade com tratamento em uv. Pedal fabricado em tarugo de ferro maciço galvanizado e chapa xadrez galvanizada. Dobradiça traseira fixada em suporte reforçado e preso à lixeira por 04 parafusos. Chapa da	UN	1.140	AMPLA CONC.		58,40	66.576,00



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

	dobradiça arrebitada na tampa, medidas: 0,36 altura x 0,30 diâmetro. 						
26.1	LIXEIRA DE POLIETILENO. DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO especificação: lixeira capacidade de 15 litros com pedal metálico, fabricada em processo de rotomoldagem sem soldas ou emendas, em polietileno de alta densidade com tratamento em uv. Pedal fabricado em tarugo de ferro maciço galvanizado e chapa xadrez galvanizada. Dobradiça traseira fixada em suporte reforçado e preso à lixeira por 04 parafusos. Chapa da dobradiça arrebitada na tampa, medidas: 0,36 altura x 0,30 diâmetro. 	UN	380	COTA DE 25%		58,40	22.192,00
27.1	LUSTRA MÓVEIS DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Contendo matéria prima especial, cheiro agradável, brilho seco, à base de óleo parafínico, cera microcristalina, dimetil polisiloxano, tensoativos não iônicos, espessantes, alcalinizante, preservante, solvente e veículo. Fragrância: lavanda.	FR	3.820	EXCLUSIVO ME, MEI E EPP		9,76	37.283,20



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

	Embalagem: frasco plástico com tampa flip-top de 200ml. Com validade mínima de 20 meses, a partir da data da entrega. O produto deve apresentar notificação na anvisa/ms. 					
28.1	LUVAS DE LIMPEZA – BORRACHA M DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Tamanho médio - luvas de borracha natural: látex e resina nitrílica, forro verniz silver, antiderrapante tipo diamante, deve conter registro no inmetro, deve conter registro no inmetro, número do ca, cor azul. Ponto referencial de oferta. Volk ou outro (a) de qualidade equivalente ou superior. Pacote com 1 par. 	PR	12.900	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP	5,40	69.660,00
29	LUVAS DE LIMPEZA – BORRACHA G DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Tamanho grande, - luvas de borracha natural: látex e resina nitrílica, forro verniz silver, antiderrapante tipo diamante, deve conter registro no inmetro, número do ca, cor azul. Ponto referencial de	PR	9.600	AMPLA CONC.	8,99	86.304,00



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

	oferta. Volk ou outro (a) de qualidade equivalente ou superior. Pacote com 1 par. 						
29.1	LUVAS DE LIMPEZA – BORRACHA G DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Tamanho grande, - luvas de borracha natural: látex e resina nitrílica, forro verniz silver, antiderrapante tipo diamante, deve conter registro no inmetro, número do ca, cor azul. Ponto referencial de oferta. Volk ou outro (a) de qualidade equivalente ou superior. Pacote com 1 par. 	PR	3.200	COTA DE 25%		8,99	28.768,00
30.1	PÁ PARA LIXO C/ CABO DE MADEIRA DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Mínimo de 70 cm. Especificação: pá de lixo - metal zincado tipo gari - cabo longo (mínimo de 70 cm), sendo permitida uma variação para mais ou para menos de 5 % (cinco por cento) no cabo. 	UN	2.800	EXCLUSIVO ME, MEI E EPP		5,70	15.960,00



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

31.1	PALHA DE AÇO. DESCRição E ESPECIFICAÇÃO Especificação: produzida a partir de aço carbono, número 01, embalagem individual. Marca de referência, Assolan. 	PT	2.000	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		1,74	3.480,00
32.1	PANO DE PRATO DESCRição E ESPECIFICAÇÃO Pano para secar prato, de cor branca, com acabamento, sem estampas, 100% algodão, atalhado, medindo 46 x 62 cm (sendo permitida uma variação de 5 cm para mais ou para menos), resistente. 	UN	4.600	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		2,52	11.592,00
33	PANO MULTIUSO DESCRição E ESPECIFICAÇÃO Para limpeza pesada: pano multiuso descartável em bobina tipo perfex. Rolo com 300 metros. 75gr. Composto por aproximadamente 70% de viscose e 30% de poliéster e no tamanho 33x50cm. Principais características: higiênico, superabsorvente, não soltar fiapos, resistente e antibacterial. 	RL	2.310	AMPLA CONC.		118,87	274.589,70



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

33.1	PANO MULTIUSO DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Para limpeza pesada: pano multiuso descartável em bobina tipo perfex. Rolo com 300 metros. 75gr. Composto por aproximadamente 70% de viscose e 30% de poliéster e no tamanho 33x50cm. Principais características: higiênico, superabsorvente, não soltar fiapos, resistente e antibacterial. 	RL	770	COTA DE 25%		118,87	91.529,90
34	PAPEL HIGIÊNICO - ROLO MÍNIMO 300 M DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Papel higiênico, neutro cor super branco - folha simples, picotada e grofado, 100% de fibras naturais. Rolo mínimo de 300 m x 10 cm. 	RL	10.665	AMPLA CONC.		7,78	82.973,70
34.1	PAPEL HIGIÊNICO - ROLO MÍNIMO 300 M DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Papel higiênico, neutro cor super branco - folha simples, picotada e grofado, 100% de fibras naturais. Rolo mínimo de 300 m x 10 cm. 	RL	3.555	COTA DE 25%		7,78	27.657,90



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

35	PAPEL HIGIÊNICO FOLHA DUPLA 30 M DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Folha dupla, extra macio, gramatura de 27 a 30g/m², alta alvura, neutro, de alta absorção, (não reciclado) 100% cellulose virgem, ou 100% celulosicas virgens, ou 100% fibras naturais virgens, picotado e gofrado, não perecível. Dimensões: rolo de 30 m x 10cm. Embalagem: fardo com 64 rolos branco (alvura > 85% conforme abnt nbr nm-isso 2470), isento de manchas, pintas, furos e rasgos, sem perfume). 	FD	1.109	AMPLA CONC.		75,83	84.095,47
35.1	PAPEL HIGIÊNICO FOLHA DUPLA 30 M DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Folha dupla, extra macio, gramatura de 27 a 30g/m², alta alvura, neutro, de alta absorção, (não reciclado) 100% cellulose virgem, ou 100% celulosicas virgens, ou 100% fibras naturais virgens, picotado e gofrado, não perecível. Dimensões: rolo de 30 m x 10cm. Embalagem: fardo com 64 rolos branco (alvura > 85% conforme abnt nbr nm-isso 2470), isento de manchas, pintas, furos e rasgos, sem perfume).	FD	369	COTA DE 25%		75,83	27.981,27



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

							
36	PAPEL TOALHA INTERFOLHA DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Extra, nas gramaturas entre 25 e 50g/m², folha dupla, fabricado em material puro, 100% fibras celulósicas virgens, não recicláveis, extra macio, gofrado, interfolhado, não possuir odor e de excelente absorção. Dimensões: 22,5cm x 21,6cm. As dimensões podem apresentar variações para mais (no comprimento) em até 0,5cm ou para menos (na largura) em até 1,0cm. Embalagem: pacote com 1250 folhas. 	PT	43.125	AMPLA CONC.		15,87	684.393,75
36.1	PAPEL TOALHA INTERFOLHA DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Extra, nas gramaturas entre 25 e 50g/m², folha dupla, fabricado em material puro, 100% fibras celulósicas virgens, não recicláveis, extra macio, gofrado, interfolhado, não possuir odor e de excelente absorção. Dimensões: 22,5cm x 21,6cm. As dimensões podem apresentar variações para mais (no comprimento) em até 0,5cm ou para menos (na	PT	14.375	COTA DE 25%		15,87	228.131,25



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

	largura) em até 1,0cm. Embalagem: pacote com 1250 folhas. 						
37.1	PAPEL TOALHA PARA COZINHA DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Alto grau de alvura e absorção, não deixando resíduos nas mãos, superfícies e alimentos. Folha dupla em papel 100% celulose virgem. Rolo com 60 unidades de aproximadamente 23 x 22 cm. Pacote com 2 rolos. 	PT	11.100	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		6,12	67.932,00
38.1	PASSADOR DE CERA DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Com cabo de madeira revestido - passador de cera de uso doméstico, com espuma retangular medindo 4,5 x 30cm, cabo de madeira revestido medindo 1,20m, com gancho na ponta para pendurar. 	UN	1.450	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		11,54	16.733,00
39.1	PORTA COPO DE PAREDE DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Dispenser suporte porta copos descartáveis parede de 180 a 200 ml. Capacidade de 100 copos; dimensões até – 49A x 8L x 11 C. 	UN	350	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		30,14	10.549,00



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

40.1	REMOVEDOR DE CERA Descrição e especificação Nas fragrâncias citrus, floral e natural, composto por hidrocarboneto alifático, anti-oxidante e fragrância. Acondicionada em embalagem plástica resistente, transparente, com tampa abre fecha tipo flip top, encaixada ao frasco sob pressão, de forma a não apresentar vazamento, contendo 1000ml. Produto com validade mínima de 12 meses a partir da entrega. Na embalagem deverá constar informações do fabricante, composição, químico responsável, data de fabricação, validade ou prazo de validade, telefone para contato em emergências toxicológicas e notificação na Anvisa. Os frascos deverão ser entregues acondicionados em caixas de papelão resistente para empilhamento. 	UN	1.420	EXCLUSIVO ME, MEI E EPP		8,97	12.737,40
41.1	RODO PLÁSTICO 30 CM DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO De 30cm ergonômico, borracha dupla, com cabo roscável e revestido com material plástico, medindo aproximadamente 30cm de base.	UN	4.820	EXCLUSIVO ME, MEI E EPP		6,35	30.607,00



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

							
42.1	RODO PLÁSTICO 60 CM DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO De 60cm ergonômico, borracha dupla, com cabo roscável e revestido com material de plástico, cabo de aço revestido em pp medindo entre 1,35 e 1,40m de comprimento medindo 60 cm de base (medidas aproximadas). 	UN	4.780	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		10,57	50.524,60
43.1	RODO PLÁSTICO PARA PIA DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Base em polipropileno, material de secar em borracha, 15cm aproximados. 	UN	2.360	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		7,04	16.614,40
44.1	SABÃO DE COCO DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Sabão base de ácido graxos, glicerina, conservante, sal inorgânico e água tablete de 180 gramas. 	UN	1.740	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		2,05	3.567,00
45	SABÃO EM PÓ DE 01 KG DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Especificação: sem cloro, com poder removedor de manchas. Composto de tensoativo aniônico, tensoativo catiônico, coadjuvantes, sinergista,	UN	7.275	AMPLA CONC.		14,52	105.633,00



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

	branqueador óptico, enzima, tamponantes, essência, carga, alvejante, atenuador de espuma, essência e água; contendo alquil benzeno sulfonato de sódio e tensoativo biodegradável. Registro na anvisa. 					
45.1	SABÃO EM PÓ DE 01 KG DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Especificação: sem cloro, com poder removedor de manchas. Composto de tensoativo aniônico, tensoativo catiônico, coadjuvantes, sinergista, branqueador óptico, enzima, tamponantes, essência, carga, alvejante, atenuador de espuma, essência e água; contendo alquil benzeno sulfonato de sódio e tensoativo biodegradável. Registro na anvisa. 	UN	2.425	COTA DE 25%	14,52	35.211,00
46.1	SABÃO EM TABLETES DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Especificação: sabão em barra, neutro, produto testado dermatologicamente, destinado para lavagem de roupas e louças. Composição: sabão a base de sódio, edta, ácido etilenohidroxidifosfônico, cloreto de sódio,	UN	7.760	EXCLUSIVO ME, MEI E EPP	1,81	14.045,60



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

	sulfato de sódio, glicerina, formaldeído, perfume, corante e água. Unidades de no mínimo 180 gramas cada. 						
47	SABONETE LÍQUIDO HIDRATANTE DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Em galão c/ 05 litros. Fragrância lavanda, floral ou erva doce composição: laurileter sulfato de sódio, amins glicerina, essencias, corantes e conservantes. Composição: laurileter sulfato de sódio, amins glicerina, essencias, corantes e conservantes deve conter registro na anvisa. 	UN	5.138	AMPLA CONC.		33,18	170.478,84
47.1	SABONETE LÍQUIDO HIDRATANTE DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Em galão c/ 05 litros. Fragrância lavanda, floral ou erva doce composição: laurileter sulfato de sódio, amins glicerina, essencias, corantes e conservantes. Composição: laurileter sulfato de sódio, amins glicerina, essencias, corantes e conservantes deve conter registro na anvisa.	UN	1.712	COTA DE 25%		33,18	56.804,16



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

							
48	SACO ALVEJADO. DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Pano para limpeza pesada tipo saco alvejado de algodão, de cor branca, duplo, 100% de algodão, alvejado, pré amaciado, tamanho, tamanho 48 cm x 69 cm (sendo permitida uma variação de 5 cm para mais ou para menos), resistente. 	UN	28.200	AMPLA CONC.		3,67	103.494,00
48.1	SACO ALVEJADO. DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Pano para limpeza pesada tipo saco alvejado de algodão, de cor branca, duplo, 100% de algodão, alvejado, pré amaciado, tamanho, tamanho 48 cm x 69 cm (sendo permitida uma variação de 5 cm para mais ou para menos), resistente. 	UN	9.400	COTA DE 25%		3,67	34.498,00



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

49	SACO PARA ACONDICIONAMENTO DE LIXO 100 L RESIDUO COMUM (PRETO) -SACO PLÁSTICO PARA ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUO COMUM, RESISTENTE DE COR PRETO, CONFECCIONADO DE POLIETILENO COM DIMENSÕES PLANAS DE 75 CM LARGURA X 105 CM ALTURA, CAPACIDADE NOMINAL 20 KG E VOLUMÉTRICA DE 100 LITROS DE ACORDO COM A TABELA 1 (CLASSIFICAÇÃO PARA COMERCIALIZAÇÃO DOS SACOS CLASSE I DA 9191:2008). MATÉRIA PRIMA: OS SACOS PARA ACONDICIONAMENTO DE LIXO DEVEM SER CONFECCIONADOS COM RESINAS TERMOPLÁSTICAS, VIRGENS. OS PIGMENTOS UTILIZADOS DEVEM SER COMPATÍVEIS COM A RESINA EMPREGADA DE MODO QUE NÃO INTERFIRAM NAS CARACTERÍSTICAS MECÂNICAS E PROPORCIONE A OPACIDADE NECESSÁRIA Á APLICAÇÃO. SACO COM SOLDA LATERAL CONTINUA, HOMOGENEA E UNIFORME. PARA COMPROVAÇÃO DA QUALIDADE DO PRODUTO, OS FORNECEDORES DEVERÃO APRESENTAR LAUDOS DE LABORATÓRIO SENAI ACREDITADO E HABILITADO PELO INMETRO (CONTENDO A MASSA MÉDIA) QUE COMPROVEM OS CRITÉRIOS DE	CT	7.200	AMPLA CONC.	94,00	676.800,00
----	--	----	-------	-------------	-------	------------



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

	ACEITAÇÃO ESTABELECIDOS NA NORMA ABNT 9191 DE 2008, NBR 13056, NBR 14474, NR 32, RDC 222/2018, RESOLUÇÃO DO CONAMA 358/2005 E A LEI 8.078/90. UNIDADE DE AQUISIÇÃO: PACOTE COM 100 UNIDADES. 						
49.1	SACO PARA ACONDICIONAMENTO DE LIXO 100 L RESIDUO COMUM (PRETO) -SACO PLÁSTICO PARA ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUO COMUM, RESISTENTE DE COR PRETO, CONFECCIONADO DE POLIETILENO COM DIMENSÕES PLANAS DE 75 CM LARGURA X 105 CM ALTURA, CAPACIDADE NOMINAL 20 KG E VOLUMÉTRICA DE 100 LITROS DE ACORDO COM A TABELA 1 (CLASSIFICAÇÃO PARA COMERCIALIZAÇÃO DOS SACOS CLASSE I DA 9191:2008). MATÉRIA PRIMA: OS SACOS PARA ACONDICIONAMENTO DE LIXO DEVEM SER CONFECCIONADOS COM RESINAS TERMOPLÁSTICAS, VIRGENS. OS PIGMENTOS UTILIZADOS DEVEM SER COMPATÍVEIS COM A RESINA EMPREGADA DE MODO QUE NÃO INTERFIRAM NAS	CT	2.400	COTA DE 25%		94,00	225.600,00



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

	CARACTERÍSTICAS MECÂNICAS E PROPORCIONE A OPACIDADE NECESSÁRIA Á APLICAÇÃO. SACO COM SOLDA LATERAL CONTINUA, HOMOGENEA E UNIFORME. PARA COMPROVAÇÃO DA QUALIDADE DO PRODUTO, OS FORNECEDORES DEVERÃO APRESENTAR LAUDOS DE LABORATÓRIO SENAI ACREDITADO E HABILITADO PELO INMETRO (CONTENDO A MASSA MÉDIA) QUE COMPROVEM OS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO ESTABELECIDOS NA NORMA ABNT 9191 DE 2008, NBR 13056, NBR 14474, NR 32, RDC 222/2018, RESOLUÇÃO DO CONAMA 358/2005 E A LEI 8.078/90. UNIDADE DE AQUISIÇÃO: PACOTE COM 100 UNIDADES. 						
50	SACO PARA ACONDICIONAMENTO DE LIXO 50 L RESIDUO COMUM (PRETO) -SACO PLÁSTICO PARA ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUO COMUM, RESISTENTE DE COR PRETO, CONFECCIONADO DE POLIETILENO COM DIMENSÕES PLANAS DE 63 CM LARGURA X 80 CM ALTURA, CAPACIDADE NOMINAL 10 KG E VOLUMÉTRICA DE 50 LITROS DE ACORDO COM A TABELA 1	CT	5.858	AMPLA CONC.		59,70	349.722,60



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

(CLASSIFICAÇÃO PARA COMERCIALIZAÇÃO DOS SACOS CLASSE I DA 9191:2008). MATÉRIA PRIMA: OS SACOS PARA ACONDICIONAMENTO DE LIXO DEVEM SER CONFECCIONADOS COM RESINAS TERMOPLÁSTICAS, VIRGENS. OS PIGMENTOS UTILIZADOS DEVEM SER COMPATÍVEIS COM A RESINA EMPREGADA DE MODO QUE NÃO INTERFIRAM NAS CARACTERÍSTICAS MECÂNICAS E PROPORCIONE A OPACIDADE NECESSÁRIA Á APLICAÇÃO. SACO COM SOLDA LATERAL CONTINUA, HOMOGENEA E UNIFORME. PARA COMPROVAÇÃO DA QUALIDADE DO PRODUTO, OS FORNECEDORES DEVERÃO APRESENTAR LAUDO DE LABORATÓRIO SENAI ACREDITADO E HABILITADO PELO INMETRO (CONTENDO A MASSA MÉDIA) QUE COMPROVEM OS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO ESTABELECIDOS NA NORMA ABNT 9191 DE 2008, NBR 13056, NBR 14474, NR 32, RDC 222/2018, RESOLUÇÃO DO CONAMA 358/2005 E A LEI 8.078/90. UNIDADE DE AQUISIÇÃO: PACOTE COM 100 UNIDADES. 						
--	--	--	--	--	--	--



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

50.1	SACO PARA ACONDICIONAMENTO DE LIXO 50 L RESIDUO COMUM (PRETO) -SACO PLÁSTICO PARA ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUO COMUM, RESISTENTE DE COR PRETO, CONFECCIONADO DE POLIETILENO COM DIMENSÕES PLANAS DE 63 CM LARGURA X 80 CM ALTURA, CAPACIDADE NOMINAL 10 KG E VOLUMÉTRICA DE 50 LITROS DE ACORDO COM A TABELA 1 (CLASSIFICAÇÃO PARA COMERCIALIZAÇÃO DOS SACOS CLASSE I DA 9191:2008). MATÉRIA PRIMA: OS SACOS PARA ACONDICIONAMENTO DE LIXO DEVEM SER CONFECCIONADOS COM RESINAS TERMOPLÁSTICAS, VIRGENS. OS PIGMENTOS UTILIZADOS DEVEM SER COMPATÍVEIS COM A RESINA EMPREGADA DE MODO QUE NÃO INTERFIRAM NAS CARACTERÍSTICAS MECÂNICAS E PROPORCIONE A OPACIDADE NECESSÁRIA Á APLICAÇÃO. SACO COM SOLDA LATERAL CONTINUA, HOMOGENEA E UNIFORME. PARA COMPROVAÇÃO DA QUALIDADE DO PRODUTO, OS FORNECEDORES DEVERÃO APRESENTAR LAUDO DE LABORATÓRIO SENAI ACREDITADO E HABILITADO PELO INMETRO (CONTENDO A MASSA MÉDIA) QUE COMPROVEM OS CRITÉRIOS DE	CT	1.952	COTA DE 25%	59,70	116.534,40
------	--	----	-------	-------------	-------	------------



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

	ACEITAÇÃO ESTABELECIDOS NA NORMA ABNT 9191 DE 2008, NBR 13056, NBR 14474, NR 32, RDC 222/2018, RESOLUÇÃO DO CONAMA 358/2005 E A LEI 8.078/90. UNIDADE DE AQUISIÇÃO: PACOTE COM 100 UNIDADES. 						
51	SACO PARA ACONDICIONAMENTO DE LIXO 200 L RESÍDUO COMUM (PRETO) -SACO PLÁSTICO PARA ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUO COMUM, RESISTENTE DE COR PRETO, CONFECCIONADO DE POLIETILENO COM DIMENSÕES PLANAS DE 90 CM LARGURA X 110 CM ALTURA, CAPACIDADE NOMINAL 30 KG E VOLUMÉTRICA DE 200 LITROS DE ACORDO COM A TABELA 1 (CLASSIFICAÇÃO PARA COMERCIALIZAÇÃO DOS SACOS CLASSE I DA 9191:2008). MATÉRIA PRIMA: OS SACOS PARA ACONDICIONAMENTO DE LIXO DEVEM SER CONFECCIONADOS COM RESINAS TERMOPLÁSTICAS, VIRGENS. OS PIGMENTOS UTILIZADOS DEVEM SER COMPATÍVEIS COM A RESINA EMPREGADA DE MODO QUE NÃO INTERFIRAM NAS CARACTERÍSTICAS MECÂNICAS E PROPORCIONE A OPACIDADE	CT	3.600	AMPLA CONC.		128,89	464.004,00



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

	NECESSÁRIA À APLICAÇÃO. SACO COM SOLDA LATERAL CONTÍNUA, HOMOGÊNEA E UNIFORME. PARA COMPROVAÇÃO DA QUALIDADE DO PRODUTO, OS FORNECEDORES DEVERÃO APRESENTAR LAUDOS DE LABORATÓRIO SENAI ACREDITADO E HABILITADO PELO INMETRO (CONTENDO A MASSA MÉDIA) QUE COMPROVEM OS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO ESTABELECIDOS NA NORMA ABNT 9191 DE 2008, NBR 13056, NBR 14474, NR 32, RDC 222/2018, RESOLUÇÃO DO CONAMA 358/2005 E A LEI 8.078/90. UNIDADE DE AQUISIÇÃO: PACOTE COM 100 UNIDADES. 						
51.1	SACO PARA ACONDICIONAMENTO DE LIXO 200 L RESÍDUO COMUM (PRETO) -SACO PLÁSTICO PARA ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUO COMUM, RESISTENTE DE COR PRETO, CONFECCIONADO DE POLIETILENO COM DIMENSÕES PLANAS DE 90 CM LARGURA X 110 CM ALTURA, CAPACIDADE NOMINAL 30 KG E VOLUMÉTRICA DE 200 LITROS DE ACORDO COM A TABELA 1 (CLASSIFICAÇÃO PARA COMERCIALIZAÇÃO DOS SACOS	CT	1.200	COTA DE 25%		128,89	154.668,00



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

CLASSE I DA 9191:2008). MATÉRIA PRIMA: OS SACOS PARA ACONDICIONAMENTO DE LIXO DEVEM SER CONFECCIONADOS COM RESINAS TERMOPLÁSTICAS, VIRGENS. OS PIGMENTOS UTILIZADOS DEVEM SER COMPATÍVEIS COM A RESINA EMPREGADA DE MODO QUE NÃO INTERFIRAM NAS CARACTERÍSTICAS MECÂNICAS E PROPORCIONE A OPACIDADE NECESSÁRIA À APLICAÇÃO. SACO COM SOLDA LATERAL CONTÍNUA, HOMOGENEA E UNIFORME. PARA COMPROVAÇÃO DA QUALIDADE DO PRODUTO, OS FORNECEDORES DEVERÃO APRESENTAR LAUDOS DE LABORATÓRIO SENAI ACREDITADO E HABILITADO PELO INMETRO (CONTENDO A MASSA MÉDIA) QUE COMPROVEM OS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO ESTABELECIDOS NA NORMA ABNT 9191 DE 2008, NBR 13056, NBR 14474, NR 32, RDC 222/2018, RESOLUÇÃO DO CONAMA 358/2005 E A LEI 8.078/90. UNIDADE DE AQUISIÇÃO: PACOTE COM 100 UNIDADES. 						
---	--	--	--	--	--	--



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

52.1	SAPONÁCIO EM PÓ. DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Para limpeza e brilho sem riscar os objetos, com fragrância de limão, composto por coadjuvantes, espessante, abrasivo, pigmentos, preservante, alcalinizantes linear alquilbenzeno sulfonato de sódio, essência e veículo. Acondicionada em embalagem plástica resistente, com tampa flip top, encaixada ao frasco sob pressão, de forma a não apresentar vazamento, contendo 300ml. Produto com validade mínima de 12 meses e quando da entrega, deverá ter fabricação máxima de 02 meses. Na embalagem deverá constar informações do fabricante, composição, químico responsável, data de fabricação, prazo de validade e notificação na empilhamento. 	UN	2.470	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		5,34	13.189,80
53.1	VASSOURA DE PELO. DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Com cabo de madeira, nas dimensões aproximadas de 40cm, com rosca para fixação do cabo. Cabo revestido em pp na cor cinza, medindo entre 1,35m e 1,40m de comprimento, com rosca em uma extremidade e	UN	2.660	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		14,19	37.745,40



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

	pendurador plástico na outra. Deve possuir etiqueta com informações do produto e do fabricante. 						
54.1	VASSOURA ECOLÓGICA DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Garrafa pet com batoque aproximadamente 30 cm, com cabo de madeira de aproximadamente 1,20m. 	UN	1.080	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		13,90	15.012,00
55.1	VASSOURA GARI DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO 60 cm, com cabo de madeira de aproximadamente 1,20m , cerdas em piaçava dura. 	UN	380	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		24,76	9.408,80
56.1	VASSOURA PARA LIMPEZA DE TETO DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Com cerdas de nylon estabilizado acompanhada de cabo extensor de 5m. Com rosca em uma extremidade e pendurador plástico na outra. Deve possuir etiqueta com informações do produto e do fabricante. 	UN	1.380	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		21,64	29.863,20

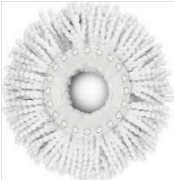


Prefeitura Municipal
de Nova Lima

57	VASSOURA PIAÇAÇA. DESCRÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Com batoque, 20 cm, com cabo de madeira revestido em pvc. 	UN	5.618	AMPLA CONC.		12,32	69.213,76
57.1	VASSOURA PIAÇAÇA. DESCRÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Com batoque, 20 cm, com cabo de madeira revestido em pvc. 	UN	1.872	COTA DE 25%		12,32	23.063,04
58.1	VASSOURINHA PARA SANITÁRIO DESCRÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Em plástico, composta de material sintético, metal e pigmento, com tamanho de 30 cm aproximadamente. 	UN	2.080	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		5,44	11.315,20
59.1	PEDRA SANITÁRIA PARA VASO SANITÁRIO DESCRÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Especificação: Odorizador e neutralizador de odor para vaso sanitário tipo pedra com aste plastica para segurar e apoiar e aromatizante. A cor pode ser sortida ou as disponíveis no mercado tipo de fragrância: lavanda, limão ou cítrico ou o mais disponível no mercado. 	UN	12.800	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		2,67	34.176,00



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

60.1	REFIL PARA MOP DE CABEÇA GIRATÓRIA Refil De Microfibra Para Vassoura Do Tipo Mop Giratório 14cm para áreas molhadas. 	UN	600	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		27,42	16.452,00
61.1	ÁLCOOL GEL ANTISSEPTICO 70 º INPM-Embalagem: galão em plástico transparente de 5 LITROS. Com validade mínima de 18 meses, a partir da data da entrega. O produto deve apresentar notificação na ANVISA e selo do INMETRO na embalagem. 	GL	1.500	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		27,32	40.980,00
62.1	AMACIANTE DE ROUPA- DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO: Amaciante de líquido viscoso e perfumado (fragrâncias). Composição mínima: tensoativo catiônico, espessante, fragrância, 1,2 benzotiazolin-3-ona, coadjuvante, acidificante, corante, essência e água. embalagem de 2 litros (dois litros) com tampa de rosquear. produto notificado na Anvisa. 	UN	4.320	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		8,27	35.726,40



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

63.1	BALDE PLÁSTICO COM ALÇA DE METAL DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO: Capacidade 20 litros - Especificação- em polietileno, com escala em litros e alça de metal. Com medidas aproximadas: comprimento: 33cm largura: 33cm altura: 34cm. Feito em material termoplástico (polipropileno com polímero). 	UN	480	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		12,30	5.904,00
64.1	BOBINA PLÁSTICA PICOTADA DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO: Bobina de saco plástico picotado com fundo reto- produzida em polietileno reforçado 40 x 60 cm, capacidades 10 kg, tipo de solda fundo reto bobina com 500 sacos. 	UN	200	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		30,21	6.042,00
65.1	COLHER REFEIÇÃO DESCARTÁVEL DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Colher de plástico descartável para refeição, plástico cristal resistente. Embalagem com 50 unidades.	PT	3.850	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		4,52	17.402,00



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

							
66.1	CREME DENTAL INFANTIL COM FLÚOR DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Bisnaga de no mínimo 70 gramas, com micropartículas de cálcio, monofluorofosfato(1450 ppm de flúor), ação bacteriana, registro no ministério da saúde. Embalagem interna e externa deve conter a marca do fabricante, peso líquido, data de fabricação e prazo de validade. Deve ser aprovado pela associação brasileira de odontologia. 	UN	1.250	EXCLUSIVO ME, MEI E EPP		5,68	7.100,00
67.1	CREME DENTAL INFANTIL SEM FLÚOR DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Bisnaga de no mínimo 70 gramas, deverá possuir uma fórmula natural exclusiva que mata as bactérias causadoras dos males bucais. Composta de xilitol, extratos e óleos essenciais naturais de menta, que possui grande ação antisséptica e antibacteriana. Embalagem interna e externa deve conter a marca do fabricante, peso	UN	750	EXCLUSIVO ME, MEI E EPP		7,15	5.362,50



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

	líquido, data de fabricação e prazo de validade. Deve ser aprovado pela associação brasileira de odontologia. 						
68	DESINFETANTE CONCENTRADO 5 LITROS DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Especificação: desinfetante líquido concentração 1x100 litros a base de quaternário de amônio 5ª geração e biguanida - uso assistência à saúde. Ação bactericida, germicida e virocida. Indicado para desinfecção de áreas públicas como ruas, avenidas, praças, pontos de ônibus, terminais rodoviários, áreas externas comerciais, bancárias, hospitalares, upas, centros de saúde, etc., onde possa haver maior circulação de pessoas. Apresentar em sua composição: água, cloreto de alquil dimetil benzil amônio, cloreto de didecil dimetil amônio, polihexametileno biguanida e tensoativo não-iônico. Infetante líquido concentração 1x100 litros a base de quaternário de amônio 5ª geração e biguanida - uso assistência à saúde. Ação bactericida, germicida e virocida- galão de 5 litros.	GL	1.148	AMPLA CONC.		52,4388	60.199,74



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

							
68.1	DESINFETANTE CONCENTRADO 5 LITROS DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Especificação: desinfetante líquido concentração 1x100 litros a base de quaternário de amônio 5ª geração e biguanida - uso assistência à saúde. Ação bactericida, germicida e virocida. Indicado para desinfecção de áreas públicas como ruas, avenidas, praças, pontos de ônibus, terminais rodoviários, áreas externas comerciais, bancárias, hospitalares, upas, centros de saúde, etc., onde possa haver maior circulação de pessoas. Apresentar em sua composição: água, cloreto de alquil dimetil benzil amônio, cloreto de didecil dimetil amônio, polihexametileno biguanida e tensoativo não-iônico. Infetante líquido concentração 1x100 litros a base de quaternário de amônio 5ª geração e biguanida - uso assistência à saúde. Ação bactericida, germicida e virocida- galão de 5 litros. 	GL	382	COTA DE 25%		52,4388	20.031,62



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

69	DETERGENTE DESINCRUSTANTE 5 LITROS DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Embalado em frasco plástico resistente e tampa com boa vedação e lacre de segurança. Deve apresentar a F.I.S.P.Q (ficha de informação de segurança para produtos químicos). E deve estar de acordo com as normas reguladoras. Possuir registro na Anvisa composto por água, hidróxido de sódio, 2-butoxietanol, surfactante não-iônico, diluição 1:9, apresentação em galão 5 litros. 	GL	2.325	AMPLA CONC.		29,39	68.331,75
69.1	DETERGENTE DESINCRUSTANTE 5 LITROS DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Embalado em frasco plástico resistente e tampa com boa vedação e lacre de segurança. Deve apresentar a F.I.S.P.Q (ficha de informação de segurança para produtos químicos). E deve estar de acordo com as normas reguladoras. Possuir registro na Anvisa composto por água, hidróxido de sódio, 2-butoxietanol, surfactante não-	GL	775	COTA DE 25%		29,39	22.777,25



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

	iônico, diluição 1:9, apresentação em galão 5 litros. 						
70.1	DETERGENTE LÍQUIDO CONCENTRADO DESINFETANTE PARA PISOS - detergente para desinfecção e limpeza das superfícies em ambientes de fluxo alto, médio e baixo. Deve possuir ação bactericida, possuir agentes de alto poder de remoção nas sujidades gordurosas e manchas impregnadas. Galão de 5 litros. Diluição aproximada: Desinfecção: Pronto uso - Limpeza Pesada: 1/30 - Limpeza Leve (geradores de espuma): 1/100 - Manutenção (imersão): 1/200. Produto Notificado pela ANVISA. 	UN	2.600	EXCLUSIVO ME, MEI E EPP		24,94	64.844,00
71.1	DETERGENTE SANITIZANTE EM PÓ CLORADO, DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Balde de 1kg, sanitizante para verduras e frutas: para uso em áreas de alimentos, equipamentos, com poder de detergência e diluição de cerca de 1 grama por litro de água. O produto deverá conter uma concentração de cloro ativo de	BD	1.236	EXCLUSIVO ME, MEI E EPP		19,63	24.262,68



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

	10,7%. componentes: cloreto de sódio, carbonato de sódio e dicloroisocianurato de sódio. Validade de 12 meses a partir da data de fabricação. Deve conter registro no ministério da saúde. 						
72.1	ESCOVA LAVA LOUÇA: DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Cabo plástico ergonômico, em material resistente. Suporte para raspagem de tinta. Comprimento: 285 mm. base com raspador e cerdas sintéticas, cabo plástico comprido. 	UN	3.080	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		6,12	18.849,60
73.1	ESPONJA METÁLICA: feita 100% em aço inoxidável de alta qualidade e durabilidade. Validade mínima de 6 meses após a fabricação. 	UN	2.000	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		2,34	4.680,00
74.1	FIBRA P/LIMPEZA GERAL – medidas aproximadas 125x87x24mm-composta de fibra sintética com carga inorgânica. Dimensões de 125x87x24mm. Pacote	PT	3.000	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		18,28	54.840,00



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

	contendo 5 fibras picotadas. Validade mínima de 12 meses após a fabricação. 						
75.1	GARFO DESCARTÁVEL PARA REFEIÇÃO DESCRição E ESPECIFICAÇÃO Extra, cristal, resistente. Embalagem com 50 unidades. Ponto referencial de oferta: prafesta ou outro(a) de qualidade equivalente ou superior. 	PT	3.800	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		5,28	20.064,00
76.1	GUARDANAPO DE PAPEL TAMANHO 28 X 30 CM. DESCRição E ESPECIFICAÇÃO Especificação: folha simples, 100% de fibras virgens. Dimensões mínimas de 28cm x 30 cm cada folha, podendo haver variações nas mesmas de até 10%. Embalagem com 50 unidades. 	PT	4.800	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		2,54	12.192,00
77	LUVAS PARA PROCEDIMENTO DESCRição E ESPECIFICAÇÃO Em vinil hipoalergênica-tamanho g -luvas de procedimento: luva de segurança, inteiramente confeccionada vinil; com	CX	4.800	AMPLA CONC.		20,23	97.104,00



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

	240mm de comprimento total, superfície texturizada, não estéril, sem pó, ambidestra. Embalagem com no mínimo 100 unidades, segura de fácil manuseio com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, marca, número de lote, data de fabricação e/ou prazo de validade. Deve conter nome do responsável técnico com respectivo número do registro, número do ca (cadastro de aprovação no ministério do trabalho).  G						
77.1	LUVAS PARA PROCEDIMENTO DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Em vinil hipoalergênica- tamanho g -luvas de procedimento: luva de segurança, inteiramente confeccionada vinil; com 240mm de comprimento total, superfície texturizada, não estéril, sem pó, ambidestra. Embalagem com no mínimo 100 unidades, segura de fácil manuseio com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, marca, número de	CX	1.600	COTA DE 25%		20,23	32.368,00



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

	lote, data de fabricação e/ou prazo de validade. Deve conter nome do responsável técnico com respectivo número do registro, número do ca (cadastro de aprovação no ministério do trabalho).  G						
78	LUVAS PARA PROCEDIMENTO DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Em vinil hipoalergênica-tamanho m -luvas de procedimento: luva de segurança, inteiramente confeccionada vinil; com 240mm de comprimento total, superfície texturizada, não estéril, sem pó, ambidestra. Embalagem com no mínimo 100 unidades, segura de fácil manuseio com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, marca,número de lote, data de fabricação e/ou prazo de validade. Deve conter nome do responsável técnico com respectivo número do registro, número do ca (cadastro de aprovação no ministério do trabalho).  M	CX	4.740	AMPLA CONC.		20,02	94.894,80



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

78.1	LUVAS PARA PROCEDIMENTO DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Em vinil hipoalergênica- tamanho m -luvas de procedimento: luva de segurança, inteiramente confeccionada vinil; com 240mm de comprimento total, superfície texturizada, não estéril, sem pó, ambidestra. Embalagem com no mínimo 100 unidades, segura de fácil manuseio com selagem eficiente que garanta a integridade do produto até o momento de sua utilização, trazendo externamente os dados de identificação, procedência, marca, número de lote, data de fabricação e/ou prazo de validade. Deve conter nome do responsável técnico com respectivo número do registro, número do ca (cadastro de aprovação no ministério do trabalho).  	CX	1.580	COTA DE 25%		20,02	31.631,60
79	PANO REUTILIZÁVEL DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO De alta absorção e resistência. Composição: celulose e polipropileno. Rolo com 50 a 80 panos reutilizáveis de aproximadamente 21cm x 20cm cada. 	RL	7.875	AMPLA CONC.		10,45	82.293,75



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

79.1	PANO REUTILIZÁVEL DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO De alta absorção e resistência. Composição: celulose e polipropileno. Rolo com 50 a 80 panos reutilizáveis de aproximadamente 21cm x 20cm cada. 	RL	2.625	COTA DE 25%		10,45	27.431,25
80.1	PAPEL ALUMÍNIO: DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Rolo, largura de 45 cm e comprimento de 65m. Não perecível, inodoro e atóxico. Rolo de 65 metros cada. 	RL	6.500	EXCLUSIVO ME, MEI E EPP		5,11	33.215,00
81	PAPEL HIGIÊNICO FOLHA DUPLA 60 M DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Papel higiênico, folha dupla, extra macio, gramatura de 27 a 30g/m², alta alvura, neutro, de alta absorção, 100% fibras celulósicas virgens, picotado e gofrado, não perecível. Dimensões: rolo de 60m x 10cm. Embalagem: pacote com 64 rolos branco (alvura > 85% conforme ABNT NBR NM-ISSO 2470), isento de manchas, pintas, furos e rasgos, sem perfume). 	FD	1.758	AMPLA CONC.		81,42	143.136,36
81.1	PAPEL HIGIÊNICO FOLHA DUPLA 60 M	FD	586	COTA DE 25%		81,42	47.712,12



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

	DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Papel higiênico, folha dupla, extra macio, gramatura de 27 a 30g/m², alta alvura, neutro, de alta absorção, 100% fibras celulósicas virgens, picotado e gofrado, não perecível. Dimensões: rolo de 60m x 10cm. Embalagem: pacote com 64 rolos branco (alvura > 85% conforme ABNT NBR NM-ISSO 2470), isento de manchas, pintas, furos e rasgos, sem perfume). 						
82	PLÁSTICO FILME PVC DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Plástico filme pvc transparente, para alimentos medindo 28 cm de largura x 30 cm de comprimento. 	RL	3.263	AMPLA CONC.		21,93	71.557,59
82.1	PLÁSTICO FILME PVC DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Plástico filme pvc transparente, para alimentos medindo 28 cm de largura x 30 cm de comprimento. 	RL	1.087	COTA DE 25%		21,93	23.837,91
83.1	POTE PLÁSTICO DESCARTÁVEL 250 ML DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Pote de plástico descartável, sem tampa, material resistente ao calor 100% polipropileno (pp), estar em conformidade	PT	1.400	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		13,85	19.390,00

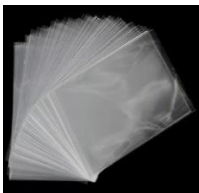


Prefeitura Municipal
de Nova Lima

	com a norma técnica 14865/2002 - abnt pacote com no mínimo 50 unidades. 						
84.1	PRATO DESCARTÁVEL RASO DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Plástico resistente 21 cm de diâmetro, com certificado da abnt n° nbt 14865. Pacote com no mínimo 10 unidades. 	PT	10.000	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		4,20	42.000,00
85.1	PRATO DESCARTÁVEL - CUMBUCA DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Tipo cumbuca - prato descartável plástico resistente 15 cm, fundo, com 15 cm de diâmetro, com certificado da abnt n° nbt 14865. Embalagem com no mínimo 10 unidades. 	PT	8.700	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		3,10	26.970,00
86.1	SABONETE ANTISSEPTICO DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Para higienização de mãos, líquido, sem cheiro, ação antimicrobiana de amplo espectro e ph entre 5,0 e 8,0. Concentração de uso: puro. Regularizado pela anvisa. Embalagem sistema fechado (cartucho/refil) de 750 ml. 	UN	4.120	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		15,64	64.436,80



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

87.1	SACO PARA EMBALAGEM DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Saco plástico transparente polietileno, transparente sem furos, liso, atóxico, finalidade: acondicionamento de alimentos, formato 0,50mx0,80m x 0,08, capacidade de 30 kg. Pacote com 100 unidades. 	PC	3.850	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		20,44	78.694,00
88	SACO PLÁSTICO PARA AMOSTRA: tipo micro bag, formato 13 cm x 28 cm, com 0,08 micras, transparente, não reciclado, fechado, com tarja branca. Embalagem lacrada com 1000 unidades. Validade mínima de 6 meses após a fabricação. 	MILHEIRO	1.125	AMPLA CONC.		63,69	71.651,25
88.1	SACO PLÁSTICO PARA AMOSTRA: tipo micro bag, formato 13 cm x 28 cm, com 0,08 micras, transparente, não reciclado, fechado, com tarja branca. Embalagem lacrada com 1000 unidades. Validade mínima de 6 meses após a fabricação. 	MILHEIRO	375	COTA DE 25%		63,69	23.883,75



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

89.1	SACO PLÁSTICO PARA CHUP CHUP DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Sacos plasticos tipo plásticos: transparente polietileno; transparente sem furos, liso, atoxico, finalidade: acondicionamento de produtos; capacidade: 18cmx 13cm, pacote com 100 unidades. 	PT	4.500	EXCLUSIVO ME, MEI E EPP		8,98	40.410,00
90.1	TOUCA DESCARTÁVEL: DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Confeccionada em tnt 100% polipropileno, com gramatura aproximada de 20gr/m2, em formato de circunferência. Tamanho único. Produto com registro no ministério da saúde. Acondicionadas em caixa de papelão ou embalagem plástica contendo 100 unidades ou mais, com dados do produto e fabricante. Ponto referencial de oferta: descarpack ou outro(a) de qualidade equivalente ou superior. 	PT	8.110	EXCLUSIVO ME, MEI E EPP		6,47	52.471,70
91.1	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATADO EM GEL 65% DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO: Álcool etílico hidratada apresentação em gel de 65"GL. Embalagem de 500 ml com bico	FR	560	EXCLUSIVO ME, MEI E EPP		7,13	3.992,80



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

	dosador de uso para limpeza vitrines, espelhos, vidros, pisos, fórmicas, azulejos, bancadas de mármore, equipamentos e utensílios. que possibilita uma secagem mais rápida, sem deixar resíduos na superfície. o produto deve estar de acordo com as normas reguladoras deve apresentar a F.I.S.P.Q (ficha de informação de segurança para produtos químicos), possuir registro na Anvisa ou observados - RDC Nº 691, DE 13 DE MAIO DE 2022.						
							
92	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATATO – GL/77º INPM DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO: Álcool etílico hidratada apresentação líquida de GL/77º INPM. Embalagem de 1 litro com tampa de boa vedação e lacre de segurança a embalagem deve estar de acordo com as normas reguladoras deve apresentar a F.I.S.P.Q (ficha de informação de segurança para produtos químicos), possuir registro na Anvisa ou observados - RDC Nº 691, DE 13 DE MAIO DE 2022.	FR	7.650	AMPLA CONC.		9,49	72.598,50
							



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

92.1	ÁLCOOL ETÍLICO HIDRATATO – GL /77° INPM DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO: Álcool etílico hidratada apresentação líquida de GL/77º INPM. Embalagem de 1 litro com tampa de boa vedação e lacre de segurança a embalagem deve estar de acordo com as normas reguladoras deve apresentar a F.I.S.P.Q (ficha de informação de segurança para produtos químicos), possuir registro na Anvisa ou observados - RDC Nº 691, DE 13 DE MAIO DE 2022. 	FR	2.550	COTA DE 25%		9,49	24.199,50
93.1	ÁLCOOL ETÍLICO LÍQUIDO HIDRATADO 70% INPM DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO: Apresentação líquida e em galão c/ 05 litros: com ação antisséptica, com 70% de álcool etílico e bactericida. Embalado em frasco plástico resistente e tampa com boa vedação e lacre de segurança. deve apresentar a F.I.S.P.Q (ficha de informação de segurança para produtos químicos). E deve estar de acordo com as normas reguladoras. Possuir registro na Anvisa ou observados - RDC Nº 691, DE 13 DE MAIO DE 2022.	GL	790	EXCLUSIVO ME, MEI E EPP		27,42	21.661,80



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

							
94.1	AVENTAL DE PVC. DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO: Avental de segurança, impermeável a líquidos não corrosivos, confeccionado em P.V.C branco nas dimensões de comprimento de aproximadamente de 120 cm e largura total 70 cm, resistente para proteção do usuário, contra umidade proveniente de operações com uso de água, tamanho único. 	UN	160	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		8,21	1.313,60
95.1	AVENTAL DESCARTÁVEL: DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO: Confeccionado em tnt, oferecendo resistência e durabilidade, não estéril, hipoalérgico e atóxico, com mangas longas e punho com elástico, oferecendo maior segurança ao profissional, com abertura traseira com fechamento em tiras para amarrar atrás do pescoço e na cintura, com a gola cirúrgica. Sua utilização possui a finalidade de formar uma barreira mecânica que oferece maior segurança e	UN	960	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		1,78	1.708,80



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

	proteção contra respingos nas regiões cobertas. Cor branca, com a gramatura 30 g/m², tamanho único. 						
96.1	BALDE PLÁSTICO COM TAMPA DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO: Balde em plástico polipropileno, possuindo alças ergonômicas, superfície polida para facilitar a higienização e evitar o acúmulo de sujeira. Com tampa sobreposta. Com capacidade de aproximadamente 60 Litros. Com medidas aproximadas de: altura 62cm, largura 51cm, comprimento 44cm. 	UN	180	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		46,86	8.434,80
97.1	CAIXA DE PLÁSTICO RETANGULAR DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO: Com tampa tamanho 21 x 15 x 08 cm, capacidade 02 litros, caixa retangular reforçada, feita em material polipropileno, reforçada com tampa, com capacidade para 2 litros.	UN	200	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		13,51	2.702,00



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

							
98.1	CAIXA DE PLÁSTICO, DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO: Vasilhame retangular com tampa capacidade 6,8 litros tam. 30 x 22 x 11 cm. Caixa de plástico reforçada, feita de material polipropileno com tampa, com capacidade para 6,8 litros. 	UN	220	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		34,82	7.660,40
99.1	CORDA FIO DE NYLON DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Descrição: corda de composição de nylon para uso geral com tamanho de 10m e com espessura de 3,5mm para uso geral. 	RL	50	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		5,67	283,50
100.1	DESINFETANTE CONCENTRADO 2 LITROS. DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Especificação: desinfetante para limpeza de pisos em geral, perfumado, superconcentrado, com diluição na proporção de 1:10, de aroma lavanda, com ação desinfetante à base de dodecil benzeno sulfonato de sódio, lauril éter sulfato de sódio, espessantes, tensoativo não iônico, sequestrante,	FR	348	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		3,76	1.308,48



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

	neutralizante, corante, conservante, aromatizante e veículo. Recomendado para limpar e odorizar ambientes em geral. Embalado em bombona de polietileno na cor natural ou branca e bastante resistente ao conteúdo de 02 litros. Com validade mínima de 20 meses, a partir da data da entrega. O produto deve apresentar notificação na Anvisa/ms e ficha técnica do produto. 						
101.1	DESINFETANTE 5 LITROS LÍQUIDO CONCENTRADO DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO A base peróxido de hidrogênio e tenso-ativos c/ 5l. nq peroxygalão de 5 litros, especificação: limpador de uso geral, concentrado à base de peróxido de hidrogênio e tenso-ativos biodegradáveis. Possui excelentes propriedades de alto poder oxidante capaz de eliminar moléculas de maus odores, oxidando-as. O peróxido de hidrogênio ao reagir com a matéria orgânica, forma bolhas efervescentes de oxigênio ativo que auxiliam na remoção de sujidades de diversas superfícies laváveis.	GL	240	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		65,10	15.624,00



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

							
102.1	DETERGENTE EM GEL 5 LITROS DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Desengraxante ph-8 diluição 1:200 max (equivalente a yellow pine) galão c/ 05 litros. especificação: que possui grande poder de limpeza e remova as mais variadas sujidades, foligem, óleos, graxa e gordura, sem agredir o meio ambiente, formulado com tenso ativos biodegradáveis e agentes sequestrantes, unidos ao óleo de pinho e sua baixa alcalinidade produto versátil na sua utilização, pois não agride nenhum tipo de superfície lavável, galão c/ 05 litros, composição: água, sequestrante, hidróxido de sódio, trietanolamina, alcalinizante, ácido linear alquilbenzeno sulfônico, 2-metil-4- isotiazolin-3-ona, tensoativo não iônico, atenuador de espuma, tensoativo não iônico, atenuador de espuma, fragrância e corante ci: 19140. 	GL	1.160	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		25,29	29.336,40



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

103.1	ESCOVA P/LIMPEZA DE UNHA DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO para limpar instrumental ou outras tarefas de limpeza, especificação: composta de material sintético, cerdas resistentes e que não se desprendem facilmente, não deve conter partes de madeira, tamanho aproximado de 09 x 3.5 cm. 	UN	130	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		3,56	462,80
104.1	FILME DE POLIETILENO DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO película de pvc , transparente, atóxico, em bobina com as seguintes medidas aproximadas 40 cm x 1400 cm x 12 micras acondicionado de forma a garantir a higiene e integridade do produto até seu uso. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência e quantidade. Esticável e esterilizado rolopac. 	RL	120	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		18,26	2.191,20
105.1	FILTRO DE PAPEL Nº103 DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Filtro de papel descartável, embalagem contendo 30 (trinta) filtros de papel para coar café, n.º 103, capacidade 800 ml (oitocentos mililitros) e/ou capacidade para o	CX	1.850	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		5,03	9.305,50



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

	preparo de até 20 xícaras de café, branco, isento de impurezas, 100% celulose. Prazo de validade mínimo de 02 (dois) anos a contar da entrega. Caixa com 30 unidades. 						
106.1	LIXEIRA EM PLÁSTICO DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Polipropileno, com tampa e pedal, armação e pedal em aço carbono galvanizado, resistente. Capacidade de 100 litros. 	UN	85	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		73,74	6.267,90
107.1	LUVA DE LATEX DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Natural hipoalergênica tam.p (nº 7) p/ limpeza especificação: luva hipoalergênica, confeccionada em borracha natural(látex), composta com resina nítrica revestida internamente com verniz silver, com ressalto antiderrapantes na palma e nos dedos, com comprimento mínimo da borda do cano à extremidade do 3º dedo(dedo médio) de 300 mm(30cm) e espessura mínima de 0,40 mm. Tamanho p equivalente ao número 7. 	PR	800	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		9,31	7.448,00



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

108.1	LUVA DE LATÉX DESCRIZAÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Natural hipoalérgica tam. G (nº9) G/ limpeza especificação: luva hipoalergênica, confeccionada em borracha natural(látex), composta com resina níttrica revestida internamente com verniz silver, com ressaltos antiderrapantes na palma e nos dedos, com comprimento mínimo da borda do cano à extremidade do 3º dedo(dedo médio) de 300 mm(30cm) e espessura mínima de 0,40 mm. Tamanho m equivalente ao número 9.  G	PR	1.600	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		12,80	20.480,00
109.1	LUVA DE LATEX DESCRIZAÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Natural hipoalérgica tam. M (nº8) m/ limpeza especificação: luva hipoalergênica, confeccionada em borracha natural(látex), composta com resina níttrica revestida internamente com verniz silver, com ressaltos antiderrapantes na palma e nos dedos, com comprimento mínimo da borda do cano à extremidade do 3º dedo(dedo médio) de 300 mm(30cm) e espessura mínima de 0,40 mm. Tamanho m equivalente ao número 8.  M	PR	2.800	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		10,00	28.000,00



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

110.1	LUVAS DESCARTÁVEIS LÁTEX DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Para procedimentos não cirúrgicos, fabricadas em látex, antiderrapante, com pó. Indicadas para utilização em hospitais, clínicas médicas, odontológicas, veterinárias, laboratórios e demais locais onde já necessidade de proteção do usuário contra riscos biológicos (sangue, fluídos potencialmente contaminados, contato com microrganismos, manipulação de materiais contaminados). É ambidestra, permitindo perfeita utilização em ambas as mãos. Aprovadas pelo ministério do trabalho (ca). Produto não estéril, desenvolvida para procedimentos não cirúrgicos. O produto embalado em caixa com 100 unidades. Tamanho p, m e g. A ser definido posteriormente a quantidade por tamanho.	CX	800	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		23,91	19.128,00
111.1	PREGADOR DE ROUPA DE PLÁSTICO DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Prendedor de roupas, em plástico, com medida mínima de 08 cm. Pacote com 12 unidades.	DZ	130	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		4,98	647,40





Prefeitura Municipal
de Nova Lima

							
112.1	PULVERIZADOR. DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Pulverizador com sistema de pressão manual, bico regulável de jato, capacidade 500 ml, medida 23 x 7 x 7 cm, material: polietileno, polipropileno.	UN	60	EXCLUSIVO ME, MEI E EPP		5,39	323,40
113.1	REFIL COM SABONETE LÍQUIDO DE 800 ML. DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Refil, fragrância lavanda, floral ou erva doce, composição: lauriléter sulfato de sódio, aminos glicerina, essências, corantes e conservantes. Composição: lauriléter sulfato de sódio, aminos glicerina, essências, corantes e conservantes, deve conter registro na Anvisa.	UN	1.550	EXCLUSIVO ME, MEI E EPP		6,79	10.524,50
114.1	RODO DE MADEIRA 30 CM DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Rodo de madeira - 30 cm - borracha dupla, com cabo roscável e revestido com material plástico.	UN	60	EXCLUSIVO ME, MEI E EPP		6,35	381,00



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

							
115.1	SABONETE 90G. DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Especificação: sabonete comum, composto de extrato de leite de aveia glicerina, sabão de ácido graxo de babaçu, graxos de soja cloreto de sódio. Carbonato de sódio, dióxido de titânio, edta bht, perfume e água. Embalagem com 01 unidade de 90 gramas, uso doméstico. 	UN	1.800	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		2,75	4.950,00
116.1	SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Saco plástico transparente polietileno, transparente sem furos, liso, atóxico, finalidade: acondicionamento de alimentos capacidade 10 kg tam 40 x 60 cm. Pacote com 100 unidades. 	PC	120	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		25,74	3.088,80
117.1	SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Saco plástico transparente polietileno, transparente sem furos, liso, atóxico, finalidade: acondicionamento de alimentos	PT	600	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		32,49	19.494,00



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

	transparente tamanho 30 cm x 15 cm espessura 0,005 mm, pacote com 100 unidades. 						
118.1	SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Saco plástico transparente polietileno, transparente sem furos, liso, atóxico, finalidade: acondicionamento de alimentos transparente tam. 10 cm x 15 cm x 0,005 mm, pacote com 100 unidades. 	PT	1.280	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		25,20	32.256,00
119.1	SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Saco plástico transparente polietileno, transparente sem furos, liso, atóxico, finalidade: acondicionamento de alimentos Transparente tam. 30 cm x 40 cm x 0,005 mm. Pacote com 100 unidades. 	PT	750	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		33,15	24.862,50



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

120.1	SUPORTE PLÁSTICO DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO Para filtro de papel nº103 - polipropileno. Dimensões proximadas 11c/13,5l/13ª. 	UN	120	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		9,33	1.119,60
121.1	SACO BRANCO LEITOSO 50 LITROS- SACO PLÁSTICO PARA COLETA DE RESÍDUOS DE SAÚDE DO TIPO PLÁSTICO BRANCO LEITOSO PARA ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS INFECTANTES COM DIMENSÕES PLANAS DE 63 CM LARGURA X 80 CM ALTURA, CAPACIDADE NOMINAL 15 KG E VOLUMÉTRICA DE 50 LITROS DE ACORDO COM A TABELA 2 (CLASSIFICAÇÃO PARA COMERCIALIZAÇÃO DOS SACOS CLASSE II DA 9191:2008). MATÉRIA PRIMA: OS SACOS PARA ACONDICIONAMENTO DE LIXO DEVEM SER CONFECCIONADOS COM RESINAS TERMOPLÁSTICAS, VIRGENS. OS PIGMENTOS UTILIZADOS DEVEM SER COMPATÍVEIS COM A RESINA EMPREGADA DE MODO QUE NÃO INTERFIRAM NAS CARACTERÍSTICAS MECÂNICAS E PROPORCIONE A OPACIDADE NECESSÁRIA Á APLICAÇÃO. SACO COM SOLDA LATERAL CONTINUA, HOMOGENEA E UNIFORME. PROPORCIONANDO UMA PERFEITA VEDAÇÃO E NÃO	CT	1.100	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		26,69	29.359,00



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

PERMITINDO A PERDA DE CONTEÚDO DURANTE O MANUSEIO. PARA IMPRESSÃO DA SIMBOLOGIA DOS SACOS RESÍDUOS DE SAÚDE, DEVERAM SEGUIR OS PARÂMETRO DA ABNT NBR 7500 (IDENTIFICAÇÃO PARA O TRANSPORTE TERRESTRE, MANUSEIO, MOVIMENTAÇÃO E ARMAZENAGEM DE PRODUTOS): SIMBOLOGIA DE MATERIAL (SUBCLASSE 6.2) EM UMA DAS FACES DO SACO, ESTAMPADA A APROXIMADAMENTE 1/3 ACIMA DA BASE NA COR PRETA COM FUNDO BRANCO, COM IDENTIFICAÇÃO INDIVIDUAL DO FABRICANTE, DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, DA INSPEÇÃO, DO REGISTRO COM SUA RESPECTIVA DATA DE VALIDADE E DO NÚMERO DO LOTE, DE FABRICAÇÃO DE ACORDO COM AS NORMAS ABNT 9191 DE 2008, NBR 13056, NBR 14474, NR 32, RDC 222/2018, RESOLUÇÃO DO CONAMA 358/2005. PARA COMPROVAÇÃO DA QUALIDADE DO PRODUTO, OS FORNECEDORES DEVERÃO APRESENTAR LAUDOS DO LABORATÓRIO SENAI ACREDITADOS PELO INMETRO (CONTENDO A MASSA MÉDIA) QUE COMPROVEM OS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO ESTABELECIDOS NA NORMA ABNT 9191 DE 2008 E A LEI 8.078/90. UNIDADE DE						
---	--	--	--	--	--	--



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

	AQUISIÇÃO: PACOTE COM 100 UNIDADES. 						
122.1	SACO BRANCO LEITOSO DE 100L -SACO PLÁSTICO PARA COLETA DE RESÍDUOS DE SAÚDE DO TIPO PLÁSTICO BRANCO LEITOSO PARA ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS INFECTANTES COM DIMENSÕES PLANAS DE 75 CM LARGURA X 105 CM ALTURA, CAPACIDADE NOMINAL 30 KG E VOLUMÉTRICA DE 100 LITROS DE ACORDO COM A TABELA 2 (CLASSIFICAÇÃO PARA COMERCIALIZAÇÃO DOS SACOS CLASSE II DA 9191:2008). MATÉRIA PRIMA: OS SACOS PARA ACONDICIONAMENTO DE LIXO DEVEM SER CONFECCIONADOS COM RESINAS TERMOPLÁSTICAS, VIRGENS. OS PIGMENTOS UTILIZADOS DEVEM SER COMPATÍVEIS COM A RESINA EMPREGADA DE MODO QUE NÃO INTERFIRAM NAS CARACTERÍSTICAS MECÂNICAS E PROPORCIONE A OPACIDADE NECESSÁRIA Á APLICAÇÃO. SACO COM SOLDA LATERAL CONTINUA, HOMOGENEA E UNIFORME. PROPORCIONANDO UMA PERFEITA VEDAÇÃO E NÃO PERMITINDO A PERDA DE CONTEÚDO DURANTE O	CT	930	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		85,65	79.654,50



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

MANUSEIO. PARA IMPRESSÃO DA SIMBOLOGIA DOS SACOS RESÍDUOS DE SAÚDE, DEVERAM SEGUIR OS PARÂMETRO DA ABNT NBR 7500(IDENTIFICAÇÃO PARA O TRANSPORTE TERRESTRE, MANUSEIO, MOVIMENTAÇÃO E ARMAZENAGEM DE PRODUTOS): SIMBOLOGIA DE MATERIAL (SUBCLASSE 6.2) EM UMA DAS FACES DO SACO, ESTAMPADA A APROXIMADAMENTE 1/3 ACIMA DA BASE NA COR PRETA COM FUNDO BRANCO, COM IDENTIFICAÇÃO INDIVIDUAL DO FABRICANTE, DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, DA INSPEÇÃO, DO REGISTRO COM SUA RESPECTIVA DATA DE VALIDADE E DO NÚMERO DO LOTE, DE FABRICAÇÃO DE ACORDO COM AS NORMAS ABNT 9191 DE 2008, NBR 13056, NBR 14474, NR 32, RDC 222/2018, RESOLUÇÃO DO CONAMA 358/2005. PARA COMPROVAÇÃO DA QUALIDADE DO PRODUTO, OS FORNECEDORES DEVERÃO APRESENTAR LAUDO DO LABORATÓRIO SENAI ACREDITADOS PELO INMETRO (CONTENDO A MASSA MÉDIA) QUE COMPROVEM OS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO ESTABELECIDOS NA NORMA ABNT 9191 DE 2008 E A LEI 8.078/90. UNIDADE DE AQUISIÇÃO: PACOTE COM 100 UNIDADES.						
--	--	--	--	--	--	--



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

							
123.1	FILME STRETCH AUTOMÁTICO. ESPECIFICAÇÃO: EM POLIETILENO DE BAIXA DENSIDADE (PEBDL) medidas aproximadas: 500 mm x 25 m - bobina c/ aproximadamente 14,5 kg.	BB	80	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		67,28	5.382,40
124.1	SACO BRANCO LEITOSO 30 LITROS -SACO PLÁSTICO PARA COLETA DE RESÍDUOS DE SAÚDE DO TIPO PLÁSTICO BRANCO LEITOSO PARA ACONDICIONAMENTO DE RESÍDUOS INFECTANTES COM DIMENSÕES PLANAS DE 59 CM LARGURA X 62 CM ALTURA, CAPACIDADE NOMINAL 9 KG E VOLUMÉTRICA DE 30 LITROS DE ACORDO COM A TABELA 2 (CLASSIFICAÇÃO PARA COMERCIALIZAÇÃO DOS SACOS CLASSE II DA 9191:2008). MATÉRIA PRIMA: OS SACOS PARA ACONDICIONAMENTO DE LIXO DEVEM SER CONFECCIONADOS COM RESINAS TERMOPLÁSTICAS, VIRGENS. OS PIGMENTOS UTILIZADOS DEVEM SER COMPATÍVEIS COM A RESINA EMPREGADA DE MODO QUE NÃO INTERFIRAM NAS CARACTERÍSTICAS MECÂNICAS E PROPORCIONE A OPACIDADE NECESSÁRIA À APLICAÇÃO. SACO COM SOLDA LATERAL CONTINUA, HOMOGENEA E UNIFORME. PROPORCIONANDO	CT	1.000	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		29,92	29.920,00



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

UMA PERFEITA VEDAÇÃO E NÃO PERMITINDO A PERDA DE CONTEÚDO DURANTE O MANUSEIO. PARA IMPRESSÃO DA SIMBOLOGIA DOS SACOS RESÍDUOS DE SAÚDE, DEVERAM SEGUIR OS PARÂMETRO DA ABNT NBR 7500 (IDENTIFICAÇÃO PARA O TRANSPORTE TERRESTRE, MANUSEIO, MOVIMENTAÇÃO E ARMAZENAGEM DE PRODUTOS): SIMBOLOGIA DE MATERIAL (SUBCLASSE 6.2) EM UMA DAS FACES DO SACO, ESTAMPADA A APROXIMADAMENTE 1/3 ACIMA DA BASE NA COR PRETA COM FUNDO BRANCO, COM IDENTIFICAÇÃO INDIVIDUAL DO FABRICANTE, DO RESPONSÁVEL TÉCNICO, DA INSPEÇÃO, DO REGISTRO COM SUA RESPECTIVA DATA DE VALIDADE E DO NÚMERO DO LOTE, DE FABRICAÇÃO DE ACORDO COM AS NORMAS ABNT 9191 DE 2008, NBR 13056, NBR 14474, NR 32, RDC 222/2018, RESOLUÇÃO DO CONAMA 358/2005. PARA COMPROVAÇÃO DA QUALIDADE DO PRODUTO OS FORNECEDORES DEVERÃO APRESENTAR LAUDO DE LABORATÓRIO SENAI ACREDITADOS PELO INMETRO (CONTENDO A MASSA MÉDIA) QUE COMPROVEM OS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO ESTABELECIDOS NA NORMA ABNT 9191 DE 2008 E A LEI 8.078/90 . UNIDADE DE AQUISIÇÃO: PACOTE COM 100 UNIDADES.						
---	--	--	--	--	--	--



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

							
125.1	SHAMPOO PARA CABELO: GALÃO DE 5 LITROS. 	GL	50	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		42,23	2.111,50
126.1	APARELHO DE BARBEAR DESCARTAVEL Especificação: APARELHO DE BARBEAR DESCARTÁVEL COM DUAS LÂMINAS. 	UN	1.750	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		2,18	3.815,00
127.1	CONDICIONADOR PARA CABELO GALÃO DE 5 LITROS. 	GL	50	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		47,08	2.354,00
128.1	REFIL COM ÁLCOOL EM GEL, MÍNIMO DE 65%, 800ML. 	UN	620	EXCLUSIV O ME, MEI E EPP		13,11	8.128,20

Obs.: IMAGEM ILUSTRATIVA. MARCAS CONSTANTES SÃO DE PRODUTOS ENCONTRADOS NO MERCADO. O MUNICÍPIO NÃO EXIGE QUE ESTAS SEJAM AS MARCAS ADQUIRIDAS.

1.4-Exclusividade ME – Microempresa / EPP – Empresa de Pequeno Porte:

Aplicável para os itens cujo valor é de até R\$80.000,00.

1.5- Benefício ME – Microempresa/EPP – Empresa de Pequeno Porte:

Prefeitura Municipal de Nova Lima – Praça Bernardino de Lima, 80 – Centro – Nova Lima
Cep. 34000-279 – Tel.: 3541-4334 – www.novalima.mg.gov.br



**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

SE APLICA – Reserva de cota de 25% nos termos do art. 48, inciso III da Lei Complementar nº 123/2006. O valor estimado da contratação é superior a R\$ 80.000,00, e a aplicabilidade de reserva de cotas se dá em razão da natureza divisível do objeto.

1.6-Serviço contínuo:

Serviço/fornecimento contínuo: NÃO SE TRATA de serviço/fornecimento contínuo, conforme art. 6º, inciso XV da Lei nº 14.133/2021.

1.7-Regime de fornecimento:

O fornecimento será bimestral.

1.8-Contato do responsável:

SEMAD: Daflas Alexandre da Cruz, e-mail almoxarifado@pnl.mg.gov.br, contato: (31) 31805829.

SEMDS: Marcelo Galdino Lourenço, e-mail marcelo.galdino@pnl.mg.gov.br, contato: (31) 3180-5931 / 5949.

SEMED: Leandra Isabel Biage e Laene Cristina de Jesus Fernandes, e-mail pedidos.limpeza.semed@pnl.mg.gov.br e pedidos.expediente@pnl.mg.gov.br contato: (31) 3180-8799 e 3180-8799.

SEMSA: Juliana Laves Vieira da Silva, e-mail almoxarifado.saude@pnl.mg.gov.br juliana.vieira@pnl.mg.gov.br contato: (31) 3180.6073.

1.9-Critério de julgamento:

Menor Preço por Item.

1.10- Parcelamento do objeto:

Conforme item 1.5.

1.11- Definição do período de validade do registro de preços:

Nos termos do artigo 84 o prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

2-DO CABIMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:

Deverá ser adotado o Sistema de Registro de Preços, pois há necessidades de contratações frequentes, embora a demanda não seja precisa, além de ser conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas.

Considerando a necessidade de assegurar o fornecimento contínuo e eficiente de material de copa, cozinha, higiene e limpeza às diversas unidades administrativas e serviços públicos que dependem deste insumo essencial, a adoção do sistema de registro de preços mostra-se não apenas adequada, mas altamente benéfica para a administração pública por diversos motivos:

Flexibilidade na Contratação: O registro de preços permite à administração pública a flexibilidade necessária para contratar o fornecimento de material de copa, cozinha, higiene e limpeza conforme a demanda real, evitando tanto a escassez quanto o excesso no estoque, o que é crucial para a gestão eficiente de recursos públicos e para evitar desperdícios.



Prefeitura Municipal de Nova Lima

Agilidade nas Contratações Futuras: Uma vez realizado o procedimento licitatório para o registro de preços, a administração pode agilizar contratações futuras baseadas neste registro, sem a necessidade de realizar novas licitações. Isso assegura rapidez na reposição do insumo, crucial para a continuidade dos serviços públicos.

Economia de Escala: O sistema de registro de preços possibilita que a administração pública estime sua demanda por material de copa, cozinha, higiene e limpeza e negocie preços mais vantajosos com fornecedores, beneficiando-se de economias de escala. Isso contribui para a redução dos custos públicos e para a utilização mais eficiente dos recursos financeiros disponíveis.

Adaptação às Variações de Demanda: Dada a natureza variável da demanda por material de copa, cozinha, higiene e limpeza por diferentes setores da administração, o registro de preços permite uma gestão mais dinâmica e adaptativa, possibilitando ajustes nos volumes contratados de acordo com as necessidades reais, sem comprometer o atendimento ou incorrer em custos adicionais por desvios na estimativa de consumo.

Em função dos benefícios mencionados, conclui-se que o registro de preços é um instrumento que alinha a necessidade de garantir o fornecimento contínuo e eficiente de material de copa, cozinha, higiene e limpeza às unidades administrativas e serviços públicos, com os princípios de economia, eficiência e eficácia que devem nortear as contratações públicas. A sua adoção contribui significativamente para a otimização da gestão dos recursos públicos, assegurando que o fornecimento de material de copa, cozinha, higiene e limpeza ocorra de maneira sustentável e alinhada às melhores práticas de administração pública.

3-FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:

Trata-se de aquisição de material de copa, cozinha, higiene e limpeza para atender as demandas das diversas secretarias do Município de Nova Lima.

A título de exemplo, a aquisição do material é essencial para:

SEMED: garantir um ambiente saudável e seguro para alunos e funcionários, manter a higiene adequada ajuda a prevenir doenças, promove o bem-estar e melhora a qualidade do ensino, essa ação demonstra o compromisso com a qualidade e segurança nas escolas, garantindo que os alunos possam estudar em condições adequadas e agradáveis. Além disso, é fundamental para atender às normas de saúde pública, contribuindo para a criação de um espaço educacional e acolhedor.

SEMSA: manutenção dos serviços e garantir a desinfecção dos setores e das unidades básicas de saúde. A limpeza adequada previne a propagação de doenças, protegendo não apenas os profissionais de saúde que estão expostos a agentes patogênicos, mas também os pacientes e a comunidade em geral. Além disso, a compra do objeto é essencial para minimizar o risco de infecções e prevenir acidentes com materiais cortantes ou químicos, garantindo um ambiente seguro para todos.

A aquisição de utensílios para as copas e cozinhas é necessária para suprir demanda de itens que, devido ao desgaste natural ou à falta, se tornam indispensáveis. Todos os materiais listados para aquisição são de uso recorrente e já fazem parte do cotidiano do município.

A aquisição desses materiais é uma ação estratégica que não apenas atende às normas de vigilância sanitária, mas também contribui para a qualidade do atendimento prestado e para o bem-estar de todos os envolvidos.



Prefeitura Municipal de Nova Lima

Os quantitativos foram calculados através da análise do consumo dos relatórios extraídos do sistema Ábaco de gestão de estoques, utilizado no município.

SEMDs: o desenvolvimento das atividades da Divisão de Vigilância Socioassistencial, uma vez que garantem a limpeza e a salubridade do setor, além de fornecer itens de higiene indispensáveis aos servidores em atuação.

Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) são fundamentais como porta de entrada para a Assistência Social, situados prioritamente em áreas de maior vulnerabilidade social.

Nesses espaços públicos, oferecem-se serviços voltadas ao fortalecimento das relações familiares e comunitárias. Atualmente, Nova Lima abriga seis unidades do CRAS- Água Limpa Centro, Cruzeiro, Nordeste, Noroeste e Norte que atendem aproximadamente 5 mil famílias realizando cerca de 800 atendimentos mensais por unidade. Assim, a aquisição dos materiais solicitados é crucial para garantir a limpeza e o bom funcionamento dessas unidades.

Além disso a aquisição dos itens para a Subsecretaria de Direitos Humanos é imprescindível para manutenção das instalações e o funcionamento adequado do órgão. Esses materiais não apenas preservam o patrimônio público, mas também asseguram condições básicas de higiene e conforto para os servidores que atuam na unidade.

Para assegurar a qualidade dos espaços físicos que abrigam os Programas, Projetos e Serviços de Diretoria de Proteção Social Especial da Secretaria de Desenvolvimento Social, destacamos a necessidade de itens de limpeza e higiene pessoal. Esses materiais são utilizados diariamente nas unidades de acolhimento institucional voltadas a crianças, adolescentes e pessoas com deficiência. Manter a salubridade e a organização desses ambientes é vital tanto para o atendimento da população quanto para o bem-estar dos servidores que realizam suas atividades nesses locais.

O quantitativo solicitado utilizou também como memória de cálculo, as movimentações realizadas via Almoxarifado -SEMDs, conforme consumo mensais e solicitações de materiais.

SEMA: assegurar manutenção das condições adequadas de higiene nos diversos órgãos e espaços sob a responsabilidade da administração municipal.

Apesar da existência de contrato vigente com a empresa Ipiranga de serviços de limpeza com o fornecimento de materiais de limpeza, é importante ressaltar que tal fornecimento não abrange todos os órgãos e espaços sob a gestão do município. A empresa contratada não está presente em todos os locais que necessitam de atendimento, o que gera a necessidade de complementação do fornecimento pela SEMA.

A Secretaria Municipal de Administração é responsável não apenas pela sua própria estrutura, mas também pelo atendimento das demandas de outras secretarias e espaços não atendidos diretamente pela empresa Ipiranga. Esse atendimento é essencial para a continuidade das atividades administrativas e para a prestação de serviços públicos com qualidade, assegurando que todos os ambientes estejam devidamente higienizados e em condições de uso.

A aquisição de material de limpeza é fundamental para garantir a higiene e a salubridade dos locais de trabalho, especialmente em áreas de grande circulação e uso coletivo, como repartições públicas, salas de atendimento ao cidadão e demais espaços administrativos. A falta desses materiais compromete a qualidade do ambiente de trabalho e a saúde dos servidores e do público em geral.

Diante do exposto, justifica-se a formalização de demanda para aquisição de material de limpeza pela SEMA, visando suprir as necessidades não atendidas pelo contrato com a empresa Ipiranga e assegurar que todas as secretarias e espaços sob a responsabilidade da administração municipal sejam devidamente atendidos. Essa medida é essencial para a manutenção das condições adequadas de funcionamento das unidades administrativas e para a prestação eficiente dos serviços públicos.

Essas razões justificam a necessidade de tramitação do processo de aquisição de materiais de limpeza para atender, de forma eficiente e contínua, as demandas da administração municipal.



**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

Assim, fundamenta-se a possibilidade de contratação no SRP no art. 3º. I e IV, do Decreto Municipal nº. 13.749/23.

- I- Quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida: o total registrado.
- II- Quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens ou, no caso de serviços, de unidades de medida: o quantitativo a ser registrado.
- III- Possibilidade de prever preços diferentes: Não é possível.
- IV- A possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela: Não é possível.
É permitido registro de preços com indicação limitada a unidades de contratação, sem indicação do total a ser adquirido, apenas nas seguintes situações: Não se aplica.
 - I- Quando for a primeira licitação para o objeto e o órgão ou entidade não tiver registro de demandas anteriores.
 - II- No caso de alimento perecível.
 - III- No caso em que o serviço estiver integrado ao fornecimento de bens.

Nas situações referidas acima, é obrigatória a indicação do valor máximo da despesa e é vedada a participação de outro órgão ou entidade na ata.

4-DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

A eventual aquisição de material de copa, cozinha, higiene e limpeza para atender as demandas das secretarias diversas do Município de Nova Lima, conforme especificações e quantitativos relacionados no presente ETP, através de sistema de registro de preços com vigência pelo período de 12 meses, podendo ser prorrogado na forma da legislação.

Considerando que a demanda é recorrente, cuja interrupção pode provocar prejuízos às atividades das unidades demandantes, bem como o objeto é necessário durante todo o ano, e visando a otimização dos procedimentos de contratação futuros para o objeto, deverá ser formalizada ata de registro de preços, com vigência de 12 meses, podendo o mesmo ser prorrogado enquanto se mostrar vantajosa sua continuidade, na forma da legislação.

A contratação se dará de acordo com a necessidade de cada unidade demandante, por meio de ordens de fornecimento conforme demanda, e as entregas serão realizadas diretamente no local indicado, de forma bimestral.

Devido às características da contratação e por se tratar de material de consumo, não há necessidade de manutenção e de assistência técnica.

5-REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

5.1- Os requisitos indispensáveis ao atendimento da necessidade que originou a contratação são os requisitos necessários (não mais que o necessário, para não restringir a competição indevidamente) e suficientes (não menos que o necessário, de forma que o objeto não fique precisamente definido) e encontram-se descritos de forma suficiente, objetiva e sucinta no item posterior conjuntamente com a estimativa das quantidades para contratação.



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

5.2- Vistoria- Não se aplica.

5.3-Amostra/ Laudo Técnico/ Prova de Conceito

5.3.1. Visando garantir a qualidade dos produtos, o licitante classificado em primeiro lugar na fase de lances, deverá apresentar amostra de todos os itens de **saco branco leitoso**, de acordo com este termo de referência.

5.3.1.1. O prazo para apresentação das amostras será de 10 (dez) dias após a sessão e poderá ser prorrogado uma única vez por igual período mediante solicitação formalizada e justificada pelo licitante, desde que a administração julgue razoável a justificativa.

5.3.2. As empresas deverão apresentar as amostras na Secretaria de Administração- Almoxarifado Central, situada na Rua Madre Tereza, nº415, bairro Centro, Nova Lima/MG, responsável Daflas Cruz, telefone (31) 3180-5829/ (31) 3180-5830 e-mail daflas.cruz@pnl.mg.gov.br.

5.3.3. As amostras deverão ser enviadas nas embalagens originais dos produtos, juntamente com um documento constando todos os itens e marcas entregues, além dos dados do fornecedor (nome, endereço completo), a fim de que se possa aferir com precisão a especificação do objeto.

5.3.4. As amostras serão avaliadas quanto à descrição, além de serem testados a sua espessura, teste de elasticidade física para avaliar sua resistência, garantindo assim, a segurança do produto para assegurar a eficácia do material. Os produtos serão utilizados pelos avaliadores do SIASS, o que inviabiliza a sua devolução ao fornecedor. As amostras não serão contabilizadas como quantitativo entregue.

5.3.6. Os produtos poderão ser fotografados ou filmados, e posteriormente será emitido laudo de análise da amostra, devidamente assinado pelos responsáveis pela análise.

5.3.7. Caso haja a reprovação ou não apresentação das amostras ou, ainda, apresentação de amostras em desacordo com o estabelecido no descritivo deste Termo, ou na proposta, o licitante classificado será DESCLASSIFICADO.

5.3.8. Ocorrendo o estabelecido no subitem anterior, o (a) Pregoeiro (a) solicitará a apresentação da amostra do licitante classificado em segundo lugar, e assim sucessivamente, até que se encontre o licitante que apresente a amostra com os requisitos exigidos dentro do termo de referência, mantendo o prazo e local descritos anteriormente.

5.3.9. Se a amostra estiver de acordo com o termo de referência, o (a) Pregoeiro (a) a declarará a empresa vencedora, após manifestação da comissão de avaliação.

5.3.10. Será permitida o acompanhamento da análise de outros participantes da licitação. Devendo aqueles que quiserem participar se deslocarem para o local de análise no dia e horário da análise. Não podendo se manifestar sobre o assunto perante a equipe que analisarem, devendo se manifestarem exclusivamente no processo licitatório. Os participantes da licitação deverão entrar em contato com Daflas Cruz, telefone (31) 3180-5829/ (31) 3180-5830, e-mail daflas.cruz@pnl.mg.gov.br, para se informar do dia, horário e local da análise.



Prefeitura Municipal de Nova Lima

Justificativa para solicitação de amostra: É necessário a amostra do saco de lixo leitoso, pela sua funcionalidade e descarte específico como resíduos fluídos contaminados, sangue e secreções orgânicas relacionadas a ambientes contaminados.

5.3.11. Visando garantir a qualidade dos produtos, o licitante classificado em primeiro lugar na fase de lances, deverá apresentar juntamente com os documentos de habilitação o Laudo do laboratório SENAI acreditados pelo INMETRO (contendo a massa média) que comprovem os critérios de aceitação estabelecidos na Norma ABNT 9191 de 2008 e a lei 8.078/90 para o saco branco leitoso e Norma ABNT 9191 de 2008 e a lei 8.078/90 e NBR 13056, NBR 14474, NR 32, RDC 222/2018, RESOLUÇÃO DO CONAMA 358/2005, saco para acondicionamento de lixo preto.

Justificativa: Esse laudo é para que possa ser verificado se a massa média do item saco branco leitoso está dentro dos critérios de aceitação estabelecidos na Norma ABNT 9191 de 2008 e a lei 8.078/90 e o saco para acondicionamento de lixo preto está dentro dos critérios de aceitação estabelecidos na Norma ABNT 9191 de 2008 e a lei 8.078/90 e NBR 13056, NBR 14474, NR 32, RDC 222/2018, RESOLUÇÃO DO CONAMA 358/2005.

5.4- Justificativa para vedação de participação de consórcios- Não se aplica.

5.5-Garantia dos materiais

5.5.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), considerando a inexistência de disciplina legal na Lei Federal 14.133/21 sobre garantia de produto.

5.5.2. Será aplicada ao produto/bem somente a garantia legal estabelecida pelo art. 26, da Lei Federal nº 8.078, de 1990 (30 dias para produtos não duráveis e 90 dias para produtos duráveis) – Código de Defesa do Consumidor – CDC.

6-MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

6.1 – O prazo para início do fornecimento será de 10(dez) dias a contar da assinatura da ata, e o prazo do fornecimento será de 10(dez) dias, contados da data do recebimento da ordem de fornecimento, a entrega será de forma bimestral.

6.2 – O objeto contratado será recebido nos termos previstos no art. 140 da Lei nº 14.133/2021, e art. 12 do Decreto Municipal nº 12.967/2023, no endereço abaixo para análise do Fiscal da Ata:

SEMDS: rua Wilma Penido de Barros, nº 306, Bairro: Oswaldo Barbosa Pena, Nova Lima/MG, CEP:34.0002-080, de segunda a sexta-feira, no horário de 08:00 as 12:00 e de 13:00 as 16:00horas, telefone: (31) 3180-5949, e-mail: almoxarifado.semnds@pnl.mg.gov.br marcelo.galdino@pnl.mg.gov.br responsável: Luciana dos Santos e Marcelo Galdino Lourenço.

SEMSA: Rua José Braga da Silva, nº 111, Bairro: Oswaldo Barbosa Pena II, Nova Lima/MG, Cep:34.002-053, de segunda a sexta-feira, no horário de 08:00 as 16:30, telefone: (31) 3180-6073, e-mail: almoxarifado.saude@pnl.mg.gov.br, responsável: Juliana Laves Pereira da Silva.



**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

SEMED: Avenida Benedito Alves Nazareth, nº 451, Bairro: Fazenda do Benito, Nova Lima/MG, de segunda a sexta-feira, no horário de 07:30 as 15:30 horas, telefone: (31) 3180-8799, e-mail: pedidos.expediente@pnl.mg.gov.br, responsável: Laene Cristina de Jesus Fernandes.

SEMADE: Rua Madre Tereza, nº 415, Bairro: Centro, Nova Lima/MG, de segunda a sexta-feira, no horário de 08:00 as 12:00 e de 13:00 as 16:00 horas, telefone: (31) 3180-5829, e-mail: almoxarifado@pnl.mg.gov.br responsável: Daflas Alexandre da Cruz.

6.3 – O prazo de entrega será de 10(dez) dias a contar da data de recebimento da ordem de fornecimento.

6.4 - Após o recebimento do objeto, o Órgão Gerenciador terá o prazo de 10 (dez) dias para verificar o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas.

6.5 - Constatadas irregularidades no objeto, o Município de Nova Lima através do Órgão Gerenciador poderá:

a) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou o cancelamento da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) Na hipótese de substituição, a detentora dos preços registrados deverá fazê-la em conformidade com o item registrado, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados após notificação por escrito do Órgão Gerenciador, mantendo o preço inicialmente registrado;

b) Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou o cancelamento da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) Na hipótese de complementação, a detentora dos preços registrados deverá fazê-la em conformidade com o item registrado, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados após notificação por escrito Órgão Gerenciador, mantendo o preço inicialmente registrado

6.6 - Quando, durante o prazo de garantia, os produtos apresentarem qualquer irregularidade que os tornem sem condições para utilização, a detentora dos preços registrados deverá no prazo máximo de 10 (dez) dias, e às suas expensas, substituir os mesmos por outros da mesma espécie, em perfeitas condições de utilização, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

7-MODELO DE GESTÃO DA ARP/ CONTRATO:

7.1. A ata deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (art. 115, caput, Lei nº 14.133/2021).

7.2. A execução da ata deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) da ata, ou pelos respectivos substitutos, conforme art. 117 caput da Lei Federal n. 14.133/2021.



**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

7.2.1. O fiscal da ata anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis, nos termos do art. 117, §1º, da Lei Federal n. 14.133/2021 e do art. 11, §2º do Decreto Municipal n. 12.967, de 19 de janeiro de 2023.

7.2.2. O fiscal da ata deverá verificar a produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço e, em caso positivo, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no Capítulo VII, da Lei Federal n. 14.133, de 2011.

7.2.3. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da contratada que contenha a relação detalhada deles, de acordo com o estabelecido na ata, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

7.2.4. O fiscal da ata informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (art. 117, §2º, Lei nº 14.133/2021).

7.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da ata, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (art. 115, §5º, Lei nº 14.133/2021).

7.4. A ata será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto da ata em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (art. 119, Lei nº 14.133/2021).

7.5. A detentora da ata será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução da ata, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (art. 120, Lei nº 14.133/2021).

7.6. Somente a detentora da ata será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da ata (art. 121, caput, Lei nº 14.133/2021).

7.6.1. A inadimplência da detentora da ata em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto da ata (art. 121, §1º, Lei nº 14.133/2021).

7.7. Fiscal da ata:

Fabiana Gonçalves– E-mail: Fabiana.goncalves@pnl.mg.gov.br

8-CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

8.1. O valor a ser pago, será apurado através das requisições emitidas e devidamente atendidas pelo Contratada.



**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

8.2. O pagamento será efetuado pela Tesouraria do Município de Nova Lima no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento da(s) Nota(s) Fiscal(is) correspondentes à execução do serviço ou fornecimento, acompanhada(s) de comprovação da manutenção das condições demonstradas para habilitação, à vista do respectivo Termo de Recebimento Definitivo do objeto.

8.3. O pagamento das faturas seguirá a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, cabendo à Contratada manter durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

8.4. Não será efetuado qualquer pagamento à Contratada enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.5. Os preços referidos no item 1.3, incluem todos os custos e benefícios decorrentes do fornecimento, de modo a constituírem a única e total contraprestação pela execução da ata.

8.6. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, a contagem do prazo de pagamento dar-se-á somente a partir da regularização dos mesmos e de sua reapresentação.

8.7. O Município poderá sustar o pagamento a que a contratada tenha direito, enquanto não sanados os defeitos, vícios ou incorreções resultantes da contratação e/ou não recolhimento de multa aplicada.

8.8. Os pagamentos efetuados à CONTRATADA não a isentarão de suas obrigações e responsabilidades vinculadas à execução da ata, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade.

8.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento não justificados, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

onde:

EM = Encargos moratórios;

VP = Valor da parcela em atraso;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento (vencimento) e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = (TX / 100)$$

30

TX = Percentual da taxa de juros de mora mensal definida no edital/ata.



**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

9-OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR

- 9.1. Observar a forma de fornecimento dos produtos.
- 9.2. Seguir a orientação dada pelo Município, quanto à forma de fornecimento dos produtos.
- 9.3. Cobrir por sua conta os gastos decorrentes do fornecimento dos produtos, seguindo a orientação dada pelo Município e a pontualidade.
- 9.4. Apresentar junto às faturas, os comprovantes de quitação das obrigações decorrentes com a execução da ata e manter durante o fornecimento dos produtos as condições de habilitação e qualificações exigidas.
- 9.5. Substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os produtos fornecidos que não satisfazer a qualidade e condições previamente contratadas.
- 9.6. Ressarcir todos os prejuízos causados ao patrimônio público ou a terceiros durante o fornecimento dos produtos, objeto da presente ata, não excluindo ou realizando essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Município.
- 9.7. Não utilizar mão de obra infantil, ou a utilizar conforme ditames da Lei Federal nº Lei 9.854 de 27 de outubro de 1999.
- 9.8. O objeto desta ata deverá ser fornecido de forma parcelada.
- 9.9. A entrega deverá ser nas condições e prazos previstos na presente Ata e no Termo de Referência.

10-OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA/CONTRATANTE

- 10.1. Fornecer a orientação para a melhor execução da ata, em especial a forma de fornecimento dos produtos.
- 10.2. Supervisionar e fiscalizar o fornecimento dos produtos.
- 10.3. Fazer os pagamentos devidos mediante as faturas, que deverão ser por ele conferidas.
- 10.4. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com as cláusulas da ata e os termos de sua proposta.
- 10.5. Notificar a contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da entrega do produto, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 10.6. Pagar à contratada o valor do produto, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.



**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

11- OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO OU ENTIDADE GERENCIADORA:

11.1- Caberá ao órgão ou entidade gerenciadora a prática de todos os atos de controle e administração do SRP, em especial:

I - realizar procedimento público de intenção de registro de preços - IRP, estabelecendo, quando for o caso, o número máximo de participantes, em conformidade com sua capacidade de gerenciamento;

II - aceitar ou recusar, justificadamente, no que diz respeito à IRP:

a) os quantitativos considerados ínfimos;

b) a inclusão de novos itens;

c) os itens de mesma natureza, mas com modificações em suas especificações.

III - consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, promovendo a adequação dos respectivos termos de referência ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização, determinando a estimativa total de quantidades da contratação;

IV - realizar pesquisa de mercado para identificação do valor estimado da licitação ou contratação direta e consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes, inclusive no caso de compra centralizada;

V - promover atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório ou da contratação direta, e todos os atos deles decorrentes, como a assinatura da ata e a sua disponibilização aos órgãos ou às entidades participantes;

VI - remanejar os quantitativos da ata entre os órgãos partícipes;

VII - gerenciar a ata de registro de preços;

VIII - confirmar junto aos órgãos ou entidades participantes a sua concordância com o objeto a ser contratado, inclusive quanto aos quantitativos e termo de referência ou projeto básico;

IX - promover os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório ou da contratação direta, bem como todos os atos decorrentes, tais como a assinatura da ata e a sua disponibilização aos órgãos ou entidades participantes;

X - gerenciar a ata de registro de preços;

XI - conduzir as negociações para as alterações ou as atualizações dos preços registrados, com apoio das secretarias requisitantes;

XII - deliberar quanto à inclusão posterior de participantes que não manifestaram interesse durante o período de divulgação da intenção de registro de preços.

XIII - verificar se os pedidos de realização de registro de preços, formulados pelos órgãos e entidades participantes da Administração Pública, efetivamente se enquadram nas hipóteses previstas no art. 3º, podendo indeferir os pedidos que não estejam de acordo com as referidas hipóteses.

XIV - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório ou na contratação direta, registrando as ocorrências no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP);

XV - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações;

XVI - autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para utilização da Ata de Registro de Preços pelo órgão aderente, respeitado o prazo de vigência da ata, quando solicitada pelo órgão ou entidade não participante.

11.1.1- Os procedimentos constantes dos incisos I a IV do item 11.1 serão efetivados antes da elaboração do edital e de seus anexos

11.1.2O órgão ou entidade gerenciadora poderá solicitar auxílio técnico aos órgãos ou entidades participantes para execução das atividades previstas nos incisos IV e IX do item 11.1.



**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

11.1.3- O exame e a aprovação das minutas do edital e do contrato serão efetuados exclusivamente pela assessoria jurídica do órgão ou entidade gerenciadora.

11.1.4- O órgão ou a entidade gerenciadora deliberará, excepcionalmente, quanto à inclusão, como participante, de órgão ou entidade que não tenha manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP, desde que não tenha sido finalizada a consolidação de que trata o inciso III do item 11.1.

12. OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

12.1- O órgão ou entidade participante será responsável por manifestar seu interesse em participar do registro de preços, competindo-lhe:

I - manifestar, perante o órgão ou entidade gerenciadora, sua intenção de registro de preços, acompanhada:

a) das especificações ou termo de referência ou projeto básico adequado ao registro de preços do qual pretende fazer parte;

b) da estimativa de consumo; e

c) do local de entrega.

II - garantir que os atos relativos à inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;

III - solicitar, se necessário, a inclusão de novos itens, no prazo previsto pelo órgão ou entidade gerenciadora, acompanhadas das informações referidas nas alíneas do inciso I;

IV - manifestar, junto ao órgão ou entidade gerenciadora, mediante a utilização da intenção de registro de preços, sua concordância com o objeto a ser licitado, antes da realização do procedimento licitatório ou da contratação direta;

V - auxiliar tecnicamente, por solicitação do órgão ou entidade gerenciadora, as atividades previstas nos incisos IV e IX do caput do art. 6º;

VI - tomar conhecimento da ata de registros de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;

VII - assegurar-se, quando do uso da ata de registro de preços, que a contratação a ser procedida atenda aos seus interesses;

VIII - zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou de obrigações contratuais;

IX - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão ou entidade gerenciadora;

X - prestar informações, quando solicitadas, ao órgão ou entidade gerenciadora quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou entidade;



**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

13-FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

13.1-Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

Será pelo menor preço por ITEM.

13.2-Exigências de Habilitação:

- a)** Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e última alteração relativa ao objeto e administradores, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício; decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- b)** a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c)** Cartão CNPJ ou CPF;
- d)** Comprovante de regularidade fiscal com as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal (ou distrital), ou outra equivalente, da sede do licitante;
- e)** Comprovante de regularidade relativa à seguridade social;
- f)** Comprovante de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- g)** Comprovante de regularidade com a Justiça do Trabalho, por meio de certidão emitida pelo site www.tst.gov.br;
- h)** Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- i)** Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração;
- j)** Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas, devendo utilizar o modelo anexo ao edital;
- k)** Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos eventuais termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- l)** Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, conforme permissivo do art. 69, II, da Lei Federal nº 14.133/2021. No caso de certidão de recuperação judicial positiva, a licitante deverá, juntamente com a certidão, sob pena de inabilitação, apresentar comprovação de que o plano de recuperação expressamente prevê a participação da empresa em contratações públicas, bem como que referido plano foi homologado judicialmente.



**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

m) Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove ter a licitante fornecido materiais iguais, similares ou superiores ao objeto da presente licitação, com nome legível do emitente, em papel timbrado, ou em papel sem timbre com carimbo do CNPJ;

n) Laudo do laboratório SENAI acreditados pelo INMETRO (contendo a massa média) que comprovem os critérios de aceitação estabelecidos na Norma ABNT 9191 de 2008 e a lei 8.078/90 para o saco branco leitoso e Norma ABNT 9191 de 2008 e a lei 8.078/90 e NBR 13056, NBR 14474, NR 32, RDC 222/2018, RESOLUÇÃO DO CONAMA 358/2005 para o saco para acondicionamento de lixo preto.

Justificativa: Esse laudo é para que possa ser verificado se a massa média do item saco branco leitoso está dentro dos critérios de aceitação estabelecidos na Norma ABNT 9191 de 2008 e a lei 8.078/90 e o saco para acondicionamento de lixo preto está dentro dos critérios de aceitação estabelecidos na Norma ABNT 9191 de 2008 e a lei 8.078/90 e NBR 13056, NBR 14474, NR 32, RDC 222/2018, RESOLUÇÃO DO CONAMA 358/2005.

o) Certificado de Registro do Produto, expedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, devidamente válido na forma da legislação específica vigente, ou cópia da respectiva publicação no Diário Oficial da União, ou respectivos “prints” da página da ANVISA na internet, os quais estarão sujeitos à confirmação pelo setor técnico competente;

o.1. no caso de o registro encontrar-se em fase de renovação, deverá ser apresentada a cópia do respectivo Certificado de Registro do Produto em renovação acompanhada da cópia da solicitação de sua revalidação, conforme estabelecido nos §§ 2º e 3º do art. 8º, do Decreto Federal 8.077/2013;

o.2. no caso de produto isento de registro, deverá ser apresentado o documento comprobatório da isenção expedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, devidamente válido na forma da legislação específica vigente, ou cópia da respectiva publicação no Diário Oficial da União, ou respectivos “prints” da página da ANVISA na internet, os quais estarão sujeitos à confirmação pelo setor técnico competente;

o.3. no caso de produto notificado, deverá ser apresentado o Comprovante de Notificação do Produto, expedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, devidamente válido na forma da legislação específica vigente, ou cópia da respectiva publicação no Diário Oficial da União, ou respectivos “prints” da página da ANVISA na internet, os quais estarão sujeitos à confirmação pelo setor técnico competente.

Justificativa: Em termos regulatórios, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA dispõe por meio da RDC nº 59/2010 e 313/2019, os procedimentos e requisitos técnicos para a notificação e o registro de produtos saneantes, que possam colocar risco à saúde de quem os manuseia. No mesmo sentido, há exigência da RDC 691/2022, sobre álcool etílico hidratado em todas as graduações, álcool etílico anidro, como produto destinado a limpeza de superfície, desinfecção e antisepsia da pele ou substância. Portanto, trata-se de uma exigência regulatória, a qual o Município de Nova Lima/MG está observando ao exigir destes itens descritos no respectivo tópico.

13.3 – Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital, fundamentadamente arguida.



**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

13.4 - Os documentos emitidos via Internet serão considerados originais, desde que possam ser conferidos on-line. Essa é uma forma de verificar a veracidade de documentos, como certidões e atestados. Para os documentos emitidos pela ANVISA, serão considerados os que apresentarem a publicação no D.O.U ou extraídos pela Internet.

13.5 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

- a) se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b) se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- c) se o licitante for matriz e o executor do contrato for filial, a documentação deverá ser apresentada com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;
- d) serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

13.6 – A falsidade das declarações de que trata o item 4.1 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

13.7 – As MPEs deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar 123/06.

13.8- Tais requisitos justificam-se em razão de assegurar a viabilidade técnica, sendo importante que a contratação assegure a continuidade do fornecimento dos materiais e permitindo segurança a Administração na contratação dos referidos materiais.

14-ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

Baseando-se na pesquisa realizada em conformidade com a previsão do art. 23, inciso III da Lei nº 14.133/2021 e art. 6º, III do Decreto Municipal nº 14.331/2024, verificou-se que o valor estimado da referida contratação é de R\$ 8.466.760,14 conforme memória de cálculo dos valores unitários a seguir e com base nas cotações anexada ao processo.

Documentação referente ao disposto no art. 18, §1º, VI, da Lei de Licitações encontra-se anexa a este ETP.

O valor unitário por item e o valor total por lote encontra-se no item 1.3- quantitativos deste TR.

15- ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. Em observância ao disposto no art. 16, da Lei Complementar nº 101, de 05 de maio de 2.000, as despesas decorrentes da contratação objeto deste termo de referência têm adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual, e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.



**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

15.2. As despesas decorrentes da ata correrão à conta da dotação orçamentária:

SEMAD: 07.001.04.122.0101.2289

SEMDs: 14.006.14.422.0101.2329, 14.004.14.241.0401.2222, 14.002.08.244.0401.2212,
14.002.08.244.0401.2213, 14.001.04.244.0401.2203, 14.005.14.122.0401.2224,
14.003.14.243.0401.2221, 14.001.04.244.0401.2205.

SEMSA: 12.001.10.302.0303.2168, 12.001.10.302.0303.2169, 12.002.10.301.0303.2171,
12.002.10.301.0303.2172, 12.002.10.301.0303.2173, 12.002.10.302.0303.2175,
12.002.10.302.0303.2177, 12.002.10.302.0303.2179, 12.002.10.303.0303.2183,
12.002.10.305.0303.2186.

SEMED: 09.002.12.361.0201.2099, 09.002.12.365.0201.2104, 09.002.12.365.0201.2105,
09.002.12.366.0201.2111, 09.002.12.037.0201.2114.

16- DOS CONTRATOS DECORRENTES DO REGISTRO DE PREÇOS:

16.1- Os contratos celebrados em decorrência do registro de preços estão sujeitos às regras previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e neste decreto, e deverão ser assinados dentro do prazo de vigência da ARP.

16.1.1- Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em lei e no edital da licitação, inclusive quanto aos acréscimos de que tratam os arts.124 a 136, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente considerado e não à ata de registro de preços.

16.1.2- A duração dos contratos decorrentes da ata de registro de preços deverá atender ao contido nos arts.105 a 114 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

16.1.3- Os contratos celebrados em caso de urgência terão eficácia a partir de sua assinatura e deverão ser publicados em até 10(dez) dias úteis da sua assinatura no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

16.1.4- O fornecedor da ata de registro de preços se obriga a atender às solicitações que lhe forem apresentadas nos termos contratados. Quando o critério de julgamento for o de maior desconto sobre tabela de preços referenciada, as contratações derivadas da ata de registro de preços poderão observar, conforme previsão no edital, as variações da tabela adotada, respeitando-se o percentual de desconto, quando identificada alta volatilidade nos preços de mercado.

17- VIGÊNCIA DA ATA:

A ata de registro de preços terá o prazo de 12 meses, podendo ser prorrogado conforme previsto na legislação.

18- DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

18.1- Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

I - serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, observando a possibilidade de o licitante ou fornecedor oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela;

II - será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário na sequência da classificação da licitação e a inclusão daqueles que mantiverem sua proposta original; e



**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

III - será respeitada nas contratações a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

18.1.1- O registro a que se refere o inciso II do item 18.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata.

18.1.2- Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação na licitação, antecederão aqueles que optaram por manter sua proposta original.

18.1.3- A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o inciso II do item 18.1 e o 18.1.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes situações:

I - quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas no edital; e

II - quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 18.1.

18.1.4- O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

18.2- Após os procedimentos de que trata o item 18.1, o licitante melhor classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

18.2.1- O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

18.2.2- A ata de registro de preços, disponibilizada no Sistema de Registro de Preços, poderá ser assinada por meio de assinatura digital.

18.3- Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidas no item 18.2, e observado o disposto no item 18.1.3, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

18.3.1- Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário aceitar a contratação nos termos do disposto no item 18.3, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

I - convocar os licitantes que optaram por manter sua proposta original, para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

II - adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.



**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

18.4- A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

18.5- O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir do 1º do útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

18.5.1- O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no edital ou no aviso de contratação direta, observado o disposto no art. 105 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

18.6- Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

18.7- O controle e o gerenciamento dos quantitativos das atas de registro de preços e de seus saldos, das solicitações de adesão e do remanejamento das quantidades serão realizados pelo órgão gerenciador.

18.8- Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou;

II - em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

18.9- Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

18.9.1- Caso o fornecedor que não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

18.9.2- Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do item 18.9.1, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 18.3.1.

18.9.4- Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 20.1, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

18.9.5- Caso haja a redução do preço registrado, o gerenciador atualizará o preço registrado e comunicará aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a conveniência e oportunidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.



**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

18.10- No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

18.10.1- Para fins do disposto item 18.10, deverá o fornecedor encaminhar juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas.

18.10.2- Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos item 20.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

18.10.3- Havendo cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item 18.10.2, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 18.3.1.

18.10.4- Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 20.1 adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

18.10.5- Na hipótese de comprovação do disposto no caput e no §1º, o gerenciador procederá a atualização do preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

18.10.7- Órgão ou entidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades participantes que tiverem formalizado contratos sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

18.11- Em qualquer caso, redução do preço de mercado ou fato que eleve os custos dos serviços ou bens registrados, a revisão aplicada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente a época.

18.11.1- Aplica-se o caput aos materiais ou serviços tabelados oficialmente por órgãos competentes.

18.11.2- O preço de mercado será obtido com base nos parâmetros estabelecidos no artigo 23 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021

18.11.3- Cabe ao órgão gerenciador realizar os procedimentos para alteração de valores durante a vigência da ata.

18.12- A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do SRP, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

18.13- A alteração de preço deverá ser publicizada nos termos da legislação vigente.

18.14- Para as atas de registro de preços que contemplem itens referentes às cotas principais e cotas reservadas, sendo detentoras pessoas jurídicas distintas, a execução das atas pelos órgãos ou pelas entidades participantes se dará, preferencialmente, de forma simultânea.



**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

19- DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1- Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração municipal que não participaram do procedimento para Registro de Preços poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, desde que encaminhe ao órgão ou à entidade gerenciadora o pedido de adesão indicando o número da ata, o fornecedor, o item e a quantidade que pretende aderir:

19.1.1- O órgão ou a entidade gerenciadora somente responde pelos atos relativos à adesão da ata de registro de preços, não lhe competindo o monitoramento e a administração dos atos posteriores ao deferimento do pedido de adesão.

19.1.2- Ao órgão ou à entidade não participante, em relação às suas contratações, competem os atos relativos:

I - ao acompanhamento dos preços e marcas registrados no site do Município de Nova Lima, para verificação de possíveis alterações;

II - à cobrança do cumprimento pelo contratado das obrigações assumidas;

III - à aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais;

IV - à comunicação, ao órgão gerenciador, da aplicação de penalidades no âmbito da contratação decorrente da ata de registro de preços.

19.2- As atas de registro de preços formalizadas pelos órgãos ou pelas entidades municipais poderão ser utilizadas, durante a sua vigência, por quaisquer órgãos da Administração Direta ou quaisquer entidades da Administração Indireta não participante, observado o disposto no item 19.1 e, desde que a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital.

19.2.1- A adesão à ata de registro de preços deverá ser precedida de manifestação formal de interesse junto ao órgão ou à entidade gerenciadora do registro de preços que, no caso de deferimento, indicará os quantitativos disponíveis, respectivos preços e marcas a serem praticados e os detentores.

19.2.2- Caberá ao fornecedor da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do novo fornecimento ou da nova prestação do serviço, desde que não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

19.2.3- Serão observadas as seguintes regras de controle para a adesão à ata de registro de preços de que trata o item 19.1:

I - as aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e para os órgãos ou as entidades participantes; e

II - o quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou a entidade gerenciadora e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

19.3- Os órgãos ou as entidades do Município de Nova Lima poderão aderir às atas de registro de preços formalizadas por órgão ou por entidade de qualquer esfera governamental.

19.3.1- A adesão deverá ser formalizada diretamente pelos órgãos ou pelas entidades municipais demandantes.

19.3.2- A adesão e o respectivo instrumento de contratação deverão ser formalizados durante a vigência da ata de registro de preços a que se pretende aderir.

19.3.3- O processo de adesão deverá ser formalizado e instruído pelos órgãos ou pelas entidades municipais não participantes e conterá, sem prejuízo das demais exigências legais:

I - motivação circunstanciada contendo, obrigatoriamente:



**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

- a) caracterização da necessidade de contratação e justificativa da vantagem da adesão, inclusive, em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
- b) justificativa para não licitar;
- c) pareceres técnicos, se for o caso;
- II - a demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os praticados pelo mercado, na forma do art. 23 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e regulamentação municipal;
- III - prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e da pessoa jurídica detentora da atas de registro de preços;
- IV - parecer jurídico.
- 19.3.4- As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade da Administração Municipal de Nova Lima, não participante da ARP, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na atas de registro de preços.
- 19.3.5- A adesão à atas de registro de preços de órgão ou de entidade gerenciadora do Poder Executivo federal por órgãos ou por entidades municipais poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata item 19.2.3 se destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e regulamentações municipais aplicáveis.
- 19.3.6- Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos ou por entidades municipais, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite de que trata o inciso II do item 19.2.3.
- 19.3.7- O Município de Nova Lima, seus órgãos e entidades poderão ser partícipes de ata de registros de preços gerenciadas por consórcios.
- 19.3.8- O Município de Nova Lima, seus órgãos e entidades poderão aderir à ata de registros de preços gerenciadas por consórcios.

20- DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:

- 20.1- O órgão ou a entidade gerenciadora poderá cancelar o registro de preços do fornecedor, total ou parcialmente, observados o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:
- I - descumprimento parcial ou total, por parte do fornecedor, das condições da ata de registro de preços;
 - II - quando o fornecedor não atender à convocação para firmar as obrigações contratuais decorrentes do registro de preços, não retirar ou não aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração;
 - III - nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato decorrente da ata de registro de preços;
 - IV - nas hipóteses dos preços registrados não estiverem compatíveis com os praticados no mercado e o fornecedor se recusara adequá-los na forma solicitada pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, prevista no edital e na ata de registro de preços;
 - V - por razões de interesse público, reduzida a termo no processo;
 - VI - por fato superveniente, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado;
 - VII - quando o detentor for suspenso ou impedido de licitar e contratar com a administração municipal;
 - VIII - quando o detentor for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública;
 - IX - amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a administração;
 - X - por ordem judicial.



Prefeitura Municipal de Nova Lima

20.1.1- A notificação do órgão ou da entidade gerenciadora para o cancelamento do preço registrado será enviada diretamente ao fornecedor por ofício, correspondência eletrônica ou por outro meio eficaz, e no caso da ausência do recebimento, a notificação será realizada por edital.

20.1.2- A solicitação do fornecedor para cancelamento do registro de preço deverá ser formulada por escrito, assegurando-se o fornecimento do bem registrado ou da prestação do serviço, por prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias, contado a partir da comprovação do recebimento da solicitação do cancelamento, salvo na hipótese da impossibilidade de seu cumprimento, devidamente justificada e aprovada pelo órgão ou pela entidade gerenciadora.

20.1.3- O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do preço registrado na ocorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados, bem como nas hipóteses compreendidas na legislação aplicável a que venham comprometer o fornecimento do bem ou prestação do serviço.

20.1.4- O cancelamento da ata de registro de preços não afasta a possibilidade de aplicação de sanções.

21- DO REMANEJAMENTO DE QUANTIDADES REGISTRADOS:

21.1- As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou pela entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

21.1.1- O remanejamento de que trata o caput somente será feito:

I - de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

II - de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

21.1.2- O órgão ou a entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para fins do remanejamento de que trata o caput.

21.1.3- Na hipótese de remanejamento de órgão ou de entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos item 19.2.3.

21.1.4- Para fins do disposto no item 21.1, competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

21.1.5- Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

21.1.6- Na hipótese de compra centralizada, caso não haja indicação, pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do disposto no item 21.1.2, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada ocorrerá por meio de remanejamento.

22- CRITÉRIO DE REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

22.1. Eventuais pedidos de reequilíbrio econômico deverão ser respondidos em até 1 (um) mês contado do protocolo, observado o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

22.2 – Por força das Leis Federais nº 9.069/95 e 10.192/2001, o valor da ata/contrato será reajustado, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, tendo como base a variação do índice oficial definido.



**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

22.3 – Decorrido o prazo acima estipulado, os preços unitários serão corrigidos monetariamente pelo índice INPC (IBGE), ou outro índice que venha a substituí-lo por força de determinação governamental, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

22.4 – A aplicação do índice dar-se-á de acordo com a variação acumulada do índice INPC (IBGE) ocorrida nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

22.5 – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

22.4 – Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto, substituído, ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor, e em caso de variações do mesmo índice, será sempre adotando o que gerar menor onerosidade para a Administração.

22.5 – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo, adotando aquele que gerar menor onerosidade.

22.6 – O reajuste será realizado por apostilamento.

22.7– Em se tratando serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, os preços contratados poderão ser repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, com data vinculada:

I - À da apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado;

II - Ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra.

III - A Administração não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

IV - É vedado a órgão ou entidade contratante vincular-se às disposições previstas nos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.

V - A repactuação deverá observar o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação.



**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

VI - A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

VII - Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação a que se refere o inciso II do **caput** deste artigo poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das categorias envolvidas na contratação.

VIII - A repactuação será precedida de solicitação do contratado, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

23- GARANTIA CONTRATUAL:

23.1 – Em caso de formalização de contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, será exigida a título de garantia do contrato, e conforme o art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021 o montante de 5 % (cinco por cento) do valor inicial do contrato, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

a – Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

b – Seguro-garantia;

c – Fiança bancária, emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

d - Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

___ A garantia contratual deverá ser apresentada até a assinatura do contrato.

___ Quando a garantia contratual for apresentada em dinheiro, o recolhimento deverá ser realizado de forma nominal, por meio de pagamento de DAM – DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL, emitido pelo DPRI, localizado na Praça Bernardino de Lima, n.º 80, Centro - 1º andar do Prédio da Prefeitura Municipal, mediante comprovação no ato de assinatura do contrato.

___ Em hipótese alguma serão aceitos comprovantes de depósitos realizados em terminais eletrônicos de autoatendimento.

___ Os títulos da dívida pública previstos na alínea "a" deverão ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

___ Caso o título venha a ser extinto ou tenha o seu prazo de validade expirado, a garantia deverá ser prestada por meio de outro título válido que venha a substituir o anterior, emitido pelo Tesouro Nacional e registrado no Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, ou substituído por uma das demais modalidades de garantia.

___ Em caso de fiança bancária, deverá ser expressa a renúncia do fiador ao benefício de ordem, e aos direitos previstos no artigo 827 do Código Civil (Lei 10.406/02), sendo que, a fiança deverá ser realizada em instituições financeiras regularmente autorizadas pelo Banco Central.



**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

___A garantia prestada será liberada ou restituída após 30 (trinta) dias da emissão do Termo de Encerramento de Obrigações Contratuais e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, ou pela rescisão do contrato, salvo se esta ocorrer por culpa da CONTRATADA, hipótese em que o Contratante poderá descontar da garantia o valor da penalidade financeira eventualmente aplicada.

___Desfalcada a garantia prestada, pela imposição de multas ou outro motivo de direito, será notificada a Contratada através de correspondência com AR (Aviso de Recebimento) para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, complementar o valor da caução. A não apresentação da cobertura da garantia importará em rescisão contratual. À Administração cabe descontar da garantia toda importância que a qualquer título lhe for devida pela contratada-

___No caso da contratada optar pelo seguro garantia ou fiança bancária:

a) Deverá constar na garantia, cláusula expressa de cobrir inadimplemento das obrigações trabalhista e previdenciárias do contrato;

b) Não poderá conter cláusula que restrinja a responsabilidade do segurado ou fiador.

___A validade da garantia será de no mínimo 3 (três) meses após o término do contrato/aditivo.

___A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

24. SANÇÕES:

24.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a contratada que:

24.1.1. Der causa à inexecução parcial da ata ou contrato;

24.1.2. Der causa à inexecução parcial da ata ou contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

24.1.3. Der causa à inexecução total da ata/contrato;

24.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida;

24.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

24.1.6. Não celebrar a ata/contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

24.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

24.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da ata/contrato;

24.1.9. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da ata/contrato;

24.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

24.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

24.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

24.2 Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no/na ata/contrato, erros ou atrasos no cumprimento da/do ata/contrato, infringência do art. 155 da Lei Federal 14.133/2021 e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a detentora da ata as seguintes sanções, nos termos do Decreto Municipal nº 13.518, de 01 de agosto de 2023:

24.2.1. Advertência;

24.2.2. Multa;

24.2.3. Impedimento de licitar e contratar;

24.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

24.3. Em caso de inexecução parcial da ata/contrato será aplicada exclusivamente a sanção de advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

24.4. A sanção de multa moratória de que trata o art. 162 da Lei Federal n. 14.133/21 será de 0,5% (cinquenta centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (trinta por cento) da ata/contrato ou do instrumento equivalente.

24.4.1. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral da ata/contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no Decreto Municipal nº 13.518, de 01 de agosto de 2021.

24.4.2. A aplicação de multa compensatória não será inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da ata/contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/21.

24.4.3. Poderá ser aplicada multa compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao licitante ou contratado que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, tais como:

I - tumultuar a sessão pública da licitação;

II - propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;



**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

- III - deixar de providenciar o cadastramento da empresa vencedora da licitação ou da contratação direta junto ao Sistema de Cadastro de Fornecedores usado por Nova Lima, dentro do prazo concedido, salvo por motivo justificado e aceito pela administração;
- IV - deixar de cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- V - deixar de cumprir o modelo de gestão da ata/contrato;
- VI - deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;
- VII - não devolver os valores pagos indevidamente pelo contratante;
- VIII - não manter, durante a execução da ata/contrato, todas as condições exigidas para a habilitação, em caso de licitação, ou para a qualificação, em caso de contratação direta, ou, ainda, quaisquer outras obrigações;
- IX - deixar de regularizar, no prazo definido pela administração, os documentos exigidos pela legislação para fins de liquidação e pagamento da despesa;
- X - manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto;
- XI - utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto da ata/contrato;
- XII - deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela administração;
- XIII - deixar de efetuar o pagamento de salários, vale-transporte, vale-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução da ata/contrato nas datas avençadas;
- XIV - deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;
- XV - deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido na hipótese de o licitante ou contratado enquadrar-se como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou equiparados, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- XVI - não manter atualizado e-mail para contato, sobretudo dos prepostos, nem informar à gestão e à fiscalização da ata/contrato, no prazo de dois dias úteis, a alteração de endereços, sobretudo quando este ato frustrar a regular notificação de instauração de processo sancionador;
- XVII - subcontratar o objeto ou a execução de serviços em percentual superior ao permitido no edital ou ata/contrato, ou de forma que configure inexistência de condições reais de prestação do serviço ou fornecimento do bem.

24.4.4. Poderá ser aplicada multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ao licitante ou contratado que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina.

24.4.5. O valor das multas aplicadas deverá ser executado na forma do art. 58, do Decreto Municipal nº 13.518, de 01 de agosto de 2023.

24.5. A sanção prevista de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 Lei nº 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos. 15.5.1. A aplicação de três sanções de advertência pelo mesmo motivo, em uma mesma ata/contrato, possibilita a aplicação de sanção de impedimento de licitar e contratar.



**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

24.6. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

24.7. As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa.

24.8. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

24.9. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 13.518, de 01 de agosto de 2021.

24.10. Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; os danos que dela provierem para a Administração Pública; a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

25. GARANTIA DAS PROPOSTAS-

Não se aplica.

26. GERENCIAMENTO DE RISCOS

26.1. É parte integrante do presente Termo de Referência o Gerenciamento de Riscos constante do Anexo I – GERENCIAMENTO DE RISCOS, o qual também integrará a ata celebrada.

27. ASSINATURAS

Declaro que sou responsável pela elaboração do Termo de Referência, que corresponde à eventual aquisição de material de copa, cozinha, higiene e limpeza para atender as demandas das secretarias diversas do município de Nova Lima.

Nova Lima, XX de XXXXXXX de XXXX

Luciana Ferreira Gontijo
Diretora da Central de Compras



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

Fabiana Gonçalves
Membro da equipe de planejamento

Aprovo o presente Termo de Referência.

Henrique Aparecido Pimenta
Secretário Municipal de Administração



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

Anexo I – GERENCIAMENTO DE RISCOS

MAPA DE RISCOS

IDENTIFICAÇÃO DE NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A teor do disposto no artigo 18, inciso X, a atividade de análise de riscos é um importante instrumento da fase de planejamento, e deverá subsidiar a elaboração do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência/Projeto Básico.

Durante esta fase de gerenciamento de riscos, promove-se o levantamento de potenciais eventos (futuros e incertos), que poderão ocasionar impactos sobre os objetos da contratação.

FASE DE ANÁLISE	
X	Planejamento
	Fase Externa (seleção da proposta)
	Gestão do contrato

Assinalar com o “x” qual fase está sendo avaliado o risco

RISCO 1						
Estudos preliminares deficientes						
Probabilidade		Baixo	x	Médio		Alto
Impacto		Baixo	x	Médio		Alto
Dano/Consequência						
1. Licitação fracassada, deserta ou contratação deficiente do objeto, gastos com processo licitatório ineficiente.						
Ação Preventiva			Responsável			
1. Elaborar checklist para se certificar de que todas as etapas do procedimento foram concluídas.			Secretaria Requisitante			
Ação de Contingência			Responsável			



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

1. Corrigir as deficiências detectadas nos estudos preliminares.	Secretaria Requisitante/SCL
--	-----------------------------

RISCO 2						
Falha na elaboração do Termo de Referência						
Probabilidade		Baixo	X	Médio		Alto
Impacto		Baixo	X	Médio		Alto
Dano/Consequência						
1. Licitação fracassada, deserta ou contratação deficiente do objeto, gastos com processo licitatório ineficiente.						
Ação Preventiva			Responsável			
1. Elaborar checklist para se certificar de que todas as etapas do procedimento foram concluídas.			Secretaria requisitante			
Ação de Contingência			Responsável			
1. Revisão do termo de referência com inclusão das instruções ausentes.			Secretaria Requisitante/SCL			

RISCO 3						
Falta de interesse dos fornecedores por conta de especificações muito restrita do objeto						
Probabilidade	X	Baixo		Médio		Alto
Impacto	X	Baixo		Médio		Alto
Dano/Consequência						
1. Licitação deserta – nenhuma proposta cadastrada						
Ação Preventiva			Responsável			



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

1.Especificação mínima para atender as necessidades da Instituição, sem restringir a competitividade.	Secretaria requisitante
Ação de Contingência	Responsável
1.Adequações das especificações do objeto.	Secretaria requisitante

RISCO 4						
Restrição da competitividade, impugnação do edital						
Probabilidade		Baixo	x	Médio		Alto
Impacto		Baixo	x	Médio		Alto
Dano/Consequência						
1.Licitação deserta – nenhuma proposta cadastrada						
2.Atraso ou anulação da licitação. Custos para a Administração.						
Ação Preventiva			Responsável			
1.Especificação mínima para atender as necessidades da Instituição, sem restringir a competitividade.			Secretaria Requisitante			
2.Submissão do processo a análise da Procuradoria Jurídica. Verificar a existência de cláusulas nulas e/ou restritivas.			Secretaria Requisitante			
Ação de Contingência			Responsável			
1.Readequação do TR com a retirada de cláusulas nulas e/ou restritivas.			Secretaria Requisitante			



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

RISCO 5						
Ausência de qualificação técnica						
Probabilidade	X	Baixo		Médio		Alto
Impacto	X	Baixo		Médio		Alto
Dano/Consequência						
1. Contratação de empresa sem qualificação técnica para a prestação do serviço.						
Ação Preventiva			Responsável			
1. Incluir no ato convocatório a necessidade de que as empresas tenham a qualificação técnica mínima necessária para a execução do objeto.			Secretaria Requisitante			
Ação de Contingência			Responsável			
1. Inabilitar a empresa e convocar o próximo candidato.			Comissão de licitação e pregoeiro			

Fabiana Gonçalves
Membro da equipe de planejamento



Prefeitura Municipal
de Nova Lima

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 371/2024

PREGÃO ELETRÔNICO (REGISTRO DE PREÇOS) Nº 64/2024

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA SOBRE ATENDIMENTO ÀS

CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

Processo Licitatório nº 371/2024

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 64/2024

Prezados Senhores,

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu (sua) representante legal o (a) Sr. (a) _____ inscrito (a) no CPF sob o nº _____, e portador(a) da carteira de identidade nº _____, declara, sob as penalidades da lei,:

- Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos.
- Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias.
- Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- Que não se enquadra nas vedações previstas no §1º do art. 9º da Lei Federal 14.133/2021.

Atenciosamente,

Local e data.

(Carimbo e assinatura do representante legal da empresa)





Prefeitura Municipal
de Nova Lima

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 371/2024

PREGÃO ELETRÔNICO (REGISTRO DE PREÇOS) Nº 64/2024

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO FISCAL

Processo Licitatório nº 371/2024

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 64/2024

Prezados Senhores,

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu (sua) representante legal o (a) Sr. (a) _____ inscrito (a) no CPF sob o nº _____, e portador(a) da carteira de identidade nº _____, declara, sob as penalidades da lei, que se enquadra como _____ (MICRO EMPRESA/// EMPRESA DE PEQUENO PORTE/// ou /// EQUIPARADAS) nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06, estando apta a fruir dos benefícios e vantagens legalmente instituídas em favor desta categoria, e que não se enquadra em nenhuma das excludentes previstas no § 4º do artigo 3º da mesma lei.

Atenciosamente,

Local e data.

(Carimbo e assinatura do representante legal da empresa)





Prefeitura Municipal
de Nova Lima

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 371/2024

PREGÃO ELETRÔNICO (REGISTRO DE PREÇOS) Nº 64/2024

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO

MODELO 01- DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

Processo Licitatório nº 371/2024

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 64/2024

Prezados Senhores,

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu (sua) representante legal o (a) Sr. (a) _____ inscrito (a) no CPF sob o nº _____, e portador(a) da carteira de identidade nº _____, declara, sob as penalidades da lei, que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

Atenciosamente,

Local e data.

(Carimbo e assinatura do representante legal da empresa)

MODELO 02- DECLARAÇÃO DE FATO SUPERVENIENTE

Declaração de Fato Superveniente

Declaro para os devidos fins de Direito, que inexistente fato superveniente de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Local e data

Assinatura

Carimbo de CNPJ da Empresa





**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

**MODELO 03- DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO A COTA DE MENOR APRENDIZ (SOMENTE PARA
PREGÃO DE MÃO DE OBRA EXCLUSIVA)**

Declaração de atendimento a cota de menor aprendiz

Declaro para os devidos fins de Direito, que a empresa xxxxxxxx atende ao mínimo legal de cota de aprendizes obrigatório em atendimento a recomendação do Ministério Público do Trabalho, no âmbito do Procedimento nº 000470.2023.03.002/8, bem como art. 92, inciso XVII da Lei Federal nº 14.133/2021, como condição de habilitação, conforme estabelece art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021 e a Portaria Conjunta PGM/CGM Nº 01, de 27 de Agosto de 2024.

Local e data

Assinatura

Carimbo de CNPJ da Empresa





Prefeitura Municipal
de Nova Lima

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 371/2024

PREGÃO ELETRÔNICO (REGISTRO DE PREÇOS) Nº 64/2024

ANEXO V – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Nome do licitante: _____ CNPJ: _____

Endereço Completo: _____ Telefone/E-mail: _____

Processo Licitatório nº 371/2024

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 64/2024

Forma que os preços deverão ser apresentados:

Conforme Termo de Referência, item 1.3.

O lance deverá ser ofertado pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

PRAZO DE ENTREGA: Conforme edital e Termo de Referência.

LOCAL DE ENTREGA: Conforme edital e Termo de Referência.

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: Conforme edital.

PRAZO DE GARANTIA DO PRODUTO OFERTADO: Conforme edital e Termo de Referência.

Local e data.

(Assinatura do representante legal da empresa)

Nome RG/CPF





Prefeitura Municipal
de Nova Lima

ANEXO A – MODELO DE CADASTRO DE FORNECEDORES

1- Segundo o artigo 10, XVI do decreto municipal 13.518/2023, o licitante interessado deverá manter atualizado e-mail para contato, sobretudo dos prepostos, informar gestão e à fiscalização do contrato, no prazo de dois dias úteis, a alteração de endereços, sobretudo quando este ato frustrar a regular notificação de instauração de processo sancionador.

2- Segue modelo a ser entregue juntamente com as propostas:

Dados da empresa		
Razão social:		
Nome fantasia:		
CNPJ:		
Enquadramento:		
Natureza jurídica:		
E-mail de contato:		
Telefone de contato: ()		Nome do contato:
Objeto do contrato:		
Nº de inscrição Estadual:		
Nº do registro na junta comercial (NIRE) ou cartório:		
Data do registro:		
Endereço: Cidade/UF:		
Rua/Avenida:	Nº:	CEP:

Dados da conta bancaria	
Banco:	Agência:
Tipo de conta:	Nº da conta:

Dados dos sócios.	
1- Sócio administrador	
Nome:	CPF:
Sexo:	Nacionalidade:
2- Demais sócios:	
Nome:	CPF:
Sexo:	Nacionalidade:

Nome e assinatura dos responsáveis pelas informações:





Prefeitura Municipal
de Nova Lima

EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 371/2024
PREGÃO ELETRÔNICO (REGISTRO DE PREÇOS) Nº 64/2024

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE INTEGRALIDADE DOS CUSTOS

DECLARAÇÃO DE INTEGRALIDADE DOS CUSTOS

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº, DECLARA que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

.....

(data)

.....

(representante legal)





Prefeitura Municipal
de Nova Lima

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 371/2024

PREGÃO ELETRÔNICO (REGISTRO DE PREÇOS) Nº 64/2024

**ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA A
REABILITAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**

**DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA A REABILITAÇÃO DA
PREVIDÊNCIA SOCIAL**

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a)
Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF
nº, DECLARA que cumprirá, caso aplicável, as exigências de reserva de cargos para
pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas.

.....

(data)

.....

(representante legal)





Prefeitura Municipal
de Nova Lima

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 371/2024

PREGÃO ELETRÔNICO (REGISTRO DE PREÇOS) Nº 64/2024

ANEXO VIII – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____.

PROCESSO Nº 371/2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2024

VALIDADE: 12 meses

Aos _____ dias do mês de _____ de 202x, a Secretaria Municipal de Administração, neste ato representado pelo(a) Secretário(a) Sr(a). Henrique Aparecido Pimenta, nos termos do art. 40 da Lei Federal 14.133/2021, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 64/2024** por deliberação do(a) Pregoeiro(a) oficial e equipe de apoio, **RESOLVE** registrar os preços para os fornecimentos constantes nesta ata, beneficiário _____, localizado na rua _____, nº _____ no bairro _____, na cidade de _____, estado de _____, cujo CNPJ é _____, neste ato representado por _____, conforme abaixo:

CLAÚSULA 1ª - DO OBJETO:

OBJETO: Eventual aquisição de material de copa, cozinha, higiene e limpeza para atender as demandas das secretarias diversas do município de Nova Lima

O objeto do fornecimento são os produtos constantes do Termo de Referência, o qual é parte integrante desta Ata de Registro de Preços.

1.1 - Os quantitativos estabelecidos no Termo de Referência são estimados e servem como referência, podendo o Município de Nova Lima adquiri-los em conformidade com suas necessidades, não havendo a obrigatoriedade de consumo “in totum”.

CLAÚSULA 2ª - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 01 (um) ano a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, à critério da Administração, desde que comprovado o preço vantajoso.





**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

2.2 - Nos termos do art. 83 da Lei Federal 14.133/2021, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o município de Nova Lima não será obrigado a adquirir os produtos referidos nesta ata.

2.3 - Ocorrendo qualquer das hipóteses previstas no art. 31 do Decreto Municipal nº 13749/2023, a presente Ata de Registro de Preços será cancelada, garantidos, às suas detentoras, o contraditório e a ampla defesa.

CLAÚSULA 3ª - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, para aquisições do respectivo objeto, por todos os Órgãos da Administração Pública direta e indireta do Município de Nova Lima.

CLAÚSULA 4ª - DO PREÇO

4.1 - Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços são os constantes dos seus anexos, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 64/2024

4.2 - Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas as disposições da legislação pertinente, assim como as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão nº 64/2024, que integra o presente instrumento de compromisso.

4.3 - Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante das propostas apresentadas no Pregão nº 64/2024 pelas empresas detentoras da presente Ata, as quais também a integram.

CLAÚSULA 5ª - DO PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetuado pela Tesouraria do Município de Nova Lima, no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento do objeto e da(s) Nota(s) Fiscal(is) correspondentes, acompanhada(s) de comprovação da manutenção das condições demonstradas para habilitação, à vista do respectivo Termo de Recebimento Definitivo do objeto, na forma prevista no subitem 6.3.3 da presente Ata de Registro de Preços.

5.2 - Para efeito de pagamento, a detentora dos preços registrados deverá emitir nota fiscal onde conste os dados bancários, assim como apresentar as Certidões Negativas de Débito perante a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, além daquelas relativas ao FGTS e Débitos Trabalhistas – CNDT.

5.2.1 - Na hipótese de constar pendência de débito para emissão de algumas das certidões, será a detentora dos preços registrados notificada para providenciar a regularização no prazo de 30(trinta) dias, sob pena de cancelamento da Ata de Registro de Preços e aplicação das penalidades previstas no capítulo 21 – **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS do Edital**, podendo o Município de Nova Lima, nesse caso, convocar as demais licitantes para o fornecimento do objeto, observando a ordem de classificação, os requisitos de habilitação e desde que aceitas as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido.

5.2.2 - Caso o convocado não atenda as condições descritas no item anterior, o Município de Nova Lima convocará as demais licitantes classificadas, procedendo-se a mesma análise e negociação. Não havendo êxito na negociação, as licitantes classificadas serão liberados do compromisso e o registro de preço cancelado.





**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

5.3 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento não justificados, provocados exclusivamente pelo Município, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

onde:

EM = Encargos moratórios;

VP = Valor da parcela em atraso;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento (vencimento) e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = \frac{(TX / 100)}{30}$$

TX = Percentual da taxa de juros de mora mensal definida no edital/contrato.

5.4 - O pagamento das faturas seguirá a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, e só será efetuado mediante comprovação de regularidade das obrigações fiscais, trabalhistas e em especial junto ao INSS, relativamente à competência imediatamente anterior àquela a que se refere a remuneração auferida.

CLAÚSULA 6ª - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1 - O objeto da presente licitação será fiscalizado por pessoas designadas pela(s) Secretaria(s) Demandante(s), a(s) qual(is) ficará(ão) responsável(is) pela conferência e controle do serviço.

6.2- A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata.

6.3 - O objeto da presente licitação será recebido por pessoas designadas pela Gestora, as quais ficarão responsáveis pela conferência e controle da mercadoria.

6.3.1 - A cada fornecimento serão emitidos recibos, nos termos do art. 140, II, "a" e "b", da Lei Federal 14.133/2021.

6.3.2 - Por ocasião da entrega, a detentora dos preços registrados deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG) do servidor do setor requisitante responsável pelo recebimento.

6.3.3 - Após o recebimento do objeto, o Órgão Gerenciador terá o prazo de 10 (dez) dias para verificar o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas.





**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

6.3.4 - Constatadas irregularidades no objeto, o Município de Nova Lima através do Órgão Gerenciador poderá:

a) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou o cancelamento da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) Na hipótese de substituição, a detentora dos preços registrados deverá fazê-la em conformidade com o item registrado, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados após notificação por escrito do Órgão Gerenciador, mantendo o preço inicialmente registrado;

b) Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou o cancelamento da Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) Na hipótese de complementação, a detentora dos preços registrados deverá fazê-la em conformidade com o item registrado, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados após notificação por escrito Órgão Gerenciador, mantendo o preço inicialmente registrado

6.3.5 - Quando, durante o prazo de garantia, os produtos apresentarem qualquer irregularidade que os tornem sem condições para utilização, a detentora dos preços registrados deverá no prazo máximo de 10 (dez) dias, e às suas expensas, substituir os mesmos por outros da mesma espécie, em perfeitas condições de utilização, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

6.3.6 - Se a detentora dos preços registrados não substituir os produtos, nem restituir o valor pago, no prazo acima marcado, o Município de Nova Lima poderá compensar seu crédito com eventuais débitos para com a detentora dos preços registrados, sem prejuízo de eventuais sanções administrativas.

6.4 - O objeto desta licitação deverá ser fornecido na forma prevista no **ITEM 6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO** constante do Termo de Referência.

6.4.1 - Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante ordem da unidade requisitante, a qual poderá ser feita por ofício ou e-mail, devendo dela constar: a data, o valor unitário do produto, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o carimbo e a assinatura do responsável.

6.4.2 - O prazo para retirada da Ordem de Fornecimento será de 05 (cinco) dias úteis da data da convocação por parte do Município de Nova Lima.

6.5 - Os produtos deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal ou nota fiscal fatura, conforme o caso.

6.6 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da Ordem de Fornecimento enviada pela unidade requisitante, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

6.7 - A cópia da ordem de fornecimento referida no item anterior deverá ser devolvida para a unidade requisitante, a fim de ser anexada ao processo de administração da ata.

CLAÚSULA 7ª - DAS PENALIDADES



**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

7. 1. – Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no contrato, erros ou atrasos no cumprimento do contrato, infringência do art. 155 da Lei Federal 14.133/2021 e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções, nos termos do Decreto Municipal nº 13.518, de 01 de agosto de 2023:

7.1.1. – Advertência;

7.1.2. – Multa;

7.1.3. – Impedimento de licitar e contratar;

7.1.4. – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.2. – Em caso de inexecução parcial do contrato será aplicada exclusivamente a sanção de advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

7.3. – A sanção de multa moratória de que trata o art. 162 da Lei Federal n. 14.133/21 será de 0,5% (cinquenta centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, recaindo o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente.

7.3.1 – A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no Decreto Municipal nº 13.518, de 01 de agosto de 2021.

7.3.2 – A aplicação de multa compensatória não será inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/21.

7.3.3. – Será aplicada multa compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao licitante ou ao contratado que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, na forma do artigo 10 do Decreto Municipal nº 13.518, de 01 de agosto de 2021.

7.3.4. – Será aplicada multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ao licitante ou contratado que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina.

7.3.5. – O valor das multas aplicadas deverá ser executado na forma do art. 58, do Decreto Municipal nº 13.518, de 01 de agosto de 2023.

7.4. – A sanção prevista de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 Lei nº 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos. 15.5.1. A aplicação de três sanções de advertência pelo mesmo motivo, em um mesmo contrato, possibilita a aplicação de sanção de impedimento de licitar e contratar.

7.5. – A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração





**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

7.6. – As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa.

7.7. – A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

7.8. – A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 13.518, de 01 de agosto de 2021.

7.9. – Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; os danos que dela provierem para a Administração Pública; a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. – As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

7.11. – Outras sanções por atos praticados no decorrer da contratação poderão estar previstas no Termo de Referência.

CLAÚSULA 8ª - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

8.1 – Por força das Leis Federais nº 9.069/95 e 10.192/2001, o valor da ata/contrato será reajustado, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, tendo como base a variação do índice oficial definido.

8.2 – Decorrido o prazo acima estipulado, os preços unitários serão corrigidos monetariamente pelo índice INPC (IBGE), ou outro índice que venha a substituí-lo por força de determinação governamental, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3 – A aplicação do índice dar-se-á de acordo com a variação acumulada do índice INPC (IBGE) ocorrida nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

8.4– Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.5– Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto, substituído, ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor, e em caso de variações do mesmo índice, será sempre adotando o que gerar menor onerosidade para a Administração.

8.6– Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo, adotando aquele que gerar menor onerosidade.

8.7– O reajuste será realizado por apostilamento.

8.8– Em se tratando serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, os preços contratados poderão ser repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, com data vinculada:



**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

- I - à da apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado;
- II - ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra.
- III - A Administração não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- IV - É vedado a órgão ou entidade contratante vincular-se às disposições previstas nos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.
- V - A repactuação deverá observar o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação.
- VI - A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.
- VII - Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação a que se refere o inciso II do **caput** deste artigo poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das categorias envolvidas na contratação.
- VIII - A repactuação será precedida de solicitação do contratado, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

CLAÚSULA 9ª - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito, ocorrendo qualquer das hipóteses previstas no art. 31 do Decreto Municipal nº 13749/2023, garantidos, às suas detentoras, o contraditório e a ampla defesa.

CLAÚSULA 10ª - DA AUTORIZAÇÃO PARA FORNECIMENTO

10.1 - As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pela Secretaria requisitante.

CLAÚSULA 11ª - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA

11.1 - Após a homologação da licitação, será incluído na Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o seguinte registro para fins de formação de cadastro reserva:

11.1.1- dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a ordem de classificação na licitação;

11.1.2- dos licitantes que mantiverem sua proposta original;





**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

11.2- Será assegurada nas contratações a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na Ata de Registro de Preços.

11.2.1- O registro para a formação do cadastro reserva na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao (s) licitante (s) mais bem classificado (s).

11.2.2- Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3- A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1- quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas no edital;

11.3.2 - quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no art. 31 do Decreto nº 13.749/2023

11.4- Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário aceitar a contratação nos termos do disposto no caput deste artigo, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1- convocar os licitantes que optaram por manter sua proposta original, para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

11.4.2- adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11.5- A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

11.6- O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

CLAÚSULA 12ª - DAS CONDIÇÕES PARA ALTERAÇÃO E ATUALIZAÇÕES DE PREÇOS REGISTRADOS E SUBSTITUIÇÃO DE MARCA

12.1 – Os preços registrados poderão ser alterados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, obras ou serviços registrados, nas seguintes situações:

12.1.1 – em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuado, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ou;

12.1.2 – em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou na





**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

12.2 – Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

12.2.1 – Caso o fornecedor que não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

12.2.2 – Havendo a liberação do fornecedor, nos termos do §1º do art. 24 do Decreto Municipal nº 13.749/2023, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no parágrafo único do art. 18 do Decreto Municipal nº 13.749/2023.

12.2.3 – Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do art. 31 do Decreto Municipal nº 13.749/2023, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

12.2.4 – Caso haja a redução do preço registrado, o gerenciador atualizará o preço registrado e comunicará aos órgãos e as entidades que tiverem formalizado contratos, para que avaliem a conveniência e oportunidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

12.2.5 – No caso do preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações contidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

12.2.5.1 – Para fins do disposto item anterior, deverá o fornecedor encaminhar juntamente com o pedido de alteração, documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre que o preço registrado se tornou inviável frente às condições inicialmente pactuadas.

12.2.5.2 – Caso não demonstrada a existência de fato superveniente que torne insubsistente o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora, ficando o fornecedor obrigado a cumprir as obrigações contidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do art. 31 do Decreto Municipal nº 13.749/2023, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em outras legislações aplicáveis.

12.2.5.3 – Havendo cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item 12.2.5.2, o gerenciador deverá convocar os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no parágrafo único do art. 18 do Decreto Municipal nº 13.749/2023

12.2.5.4 – Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder o cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do art. 31 do Decreto Municipal nº 13.749/2023, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

12.2.5.5 – Na hipótese de comprovação do disposto no 12.2.5 e no 12.2.5.1, o gerenciador procederá a atualização do preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.





**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

12.2.5.6 – Órgão ou entidade gerenciadora deverá comunicar aos órgãos e as entidades participantes que tiverem formalizado contratos sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de efetuar a alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

12.2.6 – Em qualquer caso, redução do preço de mercado ou fato que eleve os custos dos serviços ou bens registrados, a revisão aplicada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente a época.

12.2.6.1 – Aplica-se as disposições do item acima aos materiais ou serviços tabelados oficialmente por órgãos competentes.

12.2.6.2 – O preço de mercado será obtido com base nos parâmetros estabelecidos no artigo 23 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

12.2.6.3 – Cabe ao órgão gerenciador realizar os procedimentos para alteração de valores durante a vigência da ata.

12.2.7 – A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do SRP, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

12.2.8 – A alteração de preço deverá ser publicizada nos termos da legislação vigente.

12.2.9 – Para as atas de registro de preços que contemplem itens referentes às cotas principais e cotas reservadas, sendo detentoras pessoas jurídicas distintas, a execução das atas pelos órgãos ou pelas entidades participantes se dará, preferencialmente, de forma simultânea.

12.2.10 – A ata de registro de preços poderá ser alterada para a substituição de marca nas condições previstas no edital e na legislação vigente.

12.2.10.1 – por solicitação do órgão ou da entidade gerenciadora, se comprovado que a marca não mais atende às especificações exigidas ou se encontra fora da legislação aplicável;

12.2.10.2 – por requerimento do fornecedor, que deve ser apreciado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, em hipótese que comprove a impossibilidade de fornecimento ou prestação do serviço.

12.2.10.3 – O órgão ou a entidade gerenciadora somente poderá aquiescer com a substituição requerida pelo fornecedor se comprovadamente houver igualdade de condições ou vantagem para o interesse público.

12.2.10.4 – A substituição de marca deverá ser obrigatoriamente publicizada nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA 13ª - DA FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO PELA ADMINISTRAÇÃO DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1- Os contratos celebrados em decorrência do registro de preços estão sujeitos às regras previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e no Decreto Municipal nº 13.749/2023, e deverão ser formalizados e assinados dentro do prazo de vigência da ARP.





**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

13.2- Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em Lei e no edital da licitação, inclusive quanto aos acréscimos de que tratam os arts. 124 a 136, da Lei Federal nº **14.133/2021**, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente considerado e não à ata de registro de preços.

13.3- A duração dos contratos decorrentes da ata de registro de preços deverá atender ao contido nos arts. 105 a 114 da Lei Federal nº **14.133/2021**.

13.4- Os contratos celebrados em caso de urgência terão eficácia a partir de sua assinatura e deverão ser publicados em até 10(dez) dias úteis da sua assinatura no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

13.5- O fornecedor da ata de registro de preços se obriga a atender às solicitações que lhe forem apresentadas nos termos contratados.

13.6- Quando o critério de julgamento for o de maior desconto sobre tabela de preços referenciada, as contratações derivadas da ata de registro de preços poderão observar, conforme previsão no edital, as variações da tabela adotada, respeitando-se o percentual de desconto, quando identificada alta volatilidade nos preços de mercado.

CLÁUSULA 14ª – DA PROTEÇÃO A DADOS SENSÍVEIS – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LEI 13.709/2018)

14.1. A DETENTORA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 11.709/2018 e suas alterações/regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento.

14.2. A DETENTORA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

14.3. A DETENTORA deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

14.4. A DETENTORA não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento.

14.5. A DETENTORA não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita do Município de Nova Lima, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

14.5.1. A DETENTORA obriga-se a fornecer somente as informações, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento.

14.6. A DETENTORA fica obrigada a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da rescisão da presente ata, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.





**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

14.7. À DETENTORA não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento.

14.8. A DETENTORA deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

14.9. A DETENTORA deverá notificar, imediatamente, a CONTRATANTE no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

14.9.1. A notificação não eximirá a DETENTORA das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

14.10. A DETENTORA que descumprir os termos da Lei nº 11.709/2018 e suas alterações/regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento, ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo causado, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

14.11. O dever de sigilo e confidencialidade e as demais obrigações descritas na presente cláusula permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a DETENTORA e o Município de Nova Lima, bem como, entre a DETENTORA e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 11.709/2018 e suas alterações/regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

14.11.1. A DETENTORA ficará obrigada a manter canais abertos para comunicação com o Município de Nova Lima para os assuntos pertinentes à aplicação da Lei nº 11.709/2018 e suas alterações/regulamentações posteriores, mesmo após o término da vigência da presente ata.

14.12. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a DETENTORA a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

CLAÚSULA 15ª - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - Integram esta Ata, o Edital do Pregão nº 64/2024 e seus respectivos Anexos, em especial o Anexo I – Termo de Referência, bem como as propostas das empresas classificadas no certame supranumerado e o mapa de lances com os preços finais do certame.

15.2 - Fica eleito o foro desta Comarca do Município de XXXXXX para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

15.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 14.133/2021 e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

XXXXXX, _____ de _____ de 2024.

Ordenador de Despesas
Secretaria Detentora da Ata de Registro de Preços

Fornecedor





Prefeitura Municipal
de Nova Lima

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

Visto Procuradoria





Prefeitura Municipal
de Nova Lima

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 371/2024

PREGÃO ELETRÔNICO (REGISTRO DE PREÇOS) Nº 64/2024

ANEXO IX – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº ____/____, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 371/2024, CELEBRADO ATRAVÉS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2024

OBJETO: Aquisição de material de copa, cozinha, higiene e limpeza para atender as demandas das secretarias diversas do município de Nova Lima

Contrato de prestação de serviços, através de Ata de Registro de Preços Nº ----/2022 Pregão Eletrônico nº 64/2024, em conformidade com a Lei 14.133/2021, que entre si fazem de um lado **XXXXXXXXXX**, localizado na xxxxxx, nºxxxx no bairro xxxxxx, na cidade de xxxxxxxx, estado de xxxxxxxxx, cujo CNPJ é xxxxxxxxx, neste ato representado por xxxxxxxxxxxx, doravante nominada **Contratada**, e de outro lado o **MUNICÍPIO DE NOVA LIMA**, pessoa jurídica de direito público, localizada na Praça Bernardino de Lima, 80 - Centro, na cidade de Nova Lima, estado de Minas Gerais, representado pelo(a) Secretário(a) Municipal de _____, Sr(a). _____, de agora em diante denominados **Contratantes**, mediante as condições que se seguem.

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

- 1.1 Aquisição de material de copa, cozinha, higiene e limpeza para atender as demandas das secretarias diversas do município de Nova Lima
- 1.2 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.2.1. O Estudo Técnico Preliminar;
- 1.2.2. Termo de Referência,
- 1.2.3. A Matriz de Riscos;
- 1.2.4. O Edital de Licitação;
- 1.2.5. A proposta do contratado;
- 1.5.6. Eventuais anexos dos documentos supramencionados.

CLÁUSULA 2ª - DOS PREÇOS, LIQUIDAÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

2.1. - Dos Preços

- 2.1.1. O Contratante pagará o valor de R\$ R\$ XXXXXX,00 (XXXXXXXXXXXXXXXXXX).

2.2. - Das Condições de pagamento

- 2.2.1. O pagamento será efetuado pela Tesouraria do Município de Nova Lima no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento do objeto e da(s) Nota(s) Fiscal(is) correspondentes,

Prefeitura Municipal de Nova Lima - Praça Bernardino de Lima, 80 - Centro - Nova Lima
Cep. 34000-279 - Tel.: 3541-4334 - www.novalima.mg.gov.br





**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

acompanhada(s) de comprovação da manutenção das condições demonstradas para habilitação, à vista do respectivo Termo de Recebimento Definitivo do objeto.

2.2.2. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá emitir nota fiscal onde conste os dados bancários, assim como apresentar as Certidões Negativas de Débito perante a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal, além daquelas relativas ao FGTS e Débitos Trabalhistas – CNDT. De acordo com o art. 92, XVI da Lei Federal 14.133/2021, a CONTRATADA deve manter todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

2.2.3. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

2.2.4. O Município de Nova Lima poderá sustar o pagamento a que a contratada tenha direito, enquanto não forem sanados os defeitos, vícios ou incorreções resultantes da contratação e/ou não recolhimento de multa aplicada.

2.2.5. Os pagamentos efetuados à CONTRATADA não a isentarão de suas obrigações e responsabilidades vinculadas à execução do contrato, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade.

2.2.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento não justificados, provocados exclusivamente pelo Município, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

onde:

EM = Encargos moratórios;

VP = Valor da parcela em atraso;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento (vencimento) e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = \frac{(TX / 100)}{30}$$

TX = Percentual da taxa de juros de mora mensal definida no edital/contrato.

2.2.7. - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá após a data de sua apresentação válida.

2.2.8. - O pagamento das faturas seguirá a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, e só será efetuado mediante comprovação de regularidade das obrigações fiscais, trabalhistas e em especial junto ao INSS, relativamente à competência imediatamente anterior àquela que se refere a remuneração auferida.

2.3. - Critério de Reajuste e Reequilíbrio Econômico-financeiro

2.3.1 – Eventuais pedidos de reequilíbrio econômico deverão ser respondidos em até 1 (um) mês contado do protocolo, observado o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021





**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

2.3.2 - Por força das Leis Federais nº 9.069/95 e 10.192/2001, o valor da ata/contrato será reajustado, desde que observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, tendo como base a variação do índice oficial definido.

2.3.3 – Decorrido o prazo acima estipulado, os preços unitários serão corrigidos monetariamente pelo índice INPC (IBGE), ou outro índice que venha a substituí-lo por força de determinação governamental, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

2.3.4 – A aplicação do índice dar-se-á de acordo com a variação acumulada do índice INPC (IBGE) ocorrida nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores.

2.3.5 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

2.3.6 – Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto, substituído, ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor, e em caso de variações do mesmo índice, será sempre adotando o que gerar menor onerosidade para a Administração.

2.3.7– Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo, adotando aquele que gerar menor onerosidade.

2.3.8– O reajuste será realizado por apostilamento.

2.3.9– Em se tratando serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, os preços contratados poderão ser repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, com data vinculada:

I - à da apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado;

II - ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra.

III - A Administração não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

IV - É vedado a órgão ou entidade contratante vincular-se às disposições previstas nos acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública.

V - A repactuação deverá observar o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação.

VI - A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.



**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

VII - Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação a que se refere o inciso II do **caput** deste artigo poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das categorias envolvidas na contratação.

VIII - A repactuação será precedida de solicitação do contratado, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

CLÁUSULA 3ª - DA DOTAÇÃO

3.1. A rubrica das dotações orçamentárias destinadas ao pagamento das despesas são:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CLÁUSULA 4ª - DA VIGÊNCIA

4.1. O presente contrato entrará em vigor na data de XX/XX/XXXX e encerrar-se-á no dia XX/XX/XXXX.

4.2. A prorrogação do prazo contratual poderá ocorrer, a critério do Contratante, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, artigos 106 e 107.

4.3. A prorrogação é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

4.4. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

4.5. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

4.6. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

4.7. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA 5ª - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

5.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.





**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

5.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

5.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

5.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA 6ª - DA NOVAÇÃO

6.1. Toda e qualquer tolerância por parte do CONTRATANTE na exigência do cumprimento do presente contrato, não constituirá novação, nem muito menos a extinção da respectiva obrigação, podendo a mesma ser exigida a qualquer tempo.

CLÁUSULA 7ª - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. As responsabilidades da CONTRATADA são aquelas elencadas no Item 8 – OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR do Termo de Referência (Anexo I).

7.1.1. A Contratada, além dos casos previstos na legislação em vigor, é responsável:

- a) Por quaisquer danos ou prejuízos que por acaso causar à Administração ou a terceiros, em decorrência do não cumprimento das obrigações assumidas neste contrato;
- b) Pela indenização ou reparação de danos ou prejuízos decorrentes de negligência, imprudência e/ou imperícia, nos fornecimentos contratados;
- c) Pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e outros decorrentes do presente contrato;
- d) Por manter durante o período de execução do objeto, as condições de regularidade junto ao FGTS, INSS, e às Fazendas Federal, Estadual, e Municipal, bem como as condições de qualificação exigidas na contratação.
- e) Não utilizar mão de obra infantil, ou a utilizar conforme ditames da Lei Federal nº 9.854 de 27 de outubro de 1999.
- f) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta.
- g) Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

7.2. As responsabilidades da CONTRATANTE são aquelas elencadas no Item 9 – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE NOVA LIMA do Termo de Referência (Anexo I).

CLÁUSULA 8ª - DA FISCALIZAÇÃO

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, bem como as obrigações previstas na legislação vigente, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:





**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

8.2. Observar a forma de fornecimento dos produtos.

8.3. Seguir a orientação dada pelo Município, quanto à forma de fornecimento dos produtos.

8.4. Cobrir por sua conta os gastos decorrentes do fornecimento dos produtos, seguindo a orientação dada pelo Município e a pontualidade.

8.5. Apresentar junto às faturas, os comprovantes de quitação das obrigações decorrentes com a execução do contrato e manter durante o fornecimento dos produtos as condições de habilitação e qualificações exigidas.

8.6. Substituir às suas expensas, no todo ou em parte, os produtos fornecidos que não satisfazer a qualidade e condições previamente contratadas.

8.7. Ressarcir todos os prejuízos causa dos ao patrimônio público ou a terceiros durante o fornecimento dos produtos, objeto do presente contrato, não excluindo ou realizando essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Município.

8.8. Não utilizar mão de obra infantil, ou a utilizar conforme ditames da Lei Federal nº Lei 9.854 de 27 de outubro de 1999.

8.9. O objeto deste contrato deverá ser fornecido de forma parcelada.

8.10. A entrega deverá ser nas condições e prazos previstos no presente Contrato e no Termo de Referência.

CLÁUSULA 9ª - DA EXTINÇÃO

10.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.2. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

10.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

10.4. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

10.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021)





Prefeitura Municipal
de Nova Lima

CLAÚSULA 10ª - DOS CASOS OMISSOS

10.1. Os casos omissos, assim como as dúvidas, serão resolvidos com base na Lei nº 14.133/2021, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento, ainda que delas não se faça aqui menção expressa.

CLAÚSULA 11ª - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DO OBJETO/PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

11.1 - O objeto desta licitação deverá ser fornecido na forma prevista no **ITEM 6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO** constante do Termo de Referência.

11.1.1 - Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante ordem da unidade requisitante, a qual poderá ser feita por ofício ou e-mail, devendo dela constar: a data, o valor unitário do produto, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o carimbo e a assinatura do responsável.

11.1.2 - O prazo para retirada da Ordem de Fornecimento será de 05 (cinco) dias úteis da data da convocação por parte do Município de Nova Lima.

11.2 - Os produtos deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal ou nota fiscal fatura, conforme o caso.

11.3. A CONTRATADA será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a validade deste contrato.

11.4. O objeto da presente licitação será recebido por pessoas designadas pela Gestora, as quais ficarão responsáveis pela conferência e controle da mercadoria.

11.4.1. A cada fornecimento serão emitidos recibos, nos termos do art. 140, II, “a” e “b”, da Lei Federal 14.133/2021.

11.4.2. Por ocasião da entrega, a CONTRATADA deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura e o número do Registro Geral (RG) do servidor do setor requisitante responsável pelo recebimento.

11.4.3. Após o recebimento do objeto, a CONTRATANTE terá o prazo de 10 (dez) dias para verificar o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas.

11.4.4. Constatadas irregularidades no objeto, a CONTRATANTE poderá:

a) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou o cancelamento do contrato, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) Na hipótese de substituição, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com o item contratado, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados após notificação por escrito da CONTRATANTE, mantendo o preço inicialmente contratado;

b) Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou o cancelamento do contrato, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b.1) Na hipótese de complementação, CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com o item licitado, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados após notificação por escrito do CONTRATANTE, mantendo o preço inicialmente contratado.

11.4.5. Quando, durante o prazo de garantia, os produtos/serviços apresentarem qualquer irregularidade que os tornem sem condições para utilização, CONTRATADA deverá no prazo máximo de 10 (dez) dias, e às suas expensas, substituir os mesmos por outros da mesma espécie, em perfeitas condições de utilização, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.





**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

11.4.6. Se a CONTRATADA não substituir os produtos/serviços, nem restituir o valor pago, no prazo acima marcado, o Município de Nova Lima poderá compensar seu crédito com eventuais débitos para com a CONTRATADA, sem prejuízo de eventuais sanções administrativas.

11.5. A empresa fornecedora, quando do recebimento da Ordem de Fornecimento enviada pela unidade requisitante, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

11.6. A cópia da ordem de fornecimento referida no item anterior deverá ser devolvida para a unidade requisitante, a fim de ser anexada ao processo de administração do contrato.

CLÁUSULA 12ª - GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1 – Será exigida a título de garantia do contrato, e conforme o art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021 o montante de 5 % (cinco por cento) do valor inicial do contrato, podendo o contratado optar por uma das seguintes modalidades:

a – Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

b – Seguro-garantia;

c – Fiança bancária, emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

d - Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

12.2 -A garantia contratual deverá ser apresentada até a assinatura do contrato.

12.3 -Quando a garantia contratual for apresentada em dinheiro, o recolhimento deverá ser realizado de forma nominal, por meio de pagamento de DAM – DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL, emitido pelo DPRI, localizado na Praça Bernardino de Lima, n.º 80, Centro - 1º andar do Prédio da Prefeitura Municipal, mediante comprovação no ato de assinatura do contrato.

12.4 -Em hipótese alguma serão aceitos comprovantes de depósitos realizados em terminais eletrônicos de autoatendimento.

12.5 -Os títulos da dívida pública previstos na alínea "a" deverão ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

12.6 -Caso o título venha a ser extinto ou tenha o seu prazo de validade expirado, a garantia deverá ser prestada por meio de outro título válido que venha a substituir o anterior, emitido pelo Tesouro Nacional e registrado no Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC, ou substituído por uma das demais modalidades de garantia.

12.7 -Em caso de fiança bancária, deverá ser expressa a renúncia do fiador ao benefício de ordem, e aos direitos previstos no artigo 827 do Código Civil (Lei 10.406/02), sendo que, a fiança deverá ser realizada em instituições financeiras regularmente autorizadas pelo Banco Central.

12.8 -A garantia prestada será liberada ou restituída após 30 (trinta) dias da emissão do Termo de Encerramento de Obrigações Contratuais e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, ou pela rescisão do contrato, salvo se esta ocorrer por culpa da CONTRATADA, hipótese em que o Contratante poderá descontar da garantia o valor da penalidade financeira eventualmente aplicada.

12.9 -Desfalcada a garantia prestada, pela imposição de multas ou outro motivo de direito, será notificada a Contratada através de correspondência com AR (Aviso de Recebimento) para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, complementar o valor da caução. A não apresentação da cobertura da





**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

garantia importará em rescisão contratual. À Administração cabe descontar da garantia toda importância que a qualquer título lhe for devida pela contratada-

12.10 -No caso da contratada optar pelo seguro garantia ou fiança bancária:

a) Deverá constar na garantia, cláusula expressa de cobrir inadimplemento das obrigações trabalhistas e previdenciárias do contrato;

b) Não poderá conter cláusula que restrinja a responsabilidade do segurado ou fiador.

12.11-A validade da garantia será de no mínimo 3 (três) meses após o término do contrato/aditivo.

12.12 -A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

c) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

CLÁUSULA 13ª - DAS PENALIDADES

13. 1. – Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no contrato, erros ou atrasos no cumprimento do contrato, infringência do art. 155 da Lei Federal 14.133/2021 e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções, nos termos do Decreto Municipal nº 13.518, de 01 de agosto de 2023:

13.1.1. – Advertência;

13.1.2. – Multa;

13.1.3. – Impedimento de licitar e contratar;

13.1.4. – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.2. – Em caso de inexecução parcial do contrato será aplicada exclusivamente a sanção de advertência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

13.3. – A sanção de multa moratória de que trata o art. 162 da Lei Federal n. 14.133/21 será de 0,5% (cinquenta centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, recaiando o cálculo sobre o valor da parcela inadimplida até o limite de 30% (trinta por cento) do contrato ou do instrumento equivalente.

13.3.1 – A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no Decreto Municipal nº 13.518, de 01 de agosto de 2021.

13.3.2 – A aplicação de multa compensatória não será inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/21.





**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

13.3.3. – Será aplicada multa compensatória de até 3% (três por cento) sobre o valor de referência ao licitante ou ao contratado que retardar o procedimento de contratação, descumprir preceito normativo ou obrigações assumidas, na forma do artigo 10 do Decreto Municipal nº 13.518, de 01 de agosto de 2021.

13.3.4. – Será aplicada multa compensatória de até 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida ao licitante ou contratado que entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas ou com irregularidades ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o fim a que se destina.

13.3.5. – O valor das multas aplicadas deverá ser executado na forma do art. 58, do Decreto Municipal nº 13.518, de 01 de agosto de 2023.

13.4. – A sanção prevista de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 Lei nº 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos. 15.5.1. A aplicação de três sanções de advertência pelo mesmo motivo, em um mesmo contrato, possibilita a aplicação de sanção de impedimento de licitar e contratar.

13.5. – A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

13.6. – As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa.

13.7. – A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.8. – A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/contratado, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 13.518, de 01 de agosto de 2021.

13.9. – Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; os danos que dela provierem para a Administração Pública; a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.10. – As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

13.11. – Outras sanções por atos praticados no decorrer da contratação poderão estar previstas no Termo de Referência.



**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

CLÁUSULA 14ª – DA PROTEÇÃO A DADOS SENSÍVEIS – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LEI 13.709/2018)

14.1. A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade e sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, inclusive em razão de licenciamento ou da operação dos programas/sistemas, nos termos da Lei nº 13.709/2018 e suas alterações/regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no presente instrumento contratual.

14.2. A CONTRATADA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas suficientes visando a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento não previstos.

14.3. A CONTRATADA deve assegurar-se de que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo.

14.4. A CONTRATADA não poderá utilizar-se de informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso, para fins distintos ao cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

14.5. A CONTRATADA não poderá disponibilizar e/ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização escrita da CONTRATANTE, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

14.5.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer somente as informações, dados pessoais e/ou base de dados estritamente necessários quando da transmissão autorizada a terceiros durante o cumprimento do objeto descrito neste instrumento contratual.

14.6. A CONTRATADA fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual no prazo de 30 (trinta) dias corridos contados da rescisão contratual, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

14.7. À CONTRATADA não será permitido deter cópias ou backups, informação, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

14.8. A CONTRATADA deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de realizar seu tratamento.

14.9. A CONTRATADA deverá notificar, imediatamente, a CONTRATANTE no caso de vazamento, perda parcial ou total de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

14.9.1. A notificação não eximirá a CONTRATADA das obrigações e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

14.10. A CONTRATADA que descumprir os termos da Lei nº 13.709/2018 e suas alterações/regulamentações posteriores, durante ou após a execução do objeto descrito no presente instrumento contratual, ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ao ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo causado, incluindo sanções aplicadas pela autoridade competente.

14.11. O dever de sigilo e confidencialidade e as demais obrigações descritas na presente cláusula permanecerão em vigor após a extinção das relações entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE, bem





**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

como, entre a CONTRATADA e os seus colaboradores, subcontratados, consultores e/ou prestadores de serviços sob pena das sanções previstas na Lei nº 13.709/2018 e suas alterações/regulamentações posteriores, salvo decisão judicial contrária.

14.11.1. A CONTRATADA ficará obrigada a manter canais abertos para comunicação com a CONTRATANTE para os assuntos pertinentes à aplicação da Lei nº 13.709/2018 e suas alterações/regulamentações posteriores, mesmo após o término da vigência do presente contrato.

14.12. O não cumprimento de quaisquer das obrigações descritas nesta cláusula sujeitará a CONTRATADA a processo administrativo para apuração de responsabilidade e, consequente, sanção, sem prejuízo de outras cominações cíveis e penais.

CLÁUSULA 15ª – DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Ficam as partes submetidas a todos os termos constantes do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico nº 64/2024, bem como ao seu Termo de Referência (Anexo I), sendo ambos os instrumentos partes integrantes desde Contrato.

CLÁUSULA 16ª – MODELO DE GESTÃO DE CONTRATOS

16.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (art. 115, caput, Lei nº 14.133/2021).

16.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, conforme art. 117 caput da Lei Federal n. 14.133/2021.

16.2.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis, nos termos do art. 117, §1º, da Lei Federal n. 14.133/2021 e do art. 11, §2º do Decreto Municipal n. 12.967, de 19 de janeiro de 2023.

16.2.2. O fiscal do contrato deverá verificar da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço e, em caso positivo, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no Capítulo VII, da Lei Federal n. 14.133, de 2011.

16.2.3. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da contratada que contenha a relação detalhada deles, de acordo com o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

16.2.4. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (art. 117, §2º, Lei nº 14.133/2021).

16.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (art. 115, §5º, Lei nº 14.133/2021).

16.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (art. 119, Lei nº 14.133/2021).

16.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (art. 120, Lei nº 14.133/2021).

16.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (art. 121, caput, Lei nº 14.133/2021).





**Prefeitura Municipal
de Nova Lima**

16.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (art. 121, §1º, Lei nº 14.133/2021).

CLÁUSULA 17ª – GARANTIA DOS MATERIAIS

17.1- O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), considerando a inexistência de disciplina legal na Lei Federal 14.133/21 sobre garantia de produto.

17.2- Será aplicada ao produto/bem somente a garantia legal estabelecida pelo art. 26, da Lei Federal nº 8.078, de 1990 (30 dias para produtos não duráveis e 90 dias para produtos duráveis) – Código de Defesa do Consumidor – CDC.

CLÁUSULA 18ª – SUBCONTRATAÇÃO

18.1- Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA 19ª - DO FORO

19.1. As partes elegem o foro da Comarca de Nova Lima/MG, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução do presente Contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma.

XXXXXX, _____ de _____ de 20xx.

Ordenador de Despesas

Secretaria Contratante

Fornecedor

Testemunhas:

CPF:

CPF: